

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

FERNANDA JOYCE FERREIRA BARROSO

OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NO TRABALHO SOCIAL:
os profissionais de arquitetura nas Assessorias e Assistência Técnica para Habitação de
Interesse Social (ATHIS), em São Luís (MA)

São Luís
2025

FERNANDA JOYCE FERREIRA BARROSO

OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NO TRABALHO SOCIAL:

os profissionais de arquitetura nas Assessorias e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), em São Luís (MA)

Dissertação apresentada como parte do requisito à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

Linha de Pesquisa: Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas

Orientadora: Prof. Dra. Zaira Sabry Azar

São Luís
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Joyce Ferreira Barroso, Fernanda. OBJETIVIDADE E
SUBJETIVIDADE NO TRABALHO SOCIAL : os profissionais de
arquitetura nas Assessorias e Assistência Técnica para
Habitação de Interesse Social ATHIS, em São Luís MA /
Fernanda Joyce Ferreira Barroso. - 2025.

163 f.

Orientador(a): Zaira Sabry Azar.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2025.

1. Objetividade. 2. Subjetividade. 3. Trabalho
Social. 4. Habitação de Interesse Social. 5. São Luís.
I. Sabry Azar, Zaira. II. Título.

FERNANDA JOYCE FERREIRA BARROSO

OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NO TRABALHO SOCIAL:

os profissionais de arquitetura nas Assessorias e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), em São Luís (MA)

Dissertação de Mestrado apresentada como parte do requisito à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

Aprovado em: 01/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Zaira Sabry Azar (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Cristiana Costa Lima
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Rose-France de Farias Panet
Universidade Estadual do Maranhão

Dedico esta, e todas as conquistas que ainda virão, à minha mãezinha, **Leila**, e às minhas irmãs e melhores amigas, **Fifi** e **Guinha**. Não sei até onde a vida nos levará, mas sei que, sem vocês, eu não volto.

AGRADECIMENTO

O mestrado em Políticas Públicas foi uma jornada repleta de aprendizados e desafios. Desde o início, tive a oportunidade e, sobretudo, a coragem de dar o primeiro passo rumo a um grande sonho: trabalhar com políticas sociais. Durante dois anos, participei de eventos, publiquei artigos e mergulhei em leituras que jamais imaginei alcançar, sendo uma das melhores experiências que tive como estudante. Felizmente, essa caminhada não foi solitária, pois pude compartilhar, aprender e amadurecer ao lado de outras pessoas. Por isso, quero agradecer:

À minha mãe, Leila Raquel e minhas irmãs, Fiama Barroso e Flávia Barroso, por todo amor incondicional, carinho e apoio. Vocês são o verdadeiro significado de família.

À minha orientadora, professora Zaira Sabry Azar, pela paciência, compreensão, dedicação e excelência de ensinamentos. Sua postura crítica, militante política e comprometida com o Serviço Social é uma referência para mim. Tenha a certeza que fui muito feliz tendo sua parceria nessa jornada.

Aos meus amigos e amigas que sempre me acompanharam e melhoraram os momentos difíceis: Pedro Cutrim; Tainnara Hernandez; Adriely Costa; Karliane Viegas; Jéssica Leyenny; Andresa Venância; Tálity Oliveira; Juliana Borges; Márcio Henrique; Rafaela Verônica; Jonas Muniz; Letícia Siqueira; Sthefanni Karolyn; Paulo Correa e Jennifer Milena. Amo todos vocês!

Aos colegas e professores que tive a oportunidade de ser aluna no Programa de Políticas Públicas (PPGPP), pelas trocas e influência crítica. Em especial, às professoras Maria do Socorro Sousa de Araújo e Benjamin Alvino de Mesquita; e as minhas companheiras de turma, Daísa, Larissa, Layse, Letícia Alaniz e Letícia Azevedo.

À professora Cristiana Costa Lima, que, para minha alegria, aceitou compor minha banca. Meu respeito a todo seu rigor teórico, trabalho e engajamento no curso de Serviço Social e no PPGPP.

À professora Rose-France de Farias Panet, pela honra de compor minha banca. Foi seu incentivo, desde o segundo período de graduação, que me fez ver os caminhos políticos e críticos que a Arquitetura e Urbanismo têm.

E, principalmente, às arquitetas e arquitetos que participaram da pesquisa, por abrirem suas histórias e fortalecerem a luta por uma cidade mais justa.

Por fim, à CAPES, pelo financiamento da bolsa de pesquisa.

RESUMO

Na política habitacional, o trabalho social tem como horizonte a melhoria das condições de vida e a efetivação plena do direito à cidade. Em São Luís do Maranhão, esse tipo de trabalho é realizado de forma desvinculada da política municipal de habitação, contando com profissionais autônomos, grupos de assessoria e escritórios populares de arquitetura e urbanismo. Diante disso, a presente pesquisa analisa o trabalho social dos arquitetos e arquitetas nas Assessorias e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), tomando como base experiências concretas desenvolvidas na capital maranhense, articulando as dimensões objetivas e subjetivas da prática profissional à centralidade do trabalho. Apresenta a intrínseca e dialética relação entre a objetividade e subjetividade a partir da organização do trabalho; o papel ético e social do arquiteto(a) na política habitacional; e as experiências e condições em que se desenvolve o trabalho social em São Luís. Metodologicamente, a pesquisa está ancorada no materialismo histórico-dialético como método, com base em revisão bibliográfica e documental, bem como pesquisa de campo, tendo como sujeitos sete profissionais que atuam em projetos de assessorias e ATHIS. Considera que o trabalho social é realizado em um cenário de condições objetivas adversas, marcado pelo contexto de precarização das condições e relações de trabalho que afetam diretamente os profissionais da arquitetura; mercado de trabalho restrito; escasso apoio institucional por parte do poder público; ausência de estratégias e instrumentos legais municipais para a aplicação da Lei 11.888/2008; desconhecimento da ATHIS pela população em geral; e frequente autofinanciamento das ações por parte dos próprios profissionais, e demarca a subjetividade para o engajamento profissional junto a projetos técnico-sociais de caráter popular e resistência, demonstrando o papel ético, político e pedagógico da arquitetura e do urbanismo.

Palavras-chave: objetividade; subjetividade; trabalho social; habitação de interesse social; São Luís.

ABSTRACT

In housing policy, social work aims to improve living conditions and fully realize the right to the city. In São Luís, Maranhão, this kind of work is carried out largely disconnected from the municipal housing policy, led by autonomous professionals, advisory groups, and popular architecture and urban planning collectives. In this context, the present research analyzes the social work of architects engaged in Technical Assistance and Advisory Services for Social Housing (ATHIS), based on concrete experiences developed in the capital city, articulating the objective and subjective dimensions of professional practice with the centrality of labor. The study explores the intrinsic and dialectical relationship between objectivity and subjectivity through the organization of labor; the ethical and social role of architects in housing policy; and the conditions and experiences under which social work in architecture unfolds in São Luís. Methodologically, the research is grounded in historical-dialectical materialism, combining bibliographic and documentary review with field research, involving seven professionals engaged in advisory and ATHIS projects. It concludes that social work in this field occurs under adverse objective conditions: a restricted job market, limited institutional support from public authorities, absence of municipal strategies and legal instruments for the implementation of Law 11.888/2008, widespread public unawareness of ATHIS, and frequent self-financing of activities by the professionals themselves. Despite this, subjectivity plays a central role in professional engagement with grassroots and resistance-oriented technical-social projects, highlighting the ethical, political, and pedagogical dimensions of architecture and urban planning.

Keywords: Objectivity; Subjectivity; Social Work; Social Interest Housing; São Luís.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Estrutura Curricular das IES de Arquitetura e Urbanismo, de São Luís - MA	64
Quadro 2 - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (trabalhadores de Arquitetura e Urbanismo) de 2021-2024	72
Quadro 3 - Principais Dispositivos do PL 209/2023	114
Quadro 4 - Perfil socioeconômico dos participantes	125
Figura 1 - Inadequação de domicílios urbanos em Maranhão, 2022	109
Figura 2 - Inadequação de infraestrutura urbana em Maranhão, 2022	111
Figura 3 - Domicílios duráveis urbanos ocupados em Maranhão, 2022	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - RRTs pagos (Tipo Social) de 2019-2023	106
Tabela 2 - Síntese na Inadequação Habitacional no Maranhão (2022)	108
Tabela 3 - Detalhamento dos subcomponentes de inadequação	110
Tabela 4 - Características das Famílias em Domicílios Inadequados	112
Tabela 5 - Implementação da ATHIS em Capitais do Nordeste (2024)	115
Tabela 6 - Tipologia de Ações do CAU/MA (2018-2024)	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANSUR	Articulação Nacional do Solo Urbano
ATHIS	Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CCT	Centro de Ciências Tecnológicas
CEAU	Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetura e Urbanismo
CES	Câmara de Educação Superior
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CIRPAC	Comitê Internacional para a Resolução dos Problemas da Arquitetura Contemporânea
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMP	Central de Movimentos Populares
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EaD	Educação a Distância
EMAU	Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNA	Federação Nacional dos Arquitetos
FNE	Federação Nacional dos Engenheiros
FUMPH	Fundação Municipal de Patrimônio Histórico
HIS	Habitação de Interesse Social
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INOCOOPs	Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN/MA	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Maranhão
LAI	Lei de Acesso a Informação
MCID	Ministério das Cidades
MDF	Movimento de Defesa do Favelado
MPC	Modo de Produção Capitalista
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NDIT	Nova Divisão Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PMHIS	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
PNH	Política Nacional de Habitação
PNHS	Política Nacional de Habitação e Saneamento
PT	Partido dos Trabalhadores
RRT	Registro de Responsabilidade Técnica
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SECID	Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNDB	Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco
UNICEUMA	Universidade Ceuma
UNMP	União Nacional por Moradia Popular

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A RELAÇÃO OBJETIVIDADE-SUBJETIVIDADE NO TRABALHO SOCIAL.....	24
2.1 A precarização do trabalho social e a fragmentação da classe trabalhadora	24
2.2 A dialética do trabalho: as transformações recíprocas no sujeito e no objeto	36
2.3 A relação objetividade-subjetividade no trabalho e a formação da consciência	46
3 O TRABALHO SOCIAL NA ARQUITETURA: FORMAÇÃO, PRÁTICA E FUNÇÃO SOCIAL.....	58
3.1 A formação acadêmica e as formas de trabalho na arquitetura	58
3.2 O trabalho social na Habitação de Interesse Social.....	76
3.3 A função social, a ética e o papel do Conselho de Arquitetura e Urbanismo na Habitação de Interesse Social - HIS	87
4 O TRABALHO SOCIAL E OS PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA NAS ASSESSORIAS E ASSISTÊNCIAS TÉCNICAS EM SÃO LUÍS.....	99
4.1 A Habitação de Interesse Social no Brasil e Maranhão.....	99
4.2 São Luís do Maranhão e a demanda por ATHIS.....	107
4.3 Os profissionais de arquitetura e as práticas de assessoria e assistência técnica em habitação de interesse social: objetividade e subjetividade	125
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista.....	162

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto o trabalho social na arquitetura, mais especificamente nas Assessorias e na Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), enquanto expressão objetiva - relacionada às condições materiais e institucionais de atuação - e subjetiva - que diz respeito às formações, motivações e experiências subjetivas - do trabalho no capitalismo contemporâneo. O objeto de estudo encontra-se delimitado na prática de arquitetos e arquitetas que atuam com ATHIS no município de São Luís do Maranhão, tomando como contexto as condições singulares, da capital maranhense, que estruturam e atravessam essa prática profissional e nos sentidos atribuídos a ela por seus sujeitos, também trabalhadores. Este estudo parte do pressuposto de que o trabalho social - ou técnico-social - com ATHIS se insere nas contradições do mundo do trabalho, articulando elementos técnicos, políticos, sociais e éticos.

Assim sendo, a escolha desse objeto perpassa da necessidade de compreendermos a prática profissional sob o ponto de vista do seu processo sócio-histórico, marcado pelas contradições estruturais do capitalismo e pela precarização do mundo do trabalho. Isso porque o trabalho social em arquitetura, especialmente quando realizado no campo da habitação popular, carrega as marcas de um contexto em que a moradia é tratada como mercadoria, e não como direito. Então, este estudo ganha densidade a partir da centralidade atribuída à categoria trabalho, entendida aqui como categoria ontológica fundante da vida social (Lukács, 1996). Conforme discutido por Antunes (2008), mesmo diante da reconfiguração das formas de exploração no capitalismo, o trabalho segue como o principal mediador entre o ser humano e a realidade, sendo responsável não apenas pela transformação do mundo, mas também pela constituição subjetiva do sujeito.

Inclusive, como colocado por Cardoso (2011), o estudo sobre a categoria trabalho foi e é de suma importância para o entendimento do sujeito na vida material e social e é feito desde os primórdios do pensamento social, ocupando um lugar central e fundamental nos debates sociológicos até a atualidade. Nesse sentido, compreendemos que tratar a temática em uma percepção objetiva e subjetiva, é uma oportunidade de contribuir com a discussão rica que se tem feito historicamente, no entanto, observando particularidades e abstrações, ao relacionar aspectos da relação dialética entre sujeito e objeto, mediada por outras categorias, como alienação e consciência.

Nesse sentido, ao investigarmos a prática social de arquitetos e arquitetas na ATHIS, buscamos compreender como os profissionais constroem experiências que extrapolam a dimensão técnica da profissão e revelam aspectos da alienação, da resistência e da reinvenção no exercício do trabalho. Até porque, historicamente, a atuação profissional da arquitetura esteve ligada à reprodução das formas dominantes de produção do espaço urbano, em sintonia com os interesses do capital e da lógica mercantil do solo urbano (Montaner; Muxi, 2014). No entanto, no caso brasileiro, experiências históricas de luta por moradia e a emergência de movimentos sociais urbanos nas décadas de 1970 e 1980 possibilitaram o surgimento de formas alternativas de prática profissional, com base em princípios de participação, direito à cidade e justiça social (Bonduki, 1992).

Nesses termos, como destaca Lefebvre (2001), o espaço urbano é o lugar onde se materializam as relações de poder e, portanto, é também onde se travam as lutas sociais. Consequente, o trabalho dos profissionais de arquitetura, na construção e na produção do espaço urbano, se torna também uma arena de disputa entre interesses mercantis e demandas sociais. Além disso, analisando o tema supracitado com a problemática da habitação local, consideramos que o enfrentamento da questão social, conforme expressa na moradia urbana não está no tratamento de problemas isolados. No âmbito da arquitetura, por exemplo, é comum a ideia que a solução simplificada para oferta de habitação digna está na responsabilidade de boa execução de uma política pública, mas é muito além disso. Ela está no questionamento da propriedade privada e da mercadoria, na valorização do indivíduo e não do objeto, no rompimento com o padrão de acumulação capitalista.

Ao tratar a problemática da habitação no capitalismo Silva (1989 p. 31) aponta:

A escassez de moradia é percebida como manifestação da desigualdade implantada pelo capitalismo enquanto sistema de produção. É um fenômeno que cresce paralelamente ao exército industrial de reserva, sendo ambos benéficos para o processo de acumulação, na medida em que o capitalismo cria, como condição necessária a sua expansão, a existência de uma classe que não tenha outra coisa para vender a não ser sua força de trabalho.

Em consonância, para Maricato (2002) a questão do rendimento nas camadas sociais vai definir uma proporção de despossuídos, justamente porque eles não conseguem pagar pelo preço da terra e da moradia. A questão é que fora da possibilidade de conseguir uma habitação digna por meio de um programa habitacional ou de participar do mercado imobiliário, como enfatiza Maricato (2013, p.23)

[...] grande parte de nossas cidades é construída pelos próprios moradores em áreas invadidas - muitas delas em ambientes frágeis - ou adquiridas de loteadores ilegais.

Para a construção desses bairros não contribuem arquitetos ou engenheiros, tampouco há observação de legislação urbanística ou de quaisquer outras leis [...] (Maricato, 2013, p.23)

Ainda segundo a autora, a modernização desigual das cidades possui base na estrutura desigual das classes no acesso à terra e em seu crescimento pela mercantilização. E que isso gera mudanças do modo de produção e reprodução da classe trabalhadora (Maricato, 2000). Dito isso, o outro ponto a ser mencionado é que a viabilidade de construção de uma habitação social adequada demanda um conjunto de soluções específicas, coerentes com parâmetros de localização, custos básicos de manutenção para os usuários e padrões estruturais de qualidade (Onu-Habitat, 2015). Desse modo, faz parte do critério da adequabilidade garantir a qualidade e segurança estrutural das moradias, atributo esse que é de responsabilidade técnica e profissional. Então, como garantir essa adequabilidade, qualidade e segurança estrutural das moradias das famílias empobrecidas, de baixa renda?

Com a promulgação da Constituição de 1988 e, posteriormente, com a Lei Federal nº 10.257/2001 - o Estatuto da Cidade - o direito à moradia passou a ser tratado como direito humano fundamental, social e a função social da propriedade incorporada ao ordenamento jurídico. Foi pela Emenda Constitucional nº 26/2000, no artigo 6º, que se incluiu a moradia dentre os direitos sociais: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Ainda assim, o déficit habitacional e a autoconstrução precária seguem sendo características estruturais da urbanização brasileira (Bonduki, 2008; IPEA, 2011).

Pensando nisso, a área da Arquitetura Social visa qualificar as cidades, estimular a resiliência, a sustentabilidade e fortalecer o direito à cidade e à habitação por meios de soluções que aproximam a sociedade do espaço em que vivem. Um ramo dessa área da arquitetura é a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), instituída pela Lei Federal nº 11.888/2008, que visa assegurar às famílias de baixa renda a assistência técnica e gratuita para construção saudável de suas moradias. A criação desta lei representa uma conquista histórica e política, fruto da articulação entre profissionais, universidades, movimentos sociais e organizações populares. Ainda assim, sua implementação é marcada por contradições e limitações. Mesmo depois de mais de quinze anos, a lei de ATHIS ainda não é implementada em todos os estados brasileiros, nem amplamente conhecida pelas camadas populares, que mais necessitam do direito gratuito à moradia digna e segura.

O que é preocupante, dada a importância da moradia na sociedade. Isso porque a habitação tem um papel muito significativo na vida das pessoas, em especial, das famílias trabalhadoras e apresenta diversos sentidos como de abrigo, espaço de descanso, local de vivência familiar. Como afirma Maricato (1987, p. 26), “[...] a casa própria, mesmo quando se trata de um simples embrião de alvenaria sem revestimento, é motivo de grande segurança e sensação de progresso pessoal para o trabalhador [...]”. Isto é, a moradia é uma estrutura que agrega funções de uso, mas também percepções e sentimentos. Por esse motivo, é de grande relevância que sejam tratados os problemas relacionados à ausência de suporte técnico no ato de construir e morar de famílias que não possuem condições financeiras de contratar um profissional capacitado para auxiliar na tomada de decisões técnicas que definem o projeto residencial, embora tenham o direito de ter, conforme a legislação.

Este cenário se potencializa com a crescente autoconstrução das habitações nas cidades brasileiras, sendo uma das principais alternativas buscadas pela população de baixa renda. Dessa forma, na escolha da temática levamos em consideração a importância de debater, em cenário local, as condições objetivas e subjetivas no trabalho social dos profissionais de arquitetura, que tem o compromisso de promover o direito da população pobre (da que possui moradia) à habitação salubre, confortável e segura. Entendemos que há uma vinculação direta com o enfrentamento da questão social, na compreensão do ser social e na totalidade do mundo real, visto que aprofunda reflexões no que diz respeito ao acesso e luta pelo direito de morar digno, parte essa essencial no exercício das relações sociais e de sobrevivência.

O objeto em questão resulta das reflexões e indagações advindas das experiências, como estagiária de Arquitetura e Urbanismo, na Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), nos intensos estudos durante o período de graduação em Arquitetura e Urbanismo e, no processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que abordou a política habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida, na capital, com foco nos relatos de vida dos beneficiários do Programa. Ambas experiências possibilitaram à pesquisadora atuar em projetos públicos tanto para habitação, no que se refere à regularização fundiária quanto para o urbanismo, provocando também indagações sobre o papel e lugar do arquiteto enquanto trabalhador, pesquisador e intelectual.

Ao observarmos a dedicação de diversos profissionais de arquitetura na luta coletiva pelo direito à cidade e por moradia digna, surgiu o interesse de conduzir um estudo que enfatize as condições materiais e os motivos pelos quais os sujeitos exercem esse trabalho social, em prol de melhorias da vida humana. Além disso, consideramos a centralidade da categoria

trabalho e a importância de se debater as questões que a envolvem, de forma crítica, em suas múltiplas dimensões. Afinal, embora o objeto de estudo aborde um grupo seletivo de profissionais que estudam, principalmente a questão urbana, estes estão submetidos a uma crise no mundo do trabalho que é universal. Com isso, esta pesquisa está vinculada à Área de Concentração “Políticas Públicas e Movimentos Sociais”, na Linha de Pesquisa “Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas, do Curso de Mestrado em Políticas Públicas pertencente ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Já a realidade empírica da pesquisa, ou, a particularidade do objeto se delineia nas Assessorias e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) no município de São Luís, capital do estado do Maranhão. A cidade é rica de encantos, rodeada por praias e um berço notório de emblemas urbanos, sociais, econômicos, culturais, ambientais e políticos. Nesta região, o perfil socioeconômico da população é majoritariamente de baixa renda, conforme apontado na última pesquisa de rendimentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), além de possuir casos práticos que envolvem a atuação dos profissionais de arquitetura em assessoria técnica. Nesse sentido, cabe ressaltar que só no Maranhão existem mais de 3 mil arquitetos e urbanistas atuantes com projetos de obras e reformas (CAU/MA, 2024), isto é, com oferta de profissionais técnicos disponíveis para as demandas não apenas da capital, mas de todo o estado.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o trabalho social dos arquitetos e arquitetas nas Assessorias e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), com base em experiências concretas desenvolvidas em São Luís do Maranhão, articulando as dimensões objetivas e subjetivas da prática profissional à centralidade da categoria trabalho. Assim, o presente estudo tem o compromisso de expandir a discussão acerca do trabalho social, das dimensões e tensões que rodeiam as condições materiais da vida, o papel do profissional de arquitetura, da contradição em seu trabalho, da função social¹ e pessoal que é dada mesmo antes de nascer.

¹ Utilizamos como expressão “função social”, recuperando a terminologia usada por Vilanova Artigas (1984), no texto *A função social do arquiteto*. A expressão, longe de chegar à conclusão de um conceito, carrega o sentido de que a prática profissional dos e das arquitetas não se limita na atuação técnico-operacional do fazer arquitetônico, mas no domínio teórico-crítico, face à realidade, de pensar novos caminhos para arquitetura, em que ela esteja conhecendo e reconhecendo os problemas do povo. Conforme o autor, “[...] Mas é claro também que, enquanto a ligação entre os arquitetos e as massas populares não se estabelecer, não se organizar, enquanto a obra dos arquitetos não tiver a suma glória de ser discutida nas fábricas e nas fazendas, não haverá arquitetura popular. Até lá... uma atitude crítica em face da realidade” (Artigas, 2004, p.49). Registra-se que Vilanova Artigas, foi referenciado arquiteto ligado por sua atuação política tanto no âmbito da arquitetura quanto por sua militância partidária no Partido Comunista Brasileiro.

Por fim, o desafio foi construir uma reflexão em um contexto verídico, real e historicamente determinado como solicita o método científico aqui adotado que é o materialismo histórico-dialético. Portanto, dotar com teor crítico a discussão pela luta da moradia urbana em uma luta de classe e de enfrentamento da questão social em si, agrega também profundidade e materialidade na construção do pensamento científico. Para realização da presente pesquisa, foi utilizado o materialismo histórico-dialético.

Essa abordagem teórico-metodológica foi desenvolvida por Marx e Engels ainda no século XIX, como sabemos. Ela corresponde ao que pode ser chamado de fazer científico envolvido nos processos de emancipação humana, e seu objetivo geral é a transformação do modo de produção capitalista, pois nele não há possibilidade de chegar em uma sociedade emancipada. Mais precisamente, o materialismo histórico-dialético é:

[...] um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica, [...] é uma postura, um método de investigação e uma práxis, um movimento de superação e de transformação. Há, pois, um tríplice movimento: de crítica, de construção do conhecimento 'novo', e da síntese no plano do conhecimento e da ação (Frigotto, 2010, p. 79).

Para realizar pesquisas baseadas no materialismo histórico-dialético, o pesquisador deve ter compromisso com vários pressupostos, incluindo: a realidade concreta; a relação entre sujeito e objeto na produção da realidade concreta; o concreto como ponto de partida e ponto de chegada; e a realidade como um todo coberto de contradições. A falta de comprometimento com esses princípios prejudica a pesquisa e a confunde com outras vertentes epistemológicas, resultando em inadequação metodológica (Lavoura; Martins, 2017).

A dialética materialista, isto é, concentrada nas contradições e superações inerentes da realidade, deriva das contribuições da filosofia de Hegel e Feuerbach, e é o fundamento do materialismo histórico (Frigotto, 2010). Esta concepção, nos auxilia em ver a história e o concreto além das aparências imediatas, permitindo acesso aquilo que é a essência do fenômeno. Marx e Engels (1846) reinterpretaram as ideias de Hegel, que desenvolvia uma base idealista, deslocando o plano para o que é material, fruto das relações sociais e econômicas. O sujeito principal deixa de ser o movimento de compreensão do espírito e da consciência (idealismo de Hegel) e passa a ser o movimento da luta de classes, sendo a maior contradição do capitalismo, o antagonismo entre a classe burguesa e a classe do proletariado (Frigotto, 2010).

Dessa forma, Frigotto (2010) pontua que o materialismo histórico-dialético não se limita apenas na compreensão crítica da realidade, mas também em sua transformação. Conforme o autor: “A concepção materialista funda-se no imperativo do modo humano de produção social da existência” (Frigotto, 2010, p. 75). Assim, nas pesquisas acadêmicas pode ser encontrado de três formas: como postura ou concepção, por método de análise e enquanto práxis. Resumidamente, no primeiro caso, o materialismo se contrapõe às concepções metafísicas da realidade como ideia central que o pensamento é uma representação subjetiva de um mundo externo, que não depende da consciência humana. Nesse caso, o pesquisador utiliza da realidade objetiva e a apresenta de forma teórica, sem negar as determinações.

No segundo caso, sendo um método de análise, constrói uma mediação para analisar a realidade, sendo determinado pelo contexto do objeto que será investigado, dessa forma, não se constitui com uma sequência de passos. As determinações serão dadas em ordem lógica após a síntese das determinações investigadas (Frigotto, 2010). Já como práxis, há um compromisso da dialética materialista com a reflexão da realidade, constituindo uma crítica ao plano do conhecimento enquanto transformação teórica e ao plano real sócio historicamente determinado. Na práxis, a unidade entre teoria e prática é indissolúvel, tendo a prática social dos sujeitos como o ponto de partida e também suas limitações (Frigotto, 2010).

Nesse sentido, nosso maior esforço foi para que esta pesquisa estivesse mais próxima da práxis que o método demanda, visto que nosso objeto de estudo está centrado nas práticas reais dos sujeitos escolhidos. Ressaltando, no entanto, que o processo investigativo teve seu suporte teórico principalmente nas categorias com totalidade de maior complexidade - como as categorias Trabalho, Classe Trabalhadora, Alienação, Ética e Formação - observando que o horizonte a ser alcançado era justamente da totalidade de menor complexidade.

Dito isso, parte desta análise encontra-se baseada em dados subjetivos fornecidos nas falas dos participantes. Sobre eles, a pesquisa foi realizada com sete arquitetos (as) que atuam com a Assessorias e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), em São Luís, que concordaram em participar da entrevista e que cumpriram com os critérios de inclusão da pesquisa, que foram:

Os critérios de inclusão da seleção dos participantes são:

- a) Ser maior de 18 anos;
- b) Ser residente no Maranhão;
- c) Trabalhar com assistência técnica em São Luís do Maranhão;
- d) Ser formado em arquitetura.

Dessa forma, atendendo esses critérios de inclusão, os grupos de profissionais que não tivessem todos os requisitos seriam automaticamente excluídos. Ademais, não houve outros elementos definidos para critérios de exclusão.

Em São Luís, existem experiências com a elaboração de projetos que envolvem a prática da ATHIS, prestadas em programa da esfera do governo estadual (O Cheque Minha Casa) e organizadas no formato de escritórios, profissionais autônomos, entidades e organizações não-governamentais (ONGs). Assim, para viabilizar esta pesquisa, os trabalhadores abordados foram os que trabalham de forma autônoma, sendo, portanto, selecionados por amostra de conveniência. De acordo com Gil (2008, p. 94) a amostragem por acessibilidade ou conveniência “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo”. Por ética, cada participante foi denominado seguindo uma sequência, a exemplo: P1, P2,... e Pn, de modo a respeitar o sigilo da identidade.

Dessa forma, a técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, pois oferece aos (as) entrevistados (as) a liberdade de expressão, mas, ao mesmo tempo, faz com que o entrevistador consiga manter o foco do entrevistado (Gil, 2008). Foi elaborada uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas e fechadas (no apêndice) que tratam do cotidiano desses profissionais em seus espaços de trabalho, o perfil dos profissionais, suas características socioeconômicas, suas experiências em ATHIS, bem como também suas expectativas e - tendo a possibilidade de incorporação de perguntas mediante novos pensamentos e necessidade de entendimento sobre algum tema que porventura surgir e for enriquecer a pesquisa. Em determinados momentos, por exemplo, foi solicitado aos (as) participantes que dessem mais detalhes de uma fala, como o nome de instituições, datas e outras informações complementares.

Para a coleta de dados, foi utilizada inicialmente a revisão de literatura através de um recorte de referenciais teóricos que puderam ser encontrados em livros, teses, materiais de acesso público, anotações pessoais, dentre outras formas de fontes bibliográficas. Na etapa de pesquisa de campo, o convite para a participação da pesquisa foi feito após o mapeamento dos profissionais atuantes com ATHIS, na cidade de São Luís. Quanto aos critérios éticos que foram adotados na pesquisa são: o sigilo quanto à identidade do participante e a não divulgação de informações que não possam contribuir para a pesquisa, além da não divulgação de dados pessoais.

Por fim, o método de análise tem como base as categorias identificadas e posteriormente, investigadas, o que permite uma interpretação e análise do material teórico e

também recolhido com a contribuição dos entrevistados. Este movimento tem como objetivo superar a aparência (singular) do objeto para chegar à sua essência (totalidade). Desse modo, “o que se procura na interpretação é a obtenção de um sentido mais amplo para os dados analisados, o que se faz mediante sua ligação com conhecimentos disponíveis, derivados principalmente de teorias. Ligação essa que precisa estabelecer-se de forma harmônica” (Gil, 2008, p. 178).

Assim, o processo de leitura das entrevistas teve a finalidade de estabelecer conexões, mediações e contradições entre os relatos coletados. Lembrando que o resultado da interpretação não foi de generalizar as informações sobre o tema, mas apresentar a relevância das singularidades dos relatos trazidos. Portanto, consideramos que os relatos coletados são informações subjetivas e necessitam de uma escuta e leitura mais aguçada para respeito e fidelidade dos discursos, evitando interpretações equivocadas e dando ênfase às abstrações existentes. Quanto às dificuldades enfrentadas na pesquisa, destacamos que, por se tratar de uma temática ainda pouco explorada no campo da arquitetura, especialmente no que se refere à análise do trabalho, à relação sujeito-objeto e à articulação entre objetividade e subjetividade, encontramos limitações na disponibilidade de materiais e referências teóricas mais recentes.

Diante disso, optamos por recorrer a uma literatura clássica, cuja riqueza analítica permanece válida e atual, utilizando Marx, Lukács e contemporâneos como Antunes, entre outros. No que tange à etapa de pesquisa de campo, todos os profissionais contatados foram bastante solícitos em participar desta dissertação. Contudo, um dos principais desafios foi conciliar as agendas, considerando que a realização das entrevistas demandava, em média, uma hora e meia de dedicação por parte dos (as) participantes, o que exigiu flexibilidade frente às rotinas intensas de trabalho desses profissionais.

Dessa forma, a exposição da pesquisa encontra-se organizada, além desta introdução em três capítulos. No primeiro capítulo, discutimos a centralidade da categoria trabalho para a compreensão do ser social, articulando as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho a partir de uma fundamentação ontológica, bem como situamos a classe trabalhadora e o lugar da consciência para o debate. No segundo capítulo, aprofundaremos questões do campo da arquitetura, analisando as formas de trabalho na arquitetura, a formação profissional e acadêmica no curso, a ética e a função social do arquiteto, bem como o papel do Conselho de Arquitetura e Urbanismo na promoção da arquitetura social, no trabalho e na formação, conectando essa prática às contradições mais amplas do mundo do trabalho contemporâneo.

No terceiro capítulo, realizamos uma síntese da Habitação de Interesse Social no cenário brasileiro, maranhense e ludovicense; Contextualizamos a demanda e a estrutura que a cidade de São Luís tem para a prática no trabalho dos profissionais participantes, bem como uma análise empírica a partir das entrevistas realizadas com arquitetos e arquitetas atuantes em ATHIS em São Luís do Maranhão, buscando evidenciar como suas trajetórias, práticas e sentidos atribuídos ao trabalho social expressam, de maneira viva, a tensão entre condicionantes estruturais e projetos ético-políticos de transformação.

2 A RELAÇÃO OBJETIVIDADE-SUBJETIVIDADE NO TRABALHO SOCIAL

Começamos esta pesquisa pontuando que o trabalho social na arquitetura exige uma compreensão ampliada sobre o próprio conceito de trabalho e sua centralidade na sociedade contemporânea. Para além da concepção instrumental (e equivocada) do trabalho apenas como meio de sobrevivência, é fundamental entendê-lo enquanto elemento fundante do desenvolvimento do ser social, das relações sociais e da constituição dos sujeitos. Neste capítulo, discutiremos como a dialética entre objetividade e subjetividade atravessa a experiência do trabalho, determinando tanto as condições materiais quanto a formação da consciência dos trabalhadores.

Inicialmente, exploraremos sobre a classe trabalhadora e o trabalho social, destacando como a fragmentação e a heterogeneização dessa classe influenciam a inserção dos arquitetos e das arquitetas no mundo do trabalho. Em seguida, aprofundaremos a discussão sobre a dialética do trabalho e a relação sujeito-objeto, demonstrando como o trabalho, desde sua gênese, é um processo de mediação entre o sujeito e a realidade material, sobretudo no objeto-trabalho. A partir dessa relação, abordaremos a relação intrínseca entre as condições objetivas e subjetivas no trabalho, evidenciando como a experiência concreta dos trabalhadores molda suas percepções, aspirações e subjetividade e o lugar da formação de uma consciência. Assim, este capítulo estabelece as bases teóricas para compreendermos como essas relações se manifestam no trabalho social na arquitetura, tema central da pesquisa.

2.1 A precarização do trabalho social e a fragmentação da classe trabalhadora

O objeto de estudo desta pesquisa é a prática do trabalho social de arquitetos, uma atuação que se distingue por apresentar características próprias em relação a outros modos de exercer a profissão, sobretudo quando comparada ao modelo hegemônico voltado ao mercado. Embora nosso estudo esteja encaminhado para uma análise centrada em uma categoria específica, os arquitetos e arquitetas fazem parte de uma categoria maior: a classe trabalhadora. Assim, apesar das particularidades inerentes ao trabalho na arquitetura, este se insere em um contexto mais amplo, no qual diversas profissões compartilham condições estruturais semelhantes. Dessa forma, para compreender o trabalho social na arquitetura - em suas

dimensões objetiva e subjetiva -, é essencial situá-lo na realidade do trabalho no Brasil contemporâneo.

O trabalho ocupa grande parte do cotidiano das pessoas, mas não apenas com o ato de trabalhar em si, pois há todo um processo que antecede e estrutura essa atividade: o despertar, o café da manhã, o deslocamento, a chegada ao posto de trabalho. Embora essas etapas possam ter vivências individuais - como ir ao trabalho de carro, de ônibus ou mesmo a pé; despertar às 5h ou às 8h da manhã - elas revelam uma dinâmica universalizada, em que a rotina laboral impõe um ritmo que parece repetir-se incansavelmente, evidenciando um dilema comum a milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Mas não apenas isso, há uma realidade com condições postas que influenciam a todos, sem distinção. O modo de produção, a divisão social do trabalho, a cultura, as ideologias, a política, o espaço urbano são exemplos de elementos da sociedade que nos deparamos e reproduzimos dia após dia, mas que nem sempre ou necessariamente percebemos.

Dessa forma, começemos procurando conhecer quem é essa classe trabalhadora e quais são as principais contradições que a acompanham na realidade brasileira. Aliás, o debate é extenso sobre a concepção da categoria, assim como a atualidade dessa última, com questões que buscam responder: “Quem compõe a classe trabalhadora? O que é o proletariado? Quem é a classe-que-vive-do-trabalho? Como se define o precariado? Podemos falar da constituição de uma classe na contemporaneidade?” entre outros questionamentos. Seguindo as formulações marxianas, compreendemos que a totalidade da classe trabalhadora se dá pelo conjunto de todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário, sejam eles produtivos (núcleo central) ou improdutivos.

Antes de aprofundar o conceito, entendemos que nossa pesquisa poderá ser lida por um público que conhece as categorias e ideias centrais de Marx, como por quem não conhece. Nesse sentido, buscamos esclarecer e elaborar sobre alguns conceitos, na finalidade de reafirmar a existência e validade de uma classe trabalhadora, dos elementos que a caracterizam e da centralidade no trabalho. Assim, para contextualizar a inserção do arquiteto social na classe trabalhadora, aprofundaremos a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. Esse debate, central na tradição marxista, ajuda a elucidar de que forma diferentes tipos de trabalho se articulam na produção capitalista e como suas condições materiais impactam a organização da classe trabalhadora. No caso dos arquitetos, essa distinção adquire contornos específicos, pois sua atuação oscila entre a prestação de serviços e trabalho assalariado no processo de acumulação do capital.

Dito isso, o trabalhador produtivo, a priori, é aquele cujas atividades servem à produção de mais-valia (excedentes), gera riqueza imediata e contribuem diretamente para a valorização do capital, isto é, como uma ferramenta de autovalorização do capital (Marx, 1985), podendo ser exemplificado, a grosso modo, pelo trabalho de operários dentro de uma grande indústria que produz qualquer tipo de produto. Já o trabalhador improdutivo é o que vende sua força de trabalho como serviço (com fins públicos ou capitalistas) e que não produz mais-valia e nem participam diretamente do processo de valorização do capital, mas que são essenciais para a sobrevivência do sistema (Antunes, 2000).

No entanto, não podemos esquecer que não é uma especialidade ou a forma externa do produto que vai definir se o trabalho é produtivo ou não (Marx, 1985), mas sim como se dá a venda e compra da força de trabalho. Ainda acerca do trabalho improdutivo, este pode ser exemplificado pelo trabalho inserido nos setores públicos, bancos e até em setores das fábricas que não criam diretamente valor, como no trabalho do marketing. Como explica Antunes (2009, p. 102) os trabalhadores improdutivos “constituem-se em geral num segmento assalariado em expansão no capitalismo contemporâneo - os trabalhadores em serviços -, ainda que algumas de suas parcelas encontrem-se em retração”.

Além disso, no cenário contemporâneo, os trabalhadores e trabalhadoras podem desempenhar atividades no mundo da produção que combinam simultaneamente características produtivas e improdutivas. Essa complexidade reflete uma transformação nas dinâmicas do trabalho, na qual mesmo aqueles considerados improdutivos vivenciam condições semelhantes às dos trabalhadores produtivos. Isso evidencia não apenas a inter-relação constante da classe trabalhadora com as forças produtivas, mas também sua inserção nas contradições estruturais do capitalismo, marcadas pela dominação simbólica e pela perpetuação da divisão de classes.

Diante disso, abordando a particularidade desta pesquisa, podemos exemplificar, grosso modo, que o trabalho da arquitetura possui características de um trabalho improdutivo, na medida que é feito, majoritariamente, por atividades de prestação de serviço e de geração de antivalor no processo de trabalho capitalista (esse ponto sobre o trabalho na arquitetura será aprofundado no segundo capítulo). Ainda sobre a noção da classe trabalhadora hoje, Antunes (2018, p. 101) defende que “não se restringe somente aos trabalhadores manuais diretos, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário”.

Então, retomando ao objetivo desta seção, a classe trabalhadora da atualidade existe, sem dúvidas, embora não seja igual à do século XIX, representada pelo proletariado industrial,

e do século passado que, em suma, acompanhava as características tayloristas/fordistas, sendo agora “mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada” (Antunes, 2018, p.103).

Decerto, a flexibilidade no trabalho e na classe trabalhadora brasileira refletem as consequências do processo de reestruturação produtiva dos últimos anos, que se caracteriza também por um intensa lógica flexível e com foco na acumulação capitalista pelo capital financeiro. Sobretudo, pelas novas formas da classe trabalhadora se inserir na produção, caracterizada pelo aprofundamento da precarização expressa em aspectos como a descentralização produtiva e a terceirização do trabalho, desde os setores nacionais aos internacionais. Não é de se esperar que o resultado no mundo do trabalho apresentasse conformação após a crise estrutural do capital, instituída a partir do início dos anos 1970, daí que a classe trabalhadora hoje abarca os requisitos de um modelo de acumulação flexível, que projeta no trabalhador a semelhança de um ser polivalente.

Importante destacar que, como ressalta Antunes (2018), ainda hoje encontramos formas vigentes de produção nos modelos taylorista/fordista, não sendo o modelo de produção flexível (toyotista) o único em operação, ou seja o modelo toyotista não constitui a superação do sistema taylorista/fordista no sentido de sua negação, mas de sua adequação à nova configuração da organização da produção capitalista. Essa mudança, embora tenha sido gradativa, não é generalizada. Assim, o autor define a classe trabalhadora: “[...] composta – e isso é decisivo hoje – da totalidade dos trabalhadores assalariados, em todas as suas distintas modalidades de inserção no mundo do trabalho, incluindo aqueles subempregados, na informalidade e desempregados” (Antunes, 2018, p. 104). No entanto, para o autor essa noção ampliada colocada por ele exclui aqueles denominados “gestores do capital”, isto é, que estão inseridos na classe dominante, como os responsáveis pela valorização e gestão do capital, a exemplo dos pequenos empresários, dos que vivem da especulação e de juros e da pequena burguesia urbana e rural.

Dessa forma, temos hoje uma classe trabalhadora heterogênea, fragmentada e bastante complexa. Porém, embora composta por trabalhadores de diversas categorias, todos compartilham um mesmo princípio: dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver e não detêm os meios de produção. Essa formulação retoma em linhas gerais a ideia do conjunto social que representa o proletariado, dado por Marx e Engels, no prefácio de 1888 (edição inglesa) do *O manifesto do partido comunista*, quando o define como “classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (Marx; Engels, 1998, p. 46). Necessário esclarecer que,

embora não seja nossa pretensão prolongar a discussão acerca de uma conceituação, é importante entender que esta constitui uma construção histórica e essencialmente resistente.

Além disso, segundo Antunes (2008), outra tendência que caracteriza as mudanças no mundo do trabalho, e que cresceu significativamente nos últimos anos, é a expansão dos assalariados médios e de serviços. Essa tendência abarcou parte dos trabalhadores que estavam fora do trabalho produtivo nas indústrias (uma expansão do exército industrial de reserva), devido ao processo de desindustrialização e de reestruturação produtiva (pela crise estrutural do capital). No entanto, mesmo com a ampliação desse setor, isso não isentou que a lógica da racionalidade do capital recaísse sobre ele, com mutações organizacionais e tecnológicas, reduzindo os postos de trabalho e impactando nas formas de gestão, inclusive, aproximando o assalariamento dos trabalhadores do setor de serviços com a lógica e racionalidade do mundo produtivo (retomando o que já falamos sobre trabalho produtivo e trabalho improdutivo), o que gera, consequentemente, uma interpenetração entre ambos.

A reestruturação do capital constituiu uma das principais estratégias para a recomposição do padrão de acumulação, bem como para a retomada da hegemonia no espaço produtivo, após o intenso ciclo de greves e lutas sociais que marcaram o final da década de 1960. Como aponta Antunes (2008, p. 4), “foi nesse contexto que o capital, em escala global, vem redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho - o trabalho precário - com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa.”

A partir dessa conjuntura, surgiram outras formas de trabalho precarizado, com destaque para o empreendedorismo, o trabalho voluntário e o cooperativismo, que se disseminam como alternativas à crise do emprego formal. No entanto, como alerta Antunes (2008), tais formas se articulam a partir de uma lógica que, embora capture expressões originadas nas lutas sociais, como “participação social” e “controle operário”, as esvaziam de seu conteúdo político original, ressignificando-as sob uma perspectiva funcional ao capital, de modo a reforçar o individualismo, a competitividade e a fragmentação da classe trabalhadora (Antunes, 2008).

Nesse cenário, podemos lembrar como o Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), mesmo com suas limitações, se configurou também como uma resposta parcial e provisória às contradições do capitalismo, assegurando o acesso a direitos sociais mínimos, como saúde, educação, previdência e habitação. No entanto, com o avanço do neoliberalismo e a crise estrutural do capital, o Estado passou a se desresponsabilizar dessas funções, transferindo para as iniciativas privadas (e o "terceiro setor") responsabilidades que antes pertenciam à esfera pública (Antunes, 2008). Assim, a assistência social, que começou a ser assumida na

perspectiva de política estatal garantidora de direitos, é reconfigurada como uma série de ações fragmentadas, muitas vezes promovidas pelo trabalho social, o "trabalho voluntário" ou por meio de "parcerias" com empresas ou entidades privadas sem fins lucrativos, que atuam para atender demandas pontuais e emergenciais, assim como disputar os recursos do Estado.

Com isso, a ideologia da "autorresponsabilização" se consolida, atribuindo aos sujeitos o dever de resolver, sozinhos, problemas que são coletivos e estruturais, como o desemprego, a falta de moradia e a precarização das relações de trabalho, reforçando o discurso de que "cada um deve ser o empreendedor de si mesmo", mesmo em condições de extrema desigualdade social e de condições trabalhistas problemáticas. Paralelo a isso, temos o crescimento do dito "terceiro setor" diretamente ligado à crise do mercado de trabalho e ao aumento do desemprego estrutural. Para termos uma noção, pelo Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), só em 2021, o Brasil possuía mais de 800 mil organizações sem fins lucrativos, entidades e organizações da sociedade civil, dentre outras (IPEA, 2024). Isso demonstra como um novo campo de trabalho se expandiu no país e como esse processo passou a carregar a lógica que a responsabilidade com o social é uma questão privada, eximindo o Estado de seu papel histórico e institucional, na criação e implantação de políticas públicas.

O "terceiro setor" se mostra como uma alternativa de ocupação em empresas comunitárias e organizações sem fins diretamente lucrativos, "motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, sobretudo assistenciais, sem fins diretamente lucrativos e que se desenvolvem um tanto à margem do mercado" (Antunes, 2009, p. 112). Ainda conforme o autor, esse ramo não representa uma solução estrutural para a crise do trabalho, pois cumpre uma funcionalidade no sistema que é de abarcar os trabalhadores desempregados e por substituir o papel que antes era desempenhado pelo Estado, embora movimente uma economia solidária e crie formas de sociabilidade alternativas. A crise do trabalho tem, portanto, uma reserva gigantesca de desempregados, que não apenas disputam vagas nos setores industriais e de serviços, mas também enfrentam uma competição brutal no campo do trabalho informal e precário.

Nesse contexto, como exemplo, compreendemos que a Reforma Trabalhista de 2017 representa um marco histórico na reconfiguração das relações de trabalho no Brasil. Longe de ser apenas uma atualização da legislação, essa reforma se insere em uma estratégia mais ampla de adaptação da economia brasileira às demandas da Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIT). Em um século dominado pela especulação financeira e pela volatilidade dos mercados, o capital produtivo encontrou sua saída na redução dos custos com mão de obra, na

flexibilização dos contratos e na fragmentação das cadeias produtivas. Para atrair investimentos estrangeiros e aumentar a competitividade das empresas, o país optou por aprofundar a desregulamentação do trabalho, enfraquecendo direitos e ampliando a insegurança dos trabalhadores. O resultado foi uma nova configuração do emprego formal, em que a estabilidade deu lugar à incerteza, e a proteção social foi substituída por um modelo no qual o risco é inteiramente transferido para o sujeito.

A justificativa dada, na época, por setores parlamentares e empresariais, para essas mudanças foi de que, para retomar o crescimento econômico, seria necessário reduzir o custo do trabalho. Segundo essa lógica, a flexibilização da legislação trabalhista incentivaria a criação de novos postos de trabalho, permitindo que mais pessoas tivessem acesso ao mercado formal. No entanto, o que se viu, na prática, foi uma precarização ainda mais acentuada das condições de trabalho. A Reforma Trabalhista não apenas consolidou um cenário de maior precarização para os trabalhadores, como também fortaleceu o poder do empregador na negociação das condições contratuais. O empregador teve seus custos reduzidos, enquanto o trabalhador passou a lidar com jornadas mais longas, intervalos reduzidos, novos regimes, como o trabalho intermitente - que rompe com a previsibilidade do tempo de trabalho e da renda - e um banco de horas que, na prática, inviabiliza o pagamento de horas extras.

Recentemente, os impactos dessa reestruturação no trabalho que vem ocorrendo paulatinamente durante décadas, podem ser observados nos índices de informalidade, desemprego e subutilização da força de trabalho. Segundo dados do IBGE (2024), a taxa de informalidade, em 2023, foi de 39,2%, pouco abaixo dos 39,4% registrados em 2022, o que evidencia a manutenção de um mercado de trabalho cada vez mais desestruturado. Alguns estados registram níveis ainda mais alarmantes como Maranhão (56,5%), Pará (56,5%) e Piauí (54,4%). Além disso, o estudo aponta que 18% da população economicamente ativa está subutilizada, ou seja, mais de 18 milhões de pessoas não conseguem trabalho suficiente para suprir suas necessidades (a taxa é composta por taxa de desocupação, taxa combinada da desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial).

Esses números revelam que, longe de criar um ambiente favorável ao emprego, a Reforma Trabalhista não amenizou a insegurança e a fragmentação das relações de trabalho. Aliado a isto, a sobrevivência é cada vez mais difícil para aqueles que dependem da venda de sua força de trabalho. Assim, embora a Reforma Trabalhista seja um marco recente para a classe trabalhadora brasileira, não podemos esquecer que fragmentação e a precarização do trabalho

da qual a classe trabalhadora vivencia atualmente, não são apenas consequências diretas de reformas legislativas, mas fazem parte de um processo mais profundo de consolidação da reestruturação produtiva do capitalismo, em crise, e do pensamento neoliberal, como uma ideologia para além do mercado. Segundo Harvey (2005)

[...] o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (Harvey, 2005, p. 12).

O neoliberalismo, então, como observa David Harvey (2005), não se limita à esfera econômica, mas perpassa toda a organização social, influenciando desde as relações institucionais até a subjetividade dos indivíduos. No caminho para alcançar esse bem-estar, as relações contratuais do mercado se tornam as rodas que movem as relações sociais, o pensamento e a percepção do mundo, os poderes e estruturas institucionais, os arranjos das tecnologias e também a divisão do trabalho (Harvey, 2005). Se tornam uma ética que substitui todas as crenças anteriores e orienta toda a ação humana. Nesse sentido, lembramos a disseminação de algumas ideias - que não são meras frases motivacionais, ressaltamos - como “você é o responsável por seu sucesso”, “seja seu próprio patrão”, “seja empreendedor de si mesmo” e “você é capaz de alcançar todo seu potencial”. Essas ideias são aqui entendidas como mecanismos de legitimação da exploração e da precarização do trabalho. Em suma, para o autor, o neoliberalismo enfatiza que o bem-estar social está exatamente, portanto, na liberdade e no domínio da individualidade.

No trabalho, essas características vão aparecer numa “persona”, de um trabalhador ou de um empreendedor ideal, um “novo sujeito” (conforme Dardot e Laval elaboram no livro *A nova razão do mundo*, de 2016). Estando em uma empresa, é aquele que é independente, que soluciona todos os problemas sozinho. Possui habilidade de se reinventar, investe cada vez mais em si e no conhecimento que lhe agrega benefícios para uma carreira de sucesso. Ele tem livre arbítrio para criar estratégias de comunicação e vendas. É capaz de começar do zero e se tornar o próximo bilionário do mundo. No entanto, também é uma “persona” que não depende do trabalho assalariado. Ele, por si só, nasceu com as mesmas vinte e quatro horas e oportunidades que todas as demais pessoas no mundo, mas por seu esforço pode chegar onde ninguém chegou. Não precisa trabalhar tanto se for o dono do negócio. O trabalhador ideal é aquele que também não é trabalhador, é dono. Esse ideal, no entanto, esconde o fato de que a mobilidade social no

capitalismo é extremamente limitada e que o “sucesso individual” não é acessível à maioria da população.

A formação contínua, o aprimoramento constante e a busca por mais produtividade não são mais vistos como investimentos empresariais, mas como responsabilidades individuais do trabalhador, que deve estar sempre pronto para “vestir a camisa da empresa”. Fora do ambiente corporativo, esse discurso dá origem ao empreendedorismo como observamos no cotidiano, no qual a ausência de oportunidades formais leva os trabalhadores a se tornarem microempreendedores informais, muitas vezes sem qualquer garantia ou segurança econômica. Enraizado no trabalho, na vida privada, nas instituições, no Estado, o neoliberalismo atravessa nossas vidas, se internaliza no sujeito e contribui para novas formas de subjetividade (Dardot; Laval, 2016).

A lógica neoliberal, portanto, não apenas redefine as relações de trabalho, mas transforma profundamente a maneira como os sujeitos percebem a si mesmos e ao mundo (Dardot; Laval, 2016). Ele cria uma subjetividade marcada pela “autoexploração”, na qual o trabalhador não se vê mais como explorado, mas como alguém que precisa “se esforçar mais” para sair da condição em que se encontra. O sucesso passa a ser interpretado como uma questão de escolha individual, e não como um reflexo das contradições estruturais do capitalismo, desmobilizando qualquer resistência coletiva. Assim, o trabalhador ideal no neoliberalismo não é aquele que resiste à exploração, mas aquele que sequer se reconhece como trabalhador, acreditando que, com esforço suficiente, poderá deixar essa condição para se tornar parte da elite dominante e hegemônica.

Enquanto isso, a desigualdade se aprofunda, o trabalho se intensifica e os direitos se tornam cada vez mais escassos. Assim, a flexibilização trabalhista e o discurso do empreendedorismo não devem ser vistos como fenômenos isolados, mas como faces de um mesmo projeto de reorganização do capitalismo contemporâneo, no qual a classe trabalhadora é fragmentada, desprotegida e convencida de que sua única saída é a competição individualizada por oportunidades que, na prática, nunca chegam para todos. Concomitantemente, o trabalho se intensifica em todas as esferas, seja no emprego formal ou na informalidade, dissolvendo progressivamente as fronteiras entre tempo produtivo e vida privada. A lógica da competitividade e da constante disponibilidade impõe ao trabalhador uma relação contínua com a produção, na qual o descanso se torna um privilégio e a exaustão, uma condição naturalizada da existência, demonstrando assim uma dissolução entre as fronteiras da vida dentro e fora da produção.

Nesse sentido, concordamos com Antunes (2009) ao afirmar que, para que a vida tenha sentido fora do trabalho, é essencial que o próprio trabalho também carregue significado. No entanto, quando o trabalho se reduz a um espaço de exaustão, marcado por baixos salários incapazes de garantir o bem-estar, por exigências incessantes de desempenho e produtividade e pela constante ameaça da desvalorização e substituição da força de trabalho, o que se estabelece não é um espaço de realização, mas de alienação e desgaste. Assim, em vez de ser um meio de transformação, realização e construção da vida, o trabalho se converte em uma experiência opressiva, na qual o sentido positivo é continuamente esvaziado.

Então, é no seio desses conflitos que observamos o trabalho dos profissionais de arquitetura, no ramo social. Seja por meio do trabalho assalariado ou na prestação de serviço (autônomos), os arquitetos e arquitetas encontram-se inseridos numa lógica maior que afeta não só a categoria, mas toda a classe trabalhadora. Ou seja, a fragmentação e precarização do trabalho são vistas nas condições de trabalho dos arquitetos, especialmente aqueles que atuam em iniciativas sociais, onde a instabilidade do financiamento e a ausência de direitos trabalhistas são frequentes. Assim, o debate sobre trabalho social (feito dentro ou fora do “terceiro setor”, a exemplo) também é relevante, pois muitos arquitetos que atuam no campo social encontram-se prestando serviços em entidades públicas ou com atuação autônoma (inclusive, em grupos) com oferta de serviços a “valores sociais”, em projetos de ONGs ou associações comunitárias, que, embora cumpram papel importante, não representam uma alternativa estrutural ao desemprego ou à precarização do trabalho.

Por isso compreendemos que, assim como ocorre no setor de serviços, o trabalho do arquiteto na esfera pública ou em projetos de interesse social não gera diretamente mais-valia, mas está subordinado à lógica produtiva capitalista, inclusive, seguindo a lógica da informalidade, flexibilidade, estranhamento e precariedade que o mundo do trabalho aprofundou, especialmente com a reestruturação produtiva que vem desde o século passado. Também, consideramos que o trabalho social traz novos elementos a serem problematizados, pois apresenta configurações particulares que podem ser percebidas ora, por qualidades de sentido, ora de precarização. O que isso significa? Que o trabalho social, por sua vez, constitui-se em uma atividade que, muitas vezes, é vista sob uma causa benevolente, de assistência e responsabilidade com a coletividade; assim como é também um campo de disputa do mercado de trabalho, em que os profissionais buscam clientes que, geralmente, não são escolhidos.

Paz (2019) compreende o trabalho social como um processo que acontece nos territórios, voltado à participação e à organização coletiva, tendo como horizonte a melhoria

das condições de vida e o fortalecimento do direito à cidade. Segundo a autora, o trabalho social nas políticas urbana e habitacional “Implica conhecer as relações que se estabelecem nos territórios, as disputas e os conflitos e intervir com a população, as famílias, os movimentos sociais, as redes e organizações, respeitando as características socioculturais” (Paz, 2019, p. 46). Sendo assim, inserido nas políticas habitacionais, urbanas, sociais e ambientais, o trabalho social deve estar sistematicamente articulado às diretrizes dessas políticas, exigindo um planejamento contínuo e interdisciplinar que dialogue com diferentes áreas, como a engenharia, a arquitetura, o setor jurídico e o campo social, para responder de maneira integrada às demandas concretas da população.

Nesse contexto, o papel do trabalho social, especialmente nas profissões que atuam diretamente com a garantia de direitos e com as demandas sociais, ganha centralidade, mas também enfrenta contradições profundas. Isso porque, ao mesmo tempo em que o trabalho social deveria ser a materialização da luta pelos direitos universais e da garantia da dignidade humana (como propõe a causa), ele é capturado pela lógica neoliberal, que transforma o direito em assistência pontual, precarizada e insuficiente. Ressaltamos, nesse momento, porque ainda não o fizemos, que há uma diferença bem clara entre o que é trabalho social e o trabalho voluntário, isto é, o trabalho voluntário segundo o art. 1º da Lei 13. 297/2016, corresponde a toda atividade não remunerada, prestada por pessoas físicas, entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, desempenhando ações com objetivos cívicos, culturais, de assistência, educacionais, recreativos e outros. Essa distinção é importante de ser situada, porque o trabalho social, aqui abordado, é sempre remunerado.

Dessa forma, o arquiteto, enquanto profissional inserido nesse campo, não está isento dessas tensões. A prática do trabalho social na arquitetura, fora do assalariamento do setor público, ao invés de estar amparada por políticas públicas estruturadas, muitas vezes se dá em condições precárias, dependente de editais esporádicos, projetos pontuais ou mesmo do trabalho voluntário - o que esvazia seu potencial transformador, ainda mais porque o trabalho social se tornou um requisito obrigatório da Política Nacional de Habitação (MCID, 2011). Essa especificidade será abordada com mais profundidade no segundo capítulo. Assim, o que poderia ser um campo de ação efetiva em defesa da cidade e da moradia como direito, se transforma, muitas vezes, em ações fragmentadas, sem continuidade e incapazes de enfrentar a dimensão estrutural da desigualdade urbana e habitacional.

Por isso, o trabalho social na arquitetura, quando limitado a essas condições precárias, corre o risco de se alinhar a uma lógica de "gestão da pobreza", na qual o profissional de

arquitetura atua mais para "administrar a falta" do que para transformar as condições que geram a desigualdade. Como alerta Antunes (2009), as formas de trabalho precarizadas que carregam características da responsabilidade individual, no marco do capitalismo, não podem ser vistas como um apêndice da política pública ou como um substituto da ação estatal, mas precisam estar articuladas a um projeto político que questione a lógica da mercantilização da cidade e da vida. Dessa forma, a prática do trabalho social não pode se restringir a "minimizar danos", mas deve estar comprometida com processos coletivos de luta por direitos, em diálogo com os movimentos sociais e com os sujeitos que vivenciam cotidianamente as consequências da desigualdade. Compreender o trabalho social a partir dessa perspectiva crítica significa, portanto, reconhecer a sua dimensão política e transformadora.

Afirmamos, portanto, que o trabalho social na arquitetura não deve ser apenas a aplicação técnica de conhecimentos para resolver problemas pontuais de moradia ou urbanização ou a acessibilidade de projetos de arquitetura para os setores populares, mas uma intervenção que busca disputar o espaço urbano como direito, questionar as formas da propriedade privada da cidade, a especulação imobiliária e fortalecer o protagonismo popular na construção dos territórios. Para isso, no entanto, é necessário que a categoria dos profissionais de arquitetura, enquanto sujeito coletivo, tenha clareza de sua posição na divisão social do trabalho e na luta de classes, reconhecendo as contradições que atravessam sua prática e se posicionando de forma crítica diante delas. Não basta "fazer projetos sociais", é preciso atuar ao lado das populações para enfrentar as forças que produzem a segregação socioespacial, o racismo estrutural, o machismo e todas as formas de violência que marcam as cidades brasileiras.

Nesse sentido, ao se posicionar ao lado da classe trabalhadora, como classe trabalhadora, o trabalhador social da arquitetura, chamado também de arquiteto social, resgata a função pública e política da profissão, reafirmando que a cidade não é uma mercadoria, mas um direito de todos. E é justamente aqui que se conecta com a discussão mais ampla sobre a dialética do trabalho e da relação sujeito e trabalho, a subjetividade e a consciência dos trabalhadores, incluindo os próprios arquitetos. Em um cenário de esvaziamento dos direitos sociais e de fragmentação da classe trabalhadora, bem como aprofundamento da informalidade, o trabalho social tem também o papel de contribuir para a construção de formas de resistência coletiva e para o fortalecimento de uma consciência crítica, que ultrapasse o individualismo neoliberal e recoloca a luta por direitos no centro da ação social e política.

Assim, o trabalho social na arquitetura não pode ser concebido apenas como um exercício técnico, mas como uma práxis que articula objetividade e subjetividade. Objetividade, no sentido de atuar sobre as condições materiais e concretas que estruturam a vida nas cidades - como a falta de garantias no trabalho, ausência de políticas de moradia, de infraestrutura, de espaços públicos de qualidade -, e subjetividade, ao mobilizar os sujeitos na luta por seus direitos, ajudando a resgatar a confiança coletiva, o sentimento de pertencimento e o desejo de transformação social. Nesse ponto, a articulação entre a dimensão objetiva e subjetiva do trabalho social é o que permite que ele vá além de respostas imediatas e pontuais, para se constituir como parte de um processo comprometido com o enfrentamento da questão social e a transformação social.

Portanto, o trabalho social, especialmente quando realizado em áreas como a arquitetura, que no senso comum é um serviço apenas para a elite, precisa ser compreendido como um campo de disputa, que tanto pode ser capturado pelas lógicas neoliberais de gestão da pobreza e da precariedade, como pode ser um espaço de construção de novas formas de resistência e de luta social. Isso coloca ao arquiteto socialmente comprometido um desafio ético e político em favor da classe trabalhadora, isto é, contribuindo com um projeto ético-político fundamentado nas demandas das massas populares: de um lado, resistir à captura de seu trabalho pela lógica mercantil e empreendedora; de outro, atuar de forma crítica e engajada na construção de cidades justas, inclusivas e democráticas, junto aos sujeitos que cotidianamente lutam pela sobrevivência em um sistema profundamente desigual.

Por isso, a defesa do trabalho social enquanto uma prática politicamente situada é inseparável da crítica ao capitalismo e às formas contemporâneas de exploração e opressão. Como temos discutido ao longo desta dissertação, a superação da lógica que mercantiliza o trabalho, a vida e a cidade, passa pela construção de uma nova subjetividade, em que o sujeito se reconhece como parte de uma classe que compartilha interesses e lutas comuns. Nesse processo, o trabalho social em arquitetura pode desempenhar um papel fundamental, desde que assuma sua dimensão política e coletiva, contribuindo para o fortalecimento da consciência de classe e para a organização dos trabalhadores e das comunidades na luta por seus direitos.

2.2 A dialética do trabalho: as transformações recíprocas no sujeito e no objeto

O trabalho, como se dá atualmente, por mais simples que seja, é essencialmente dialético. Ele é entendido como um elemento central para a compreensão do ser social e tem

sido amplamente problematizado por estudos que discutem sua importância na formação do ser humano e as implicações na sua sociabilidade. Isso se intensifica à medida que o sentido e as relações de trabalho se modificam historicamente. Como define Lukács (2013), na estrutura ontológica do mundo objetivo, podemos encontrar três esferas distintas do ser: o ser social, o ser orgânico e o ser inorgânico, correspondendo os dois últimos ao mundo da natureza. Concretamente, a existência do ser social só foi possível pela relação com o mundo natural, inicialmente por meio da sobrevivência e da luta pela existência. O trabalho, desde sua gênese, é a mediação entre o homem e a natureza, sendo o fenômeno que distingue um ser biológico que trabalha de um ser social (Engels, 1876; Lukács, 2013; Antunes, 2004).

A dialética do trabalho se manifesta em sua própria essência. Em um primeiro momento, o trabalho teve um papel decisivo na transição entre formas pré-humanas e os primeiros homínídeos (Antunes, 2004), uma vez que foi através da atividade laborativa que a humanidade desenvolveu suas habilidades técnicas e cognitivas. O uso do corpo na atividade laboral, das mãos para segurar e produzir objetos, assim como a vontade direcionada a um fim, não apenas possibilitou a compreensão e transformação do mundo natural, mas também gerou uma transformação recíproca no próprio ser humano (Marx, 2023). Essa relação dialética é fundamental: ao mesmo tempo que altera a natureza externa, o trabalho modifica a própria natureza humana, expressando um caráter teleológico e moldando sua forma de pensar, agir e se organizar socialmente.

Historicamente, essa transformação pode ser observada desde as primeiras comunidades humanas até a contemporaneidade. No início, a interação com a natureza permitiu que o homem fizesse a descoberta do fogo, assim como desenvolvesse instrumentos básicos, como pedras lascadas para caça e sobrevivência. Com o tempo, essa relação se sofisticou: a domesticação de plantas e animais levou à sedentarização, a invenção da roda possibilitou o transporte e o surgimento de grandes cidades redefiniu as interações sociais e econômicas. Cada avanço não apenas aumentou a capacidade humana de transformar e de desenvolver produtos e meios, mas também modificou a própria organização da sociedade.

Podemos lembrar como um exemplo clássico dessa transformação no modo como se fazia o trabalho, na escala de singularidade do trabalho no Brasil, o processo de industrialização brasileira. À medida que o Brasil se integrava na divisão internacional do trabalho, no século XIX, houve uma transição do trabalho escravo na cafeicultura para um trabalho livre feito por imigrantes, atendendo aos interesses do capital e refletindo a necessidade de uma força de trabalho mais qualificada e adaptável às novas demandas tecnológicas da indústria nascente.

Essa mudança não ocorreu por questões humanitárias, mas porque o modelo de produção industrial emergente demandava uma nova forma de organização do trabalho, mais flexível e adaptável às necessidades do mercado. Esse fenômeno tem implicações até hoje, sobretudo na forma como a população negra foi inserida na sociedade de classes, muitas vezes em condições precárias e com acesso limitado aos meios de ascensão social.

Já como uma ilustração prática dessa mudança, impulsionada pela inserção de tecnologias e da informatização nos processos de trabalho, pode ser vista na substituição progressiva do trabalho manual que o arquiteto fazia durante a elaboração dos projetos - utilizando como principais ferramentas o papel, escalímetro e o lápis - para a elaboração, inclusive concepção, de projetos nos programas como AutoCad, posteriormente, Revit e ArchCad. O AutoCad chegou no Brasil no final dos anos 1990, e desde então o fluxo e operacionalização do trabalho na arquitetura tomou outra forma. Mais agilidade na elaboração, compatibilização de disciplinas, novas normas e convenções de desenhos são características recentes de um trabalho que até duas décadas passadas era feito inteiramente à mão, seguindo um padrão rigoroso de habilidade, tempo e atenção.

Na atualidade, o processo de informatização continua e se estende em níveis que é humanamente impossível de se imaginar. O domínio sobre a natureza, agora mediado, de muito intensa, pela ciência e pela tecnologia, gera inovações que redefinem a forma como trabalhamos e nos relacionamos. No entanto, essas transformações também alteram nossa percepção de mundo e nossas relações sociais. A exemplo, se, no passado, a vida em comunidade era essencial para a sobrevivência, hoje vemos um movimento inverso: a urbanização e a lógica do capital impulsionam formas de moradia isoladas, como condomínios fechados, reforçando a ideia de segurança individual em detrimento da convivência coletiva. Assim, enquanto o trabalho amplia as possibilidades humanas, também molda novas formas de subjetividade e de organização social, demonstrando a natureza dialética dessa relação.

Lukács (2013) desenvolve um estudo aprofundado sobre a teleologia do trabalho proposta por Marx (1867), evidenciando que ele é um processo real carregado de "pôr de fins". Não apenas o "pôr de fim" precede o trabalho, mas também determina todas as etapas seguintes da práxis humana e da transformação da realidade material. Esse conceito pode ser ilustrado na prática com a construção de uma casa. Antes que a obra se concretize, um arquiteto recebe uma demanda e concebe mentalmente a estrutura do projeto. Ele avalia necessidades, possibilidades e limitações, definindo um plano detalhado antes da execução. Somente após esse planejamento inicial é que o projeto ganha forma no papel e, posteriormente, na construção física. Assim,

todo objeto que é resultado do trabalho humano foi concebido antecipadamente e materializado depois em uma forma concreta. Esse é um primeiro indício da construção de uma consciência que desenha fins, utiliza e constrói meios para a realização destes. O trabalhador, ao transformar o objeto, também se transforma, consolidando a relação sujeito-objeto como uma interação essencialmente dialética.

Nesse sentido, o ser social é produto do trabalho, pois é o trabalho que humaniza o ser humano e também é através dele que a natureza é humanizada (Duarte & Pola, 2009). Com o aperfeiçoamento das técnicas laborais, novas habilidades são despertadas no homem, bem como seu domínio sobre o mundo externo e sobre si mesmo (Lukács, 2013). No entanto, esse sentido originário do trabalho é corrompido na sociabilidade capitalista, na medida em que se estabelece uma relação antagônica entre os proprietários dos meios de produção e o proletariado, cujo único bem é sua própria força de trabalho. Nessa relação, o proletariado é explorado, e o produto de seu trabalho não lhe pertence mais, mas ao capitalista que o explorou.

Historicamente, o trabalho passou de uma atividade de sobrevivência e expressão criativa para um meio de exploração no capitalismo. Desde a gênese do Modo de Produção Capitalista (MPC), o trabalho é subsumido ao capital, operando segundo a lógica da acumulação de riquezas. Isso significa que, nesse sistema, o valor do produto do trabalho supera o valor do próprio trabalhador. Com a divisão social do trabalho, as longas jornadas, a introdução de máquinas e tecnologias na manufatura, a desumanização do sujeito se intensifica, afastando-o do controle sobre sua própria produção. Essa inversão de valores é evidente no modelo de produção fordista, sendo no sistema de produção em massa, uma das principais características a especialização extrema do trabalhador, que se limitava a executar uma única tarefa dentro do processo produtivo, sem ter qualquer controle sobre o produto final. Dessa forma, o trabalhador se tornava apenas uma engrenagem do sistema, reforçando sua alienação em relação ao próprio trabalho.

No sistema capitalista, o trabalho se torna um instrumento de exploração e opressão. Como destaca Luz (2008), quanto mais o trabalhador produz, mais pobre e submisso ele se torna, pois não consegue suprir suas necessidades com o que produz, uma vez que os produtos são destinados à satisfação do capital. Essa mudança se reflete na inversão entre valor de uso e valor de troca, onde a mercadoria passa a ter primazia sobre as necessidades humanas. A alienação do trabalho, conforme Marx (2015), conduz o trabalhador a uma condição em que ele se torna alheio ao seu próprio ser, ao produto que cria e à sociedade. Nas palavras dele, o estranhamento (alienação) “[que se torna uma existência] que existe fora dele (*ausser ihm*),

independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.” (Marx, 2015, p. 81).

Em síntese, a teoria da alienação em Marx aponta que o trabalho alienado rompe os vínculos entre o trabalhador e sua própria produção, afastando-o de si mesmo, da natureza e dos outros seres humanos. Segundo Mészáros (2006), a alienação assume quatro aspectos fundamentais: a) alienação da natureza; b) alienação do próprio trabalhador de sua atividade; c) alienação do ser genérico; d) alienação do homem em relação aos outros homens. Com a alienação do trabalho, o ser humano consciente que livremente produzia conforme sua necessidade, tem essa relação invertida e transforma à sua atividade vital, o trabalho, no meio de sua existência (Marx, 2015). Isto é, a alienação é intrínseca ao capitalismo, bem como as relações de exploração, dominação e humilhação da classe trabalhadora.

Marx (2015), nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, argumenta que, para que o capitalista maximize seus rendimentos, é essencial que haja uma separação entre o capital, a propriedade da terra e o trabalho. No entanto, essa divisão coordenada, que beneficia o capitalista, impõe ao trabalhador uma condição mortal de desvantagem e exploração. Ele é também uma mercadoria enquanto produz mercadoria, é ainda mais pobre quando gera mais riqueza e é desvalorizado, na medida que o mundo das coisas tem seu valor ampliado. Nessas condições, o trabalho não produz somente mercadorias, mas se produz enquanto uma mercadoria, bem como produz o trabalhador como uma mercadoria. Aliás, que o objeto que é produto do trabalho, o próprio trabalho fixo no objeto, se depara como um ser estranho, alheio ao produtor. Sendo a objetivação, portanto, a efetivação do trabalho.

O estranhamento do trabalhador em relação à propriedade de seu próprio trabalho aumenta na mesma medida em que cresce a quantidade de objetos que ele produz. Além disso, quanto maior for sua produção, menos ele possui, tornando-se cada vez mais subordinado ao domínio dos próprios objetos que cria. Com efeito, a questão tem outra consequência tão importante: não somente o trabalho se torna objeto, uma existência externa, mas há uma exteriorização do trabalhador. Para ele, o produto do seu trabalho torna-se uma existência externa que é uma potência autônoma, independente e estranha a ele (Marx, 2015).

Podemos ilustrar esse conceito com o trabalhador de uma linha de montagem de celulares em uma indústria. Ele dedica horas de trabalho repetitivo para produzir um objeto final que, ao ser vendido, tem um valor muito superior ao que ele recebe como salário. Muitas vezes, ele próprio não consegue adquirir o produto que ajudou a fabricar, pelo menos não à vista. Além disso, o celular, mais do que um simples meio de comunicação, adquire um valor

simbólico no mercado, sendo associado a *status* e exclusividade. Assim, o trabalhador não apenas se distancia do fruto do seu trabalho, mas também se vê subordinado à lógica do consumo, onde o que produz se torna um bem inacessível para ele.

Aprofundando a ideia, podemos perceber que o estranhamento e a exteriorização no trabalho afeta a identidade e relação que o sujeito e trabalhador tem com o mundo. Dessa forma, o trabalhador não apenas perde a posse do que cria enquanto gera valor, mas também se torna um estranho para sua própria produção e, conseqüentemente, para si mesmo. Esse processo implica que sua subjetividade é moldada por relações de dominação que o distanciam de sua própria humanidade. Portanto, compreender a relação sujeito-objeto no trabalho exige que situemos o trabalhador em seu contexto histórico, analisando como sua prática social reflete e reproduz as condições materiais de sua existência.

A alienação não se restringe à esfera do trabalho, embora seja nela que, em um primeiro momento, o estranhamento se manifeste, desde o processo produtivo até seu resultado final enquanto objeto. A separação absoluta do trabalho é de extrema serventia para a manutenção do metabolismo do capital, porque subsume o trabalhador a uma relação compulsória com o trabalho, que deixa de ser um requisito de uma atividade para satisfação e se torna uma atividade obrigatória para suprir as próprias necessidades de sobrevivência na sociedade do capital e do puro consumo. Como destacam Antunes e Alves (2004, p. 348) “a alienação assume a forma de perda de sua própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada, entre outras formas de disjunção dos elementos de unidade presentes na sociedade do trabalho.” (Antunes; Alves, 2004, p. 348).

Dito isso, adiantamos que a base da relação entre capital e força de trabalho é marcada pela presença de poder, dominação e hegemonia capitalista. Na atual configuração do modo de produção, o capitalismo que tem em natureza a acumulação a partir da exploração de mais-valia, as relações de poder não se manifestam apenas no seio da produção ou na escala da economia, mas adentraram, também, em todas as dimensões da vida social, dissolvendo as potencialidades e os sentidos na vida dos trabalhadores (Antunes, 2009), com destaque para a concepção de mundo que favoreça os interesses dos grupos hegemônicos dominantes.

Se compararmos as compreensões sobre as mudanças nos sentidos do trabalho, ora de transformação, ora de alienação, podemos sintetizar o ponto da problemática desta seção: primeiramente, por meio do trabalho que o homem dá significados a natureza, transforma o externo e é internamente transformado, produzindo subjetividades; em segundo lugar, pelo trabalho o indivíduo se torna um ser social, convertendo o esforço do seu trabalho em um

produto coletivo, em que constrói objetividades. Entretanto, essa relação entre sujeito e objeto do trabalho, que inicialmente era uma via de emancipação, sofre uma ruptura sob o modo de produção capitalista. O trabalhador passa a ser apartado do produto de seu esforço, o que altera não apenas sua condição material, mas também sua percepção de si e do mundo.

Além disso, nesse processo o homem se faz sujeito na história e é fruto dessa construção histórica, tornando-se sujeitos conscientes que produzem a realidade com o trabalho, ao mesmo passo que são influenciados pela realidade que não escolheram, dentro e fora do trabalho. Segundo Marx (2011) os homens fazem sua própria história, mas não segundo seu livre arbítrio ou sob circunstâncias escolhidas por eles mesmos. Pelo contrário, fazem com as circunstâncias com as quais se encontram diretamente, que existem e foram herdadas desde o passado. Convergindo com o pensamento, Faleiros (2018, p. 54) comenta que os homens, portanto, como sujeitos da história “se situam em classes sociais e vão criando seus meios de produção e reprodução ao mesmo tempo que se produzem e reproduzem a si mesmos”.

Nesse sentido, para compreender como se dá a singularidade do trabalho feito em um determinado recorte, é necessário situá-lo em um contexto histórico-estrutural, bem como investigar como se dá a própria prática social. Isto é, na prática social que se dá a relação sujeito-objeto e é a partir do trabalho que esta relação, ou o distanciamento dela, se deriva diretamente (Lukács, 2013; Faleiros, 2018). A relação sujeito-objeto se manifesta na prática social e, no capitalismo, se torna mediada pelo distanciamento entre o trabalhador e o fruto do seu trabalho. No entanto, para caminharmos na abstração, não pretendemos aqui retomar a discussão dessa relação nas diferentes leituras a nível filosófico - embora seja importante - mas enquanto uma prática concreta que se referencia na dialética marxiana.

Em suma, como destaca Luzze (2021), com base nas ideias de Kofler (2010), a relação entre sujeito e objeto, consciência e causalidade, foi historicamente debatida sob diferentes perspectivas filosóficas. O idealismo subjetivo, por exemplo, priorizava a consciência sobre a realidade objetiva, como em Fichte, que via o "Não-Eu" como um produto do "Eu" (Luzze, 2021). Por outro lado, o materialismo anterior a Marx, incluindo Feuerbach, sustentava a primazia da matéria sobre a consciência, mas ainda sem compreender a mediação dialética entre ambas. A chamada "teoria do reflexo materialista" tratava a consciência e ser como antinomias (Luzze, 2021). O autor faz, nesse sentido, uma análise da relação sujeito-objeto nas três bases teóricas do marxismo: “o materialismo de Feuerbach, a dialética objetiva idealista de Hegel e o socialismo utópico francês na sua formulação do homem como autofundado em sua relação com a natureza e da teoria da alienação” (Luzze, 2021, p. 13)

Segundo o autor, apoiando-se nas ideias de Feuerbach, Hegel partia do conceito do ser (sob uma ciência lógica constituída por doutrinas do ser, da essência e do espírito), para ao final chegar ao ser em si. Em outras palavras, explicava o ser por ideias, ao invés do ser na prática e no imediato. Ele invertia a relação entre sujeito e predicado, “tomando o pensamento predicado do ser como sujeito e o ser como predicado. Em Hegel, pensamento é sujeito e o ser predicado” (Luzze, 2021, p. 15) e essa inversão provoca uma alienação do ser em relação à concepção abstrata do absoluto. Já para Feuerbach, a compreensão da realidade e do ser parte do que é imediato, do concreto e do material. Para ele, priorizar o pensamento e a consciência era equivocado, já que a base da existência é material e o concreto é que determina o pensamento.

No entanto, ao fazê-lo adotando o empirismo direto, cancela o dinamismo do ser, bem como as mediações entre o singular e o universal, e foca apenas no que é imediatamente perceptível. Nesse sentido, “em Feuerbach o ser não é um processo, não tem movimento, atividade e mediação entre os seus momentos” (Luzze, 2021, p. 15). A relação sujeito-objeto é rígida e sem contradição, pois ignora que o ser é um processo dinâmico, que passa por transformações e mediações, ou seja, que existe um movimento constante e orgânico. Dessa forma, sua visão acaba sendo estática, sem captar a complexidade das relações que Marx posteriormente desenvolveria na dialética materialista. Além disso, para Feuerbach, existe uma identificação direta entre sujeito e objeto: conhecer a si mesmo enquanto um sujeito-homem é o mesmo que conhecer a natureza. No entanto, apesar de sua crítica a Hegel e à ideia do Absoluto, Feuerbach acaba recaindo na mesma síntese sujeito-objeto defendida pelo filósofo idealista (Luzze, 2021).

Assim, para a relação sujeito-objeto, a grande diferença entre Feuerbach e Hegel está na forma como concebem o conhecimento. Enquanto Hegel entende que o sujeito e o objeto precisam de mediações para se relacionar, Feuerbach reduz essa relação a uma identidade imediata. Ele defende que o ser humano se torna humano porque pode se tomar como objeto, sendo, ao mesmo tempo, indivíduo e espécie, singular e universal. Inclusive, a consciência humana conecta os indivíduos entre si, fazendo com que tenham uma existência dupla: interior (sua individualidade) e exterior (sua relação com a coletividade). Por isso, seu critério para validação teórica se baseia na intersubjetividade, ou seja, aquilo que é verdadeiro é aquilo que todos percebem da mesma forma. Segundo o autor, “[...] deste modo a intersubjetividade é o critério adotado em oposição a Hegel que colocava a adequação ideia e objeto (Luzze, 2021, p. 16).

Podemos perceber, então, que a relação entre sujeito e objeto tem uma profunda construção teórica, mas que também se manifesta concretamente na prática social e no mundo do trabalho. Se Feuerbach simplifica essa relação ao tratá-la como uma identidade imediata, e Hegel a complexifica ao enfatizar a necessidade de mediações, é na práxis que essa dialética se concretiza. De acordo com Oliveira (1986), o homem é um sujeito-objeto complexo, com diversas essências intrínsecas. Segundo a autora, o que o homem é coincide com o que ele produz e como produz, ao passo que não é apenas resultado, é também produtor. Assim, “por constituir uma unidade indivisível, o homem, sujeito-objeto, não pode ser considerado ora como sujeito, ora como objeto, porque ele é sujeito e objeto ao mesmo tempo” (Oliveira, 1986, p. 18). Nesse sentido, o trabalho surge como a mediação essencial entre o subjetivo e o objeto, pois é através dele que a consciência humana se materializa na realidade concreta, e, ao mesmo tempo, é moldada pelas condições históricas e sociais em que se insere.

Conforme argumenta Faleiros (2018, p. 54), a prática se manifesta nas condições objetivas que são produzidas historicamente, sendo definida como “a transformação de um objeto em um produto específico por meio de uma atividade”. O autor ainda destaca que a prática não se limita apenas na atividade que produz bens, mas inclui a produção de toda a superestrutura, que reage à produção de forma dialética. Ao retomar e integrar a concepção da teleologia do trabalho, podemos entender o trabalho como essa atividade, que é tanto planejada conscientemente quanto situada concretamente. Dessa forma, a realidade objetiva é produto de um legado histórico, assim como os sujeitos. Esta realidade pode ser transformada de um modo revolucionário porque nós a produzimos, mas também apenas à medida que saibamos que nós a produzimos.

Por isso a relevância de discutir acerca da relação sujeito-objeto no processo do trabalho, destacando que o objeto não é neutro, externo ou independente de seu produtor, assim como o sujeito não é uma mera consequência passiva de uma realidade que lhe seria, de forma ilusória, alheia. Abraçando, dessa forma, como um pressuposto marxista que essa relação é feita de forma coletiva. Inclusive, ao nos situarmos na dialética do trabalho, destacamos seu papel na condução à universalidade. Ou seja, o trabalho confere um caráter universalizado aos seus produtos e, simultaneamente, remete o sujeito que o realiza a essa mesma universalidade. Assim, o sujeito se constitui como um ser concreto e real, mas também como uma expressão genérica (Lessa, 2007). Por isso, não se pode separar o objetivo do subjetivo, o objeto humano para certas ciências e o sujeito humano para outros (Oliveira, 1986).

Com isso, devemos ressaltar que não há uma separação nítida e rígida nesta relação. O sujeito será abordado em termos de uma coletividade socialmente construída, um sujeito histórico, não como um indivíduo abstrato. Ele é um sujeito concreto, um nós, historicamente determinado. Assim, “a agência humana está sempre condicionada pelas estruturas pelas quais, ainda que criadas pelos próprios seres humanos, nos submetem, não sem resistências e conflitos, a elas mesmas.” (Ferreira, 2022, p. 163). Da mesma forma, o objeto é também produto da coletividade. Entre ambos, há uma dinâmica de determinação mútua, em que o sujeito conforma o objeto e, simultaneamente, é por ele conformado, caracterizando uma relação dialética e recíproca. Como expõe Ferreira (2022, p. 162) “Marx supera dialeticamente o pensamento hegeliano ao conceber o sujeito e o objeto como autodeterminantes e complementarmente contraditórios.”

Logo, a realidade objetiva não aparece imediatamente ao homem em toda sua essência. Quer dizer, como uma atividade minuciosa que vem junto de reflexões, análises e exames do que se espelha. Não, o homem enquanto um indivíduo histórico exerce uma atividade prática na interação com a natureza e outros homens, buscando cumprir seus próprios fins e interesses, a partir de determinadas relações sociais. É “no trato prático-utilitário com as coisas - em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas” (Kosic, 1986, p. 10). Como complementa Luzze (2021), o sujeito não espelha de maneira passiva aquilo que é externo, em seu interior. Ao experimentar a realidade, ele interioriza e espelha de forma singular aspectos do mundo, criando uma singularidade que é expressão de determinações universais que são sócio-históricas. Como resultado, temos que a subjetividade é sócio-histórica.

Por isso, “por mais singular que possa ser a subjetivação do sujeito sobre uma determinada comunidade, necessariamente, esta, tem que carregar uma adequação de sua estrutura subjetiva aos modos e normas que estão estabelecidos histórica e socialmente” (Luzze, 2021, p. 19). Nesse contexto, para desvendarmos o objeto para além das aparências, devemos compreender e conhecer a subjetividade, sem separar seus elementos constituintes mecanicamente. Assim, nos limites da dominação capitalista e da divisão social do trabalho, o sujeito carrega tanto traços humanos quanto de estruturas legadas do passado. Da mesma forma, o objeto não se restringe apenas ao produto resultante da atividade produtiva, mas também abarca os próprios sujeitos, que, nesse contexto, podem ser reduzidos a meros objetos genéricos e de estranhamento.

Portanto, abordando a relação dialética entre sujeito e objeto no trabalho, evidenciamos que a prática laboral é um momento em que o ser humano se faz e refaz, com determinações dialéticas na relação objetividade-subjetividade. Na próxima seção, então, aprofundamos a complexa interação entre objeto e sujeito, partindo do entendimento de que a realidade objetiva não é apenas um dado externo, mas algo que atravessa e conforma a experiência dos sujeitos, ao mesmo tempo em que é por eles espelhada, reinterpretada e, potencialmente, transformada. Assim, compreendemos que o trabalho não se limita a uma atividade técnica ou mecânica: ele é, fundamentalmente, um processo social onde os sentidos são disputados e construídos, refletindo a historicidade e as contradições da vida social.

2.3 A relação objetividade-subjetividade no trabalho e a formação da consciência

Nesta seção, exploraremos a relação intrínseca e dialética entre objetividade e subjetividade no mundo do trabalho, destacando sua centralidade na constituição dos sujeitos e na produção da realidade social. Longe de serem dimensões separadas, objetividade e subjetividade se interpenetram no processo de trabalho, influenciando não apenas a estrutura material da produção, mas também a forma como os trabalhadores experienciam, interpretam e ressignificam suas vidas dentro e fora do trabalho. Ao longo desta análise, contrapomo-nos às perspectivas que negam o papel ativo do sujeito na construção da realidade concreta, reafirmando que o trabalho não apenas transforma o mundo externo, mas também molda as subjetividades, a formação da consciência, as relações sociais e os próprios sentidos atribuídos ao ato de trabalhar.

Como observou Berino (1994), a questão da subjetividade, no âmbito dos marxismos, se coloca em uma aparente contradição: de um lado, há indícios de sua presença e relevância nos escritos de Marx; por outro, há a ausência de uma teoria sistematizada da subjetividade na análise das dinâmicas do capitalismo, isto é, uma teoria marxista da subjetividade. É como se ela ocupasse, ao longo dos anos, um lugar secundário face à objetividade, abordada muitas vezes pela literatura marxista (que busca entender a realidade concreta e o ser social) como um problema “menor”. Por outro lado, outras correntes de pensamento, como a Teoria do Conhecimento à luz de Kant, colocam a subjetividade no centro da discussão, abordando o papel dos sujeitos na construção de ideias e significados a partir de suas perspectivas individuais. No entanto, numa perspectiva idealista da relação sujeito-objeto.

Ainda hoje, encontrar estudos abrangentes que abordem a relação entre subjetividade e objetividade no campo dos marxismos é um desafio, especialmente na produção acadêmica brasileira. Essa lacuna se reflete, inclusive, na elaboração desta pesquisa, em que encontramos dificuldades para identificar trabalhos mais atuais que aprofundem essa temática de forma articulada. Felizmente, a literatura clássica, elaborada ao longo das últimas décadas, mantém sua relevância, oferecendo bases teóricas que seguem atuais na análise da realidade e da prática social. Dito isso, compreendemos que o materialismo histórico e dialético de Marx oferece o suporte necessário para ampliar a discussão desta seção, na medida que mantém a preocupação com as questões históricas que relacionam o homem com a natureza, o sujeito com o objeto, bem como dos homens consigo e com outros homens.

Dessa forma, a relação entre objetividade e subjetividade no trabalho não pode ser compreendida de maneira fragmentada ou sob uma perspectiva de puro determinismo. A subjetividade dos trabalhadores é formada a partir das condições materiais concretas, mas também tem um papel ativo na reprodução ou transformação dessas condições. Segundo Kosik (1986) a essência total de um fenômeno, ou sua totalidade, não está clara à primeira vista, pois há aspectos do fenômeno que aparecem e aspectos que se escondem. Portanto, compreender a totalidade significa compreender tanto os fenômenos visíveis quanto os subjetivos, neste sentido, a totalidade é mais do que a soma das partes que a compõem; portanto, deve ser concebida sem excluir nenhuma das partes, bem como as mediações e contradições que existem entre elas (Konder, 2008).

Em outras palavras, conhecer o objeto real é também conhecer as dimensões que o determinam e que são “determinantes determinadas”. Assim, toda subjetividade é objetiva, porque é produto de determinadas relações sócio históricas, que podem ser investigadas pelas ciências, reconhecendo assim o caráter singular dos homens em quaisquer que sejam a sua geração. Da mesma forma, toda objetividade é subjetiva, porque em todo objeto com o qual o homem se relaciona ele encontra o produto dessas relações sociais objetivadas; e mesmo quando se refere à natureza, o que descobre é uma natureza humanizada (Xarão, 2018).

Segundo Marx (2015, p. 353)

Vê-se como subjetivismo e objetivismo, espiritualismo e materialismo, atividade e sofrimento, apenas no estado social perdem a sua oposição e com isso a sua existência enquanto tais oposições; vê-se como a solução das próprias oposições teóricas só é possível de um modo prático, só através da energia prática do homem, e por isso a sua solução não é de modo nenhum apenas uma tarefa do conhecimento, mas é uma tarefa vital real, a qual a filosofia não pôde resolver precisamente porque a apreendia apenas como tarefa teórica.

Com a citação acima, o autor nos mostra que as categorias aparentemente opostas (subjetivo/objetivo, espiritual/material, teoria/prática) são unificadas na vida social. Elas são compreendidas como opostas na teoria, mas na realidade concreta da sociedade, essas separações se dissolvem. Ou seja, na prática social, essas categorias não existem de forma rígida, pois são dimensões interligadas da vida humana. Por isso concordamos que a subjetividade humana se forma nas condições objetivas, e essas condições, por sua vez, podem ser transformadas pela ação dos sujeitos. Assim, a resolução das contradições teóricas não ocorre no pensamento abstrato, mas sim na prática concreta da sociedade. Por isso, a relação objetividade-subjetividade deve ser compreendida como um processo dinâmico no qual as condições externas de produção influenciam diretamente as experiências individuais e coletivas dos trabalhadores, ao mesmo tempo que suas percepções, valores e ações interferem na realidade objetiva.

Nesse contexto, a subjetividade se torna um espaço de disputa ideológica. Complementando a discussão, Dardot e Laval (2016) discutem como as experiências individuais dos trabalhadores são moldadas pelas condições socioeconômicas e, muitas vezes, internalizam a lógica produtivista imposta pelo capital. O trabalhador não apenas sofre a exploração objetiva, mas também incorpora discursos que naturalizam sua condição, como a meritocracia e a ideia do "empreendedor de si mesmo". Essa autocobrança e autoexploração são características fundamentais da subjetividade no capitalismo neoliberal, em que o trabalhador, em vez de se reconhecer como explorado, se percebe como um agente individual responsável por seu próprio sucesso ou fracasso.

A captura da subjetividade, inclusive, pelo sócio-metabolismo do capital, foi essencial para definir a conformação do trabalho atual. Segundo Alves (2008), o nexo essencial do modelo de produção toyotista, mas sobretudo da ideologia orgânica da produção do capital, é a captura da subjetividade dos trabalhadores. Inclusive, que a produção do capital é também a produção e negação das subjetividades humanas, no sentido que constrói um novo sujeito produtivo que internaliza estratégias de subjetivação com valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado.

O resultado é o sócio metabolismo do capital constituído por um processo de subjetivação paradoxal que - ora amplia o templo da alma humana, pois instrumentaliza as capacidades humanas para a produção - ora dilacera, anula e limita os potenciais humano-genéricos, pela manipulação de elementos ontologicamente fundamentais do corpo e mente humana, como a linguagem e a capacidade simbólica (de interpretar signos e imagens). Assim,

o “processo de precarização do trabalho no capitalismo global atinge a objetividade e a subjetividade da classe dos trabalhadores assalariados” (Alves, 2008, p. 120).

Aliás, a manipulação da subjetividade está também no não trabalho. O tempo de lazer, por exemplo - um marco para a classe trabalhadora, com a aprovação da primeira Lei de Férias, em 1925 e o Código de Menores, em 1927 - se tornou um espaço privilegiado que oculta as mais “profundas formas de alienação das consciências, isto é, para as mais aviltantes formas de manipulação da subjetividade do indivíduos, transformando-os em seres interiormente vazios, que só conseguem pensar, sentir e agir dentro dos estereótipos” (Duarte, 2000, p. 29). No tempo de não trabalho, o trabalhador acaba reproduzindo um padrão orientado pelo consumo e pela lógica do mercado, tornando a reprodução do sistema cada vez mais dependente da internalização de seus valores e dinâmicas.

Soares (2019) aponta que a organização temporal do trabalho no capitalismo cria uma lógica de aceleração constante, na qual o trabalhador nunca sente que tem tempo suficiente para si mesmo. O autor defende, inclusive, a não existência de um “tempo livre” no sistema capitalista, visto que

[...] a teia que envolve os trabalhadores vai muito além da divisão social do trabalho, na fábrica, na construção civil ou no comércio. As correias da produtividade seguem “funcionando” mesmo quando os trabalhadores estão ocupando outros espaços sociais, como é o caso do lazer (Soares, 2019, p. 618)

O tempo de não trabalho é colonizado e manipulado pela lógica do capital, seja pelo consumo, pelo trabalho emocional ou pela necessidade de incluir atividades de qualificação contínua para atender às exigências do mercado (como o tempo destinado à capacitação em cursos profissionalizantes). Essa alienação do tempo contribui para a intensificação do controle sobre os corpos e mentes dos trabalhadores, limitando suas possibilidades de resistência e organização. Soares (2019) argumenta que o tempo de trabalho e do não trabalho, em vez de ser apenas uma medida produtiva, se torna uma ferramenta de dominação social, estruturando não apenas a jornada laboral, mas também as relações de poder na sociedade. O tempo deixa de ser uma dimensão de liberdade e autonomia, passando a ser instrumentalizado como mecanismo de controle, que molda tanto a vida profissional quanto a vida pessoal dos indivíduos.

Segundo Alves (2008), a manipulação (o capitalismo manipulatório) ocorre por meio de aparatos de dominação ideológica e hegemônica da classe dominante, visando a influenciar o comportamento dos indivíduos sociais. Ele menciona o papel que as mídias de massa, a serviço do capital, naturalizam o pensamento liberal burguês e produzem conteúdos ocultos e

semi-ocultos que são intensamente internalizados na consciência, na pré-consciência e no inconsciente humano. Com isso, a construção do "novo homem produtivo" baseia-se não apenas na exploração de sua força de trabalho, mas também na internalização de atitudes e habilidades comportamentais que se ajustam às exigências da produção. A busca incessante pela "qualificação", nesse sentido, reflete não apenas a necessidade de adaptação às demandas do mercado, mas também a reprodução da fetichização do trabalho, tornando a subjetividade mais uma mercadoria na lógica do capital.

Nesse sentido, a ideia de hegemonia é percebida claramente, quando as classes dominadas (subalternas) reproduzem e participam de uma concepção de mundo ditada pela classe dominante, que não atende seus interesses. Diante disso, o extenso trabalho de Gramsci (2001), nos *Cadernos do Cárcere*, demonstra que há uma relação orgânica necessária entre infra-estrutura e superestrutura, o que implica na reciprocidade entre o econômico e o político, em que as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, não se desvinculando, formando um bloco histórico. Então, é por meio da transformação simultânea e global do objetivo e do subjetivo num processo único, que se dá uma revolução no modo de produção (Carvalho, 1986).

Nesta mesma perspectiva, Oliveira (1986) argumenta que

Na sociedade capitalista, a produção pressupõe a contraposição ao trabalhador das condições objetivas de trabalho. O trabalhador é submetido a condições de trabalho que aceleram e antecipam o desgaste de sua força de trabalho. O trabalho industrial capitalista, dadas as relações de interesse que o impulsiona - nos níveis econômico, social e político -, é organizado de tal forma que, em lugar de ser ajustado às condições psico-físicas do trabalhador, ao contrário, tenta adaptar o trabalhador às condições de trabalho (Oliveira, 1986, p. 18).

Dessa forma, a autora evidencia como as condições objetivas do trabalho - a divisão social do trabalho, a organização do tempo e o ritmo produtivo, por exemplo - são impostas ao trabalhador como algo externo e independente de sua vontade, retomando a ideia da alienação do trabalhador tanto no processo (com as condições de trabalho) como no produto do trabalho. Em outras palavras, força o trabalhador a se adaptar às exigências da produção, muitas vezes à custa de sua saúde, bem-estar e autonomia, em vez de organizar o trabalho de modo que respeite as necessidades e condições físicas e psicológicas do trabalhador. Além disso, a estrutura subjetiva dos indivíduos é, em grande medida, determinada pelas relações sociais e de produção que organizam a sociedade. De acordo com Oliveira (1986) essas relações não se impõem diretamente sobre os sujeitos, mas operam através de mediações como as camadas sociais, categorias profissionais, família e grupos sociais, por exemplo.

No entanto, para a autora,

Embora integrantes de uma mesma classe social, os indivíduos se diferenciam em personalidades e individualidades, dadas as condições concretas que experimentam na classe a qual pertencem. Categorias profissionais distintas, que enfrentam situações distintas no mercado de trabalho e, em consequência deste, gozam de condições de reprodução diferentes, não podem oferecer aos indivíduos as mesmas condições de socialização e de formação/consolidação da personalidade. Para o indivíduo adulto, a manutenção equilibrada de sua estrutura psíquica está na dependência das condições de formação desta estrutura e da experiência com condições de trabalho condizentes com ou adversas a seu modo de pensar, sentir e ver o mundo que o cerca (Oliveira, 1986, p. 23)

Apesar de compartilharem uma posição comum na estrutura de classes, os indivíduos vivem experiências concretas que os singularizam dentro de um pertencimento coletivo. Isso significa que a classe trabalhadora, longe de ser um bloco homogêneo, se expressa em múltiplas categorias profissionais, cada uma submetida a condições distintas de exploração, reconhecimento social e perspectivas de ascensão (Oliveira, 1986). Um arquiteto que trabalha de forma autônoma, por exemplo, enfrenta desafios muito diferentes de um operário da construção civil contratado por empreiteiras, ainda que ambos estejam inseridos na mesma lógica de valorização do capital e no mesmo projeto de trabalho (a obra a ser executada). Essa diferenciação no interior da classe trabalhadora se manifesta não apenas nos aspectos materiais da vida cotidiana, mas também na formação da personalidade e da estrutura psíquica dos indivíduos.

Por isso, as relações de trabalho, o grau de autonomia ou subordinação, a instabilidade financeira e as oportunidades de qualificação profissional são elementos que atravessam a construção da personalidade dos trabalhadores (Oliveira, 1986). Enquanto algumas categorias possuem uma inserção relativamente estável, outras vivem sob a constante ameaça do desemprego ou da precarização, o que afeta diretamente a maneira como percebem seu lugar no mundo. Um profissional que enfrenta condições de trabalho adversas e incompatíveis com sua trajetória de formação e expectativas pode vivenciar um intenso conflito psíquico, resultado do desencontro entre a estrutura objetiva e a subjetividade construída ao longo da vida.

Além disso, a socialização dos indivíduos no seio de suas categorias profissionais define, em grande medida, seus valores, aspirações e a maneira como elaboram suas experiências no mundo do trabalho. Um arquiteto que sempre atuou no setor privado e foi formado em uma lógica de mercado dificilmente terá a mesma compreensão de mundo que um arquiteto que desenvolve projetos sociais, dialogando com comunidades e movimentos populares. Isso não significa que um esteja mais correto que o outro, mas evidencia que as

condições concretas de trabalho não apenas sustentam materialmente os indivíduos, mas também formatam suas percepções sobre si mesmos e sobre a sociedade.

Assim, as condições materiais da produção determinam, em grande parte, os limites e possibilidades da atuação dos sujeitos, mas são atravessadas por escolhas, qualificações, interesses e processos de interpretação que também moldam a prática social. Dessa forma, a distinção entre essas dimensões, ainda que necessária para fins analíticos, não pode ser vista como uma separação absoluta, pois ambas se interpenetram e se transformam mutuamente. Como aponta Guerra (2000), a compreensão dessas categorias é essencial para a análise da prática profissional e das condições estruturais que orientam o trabalho social na sociedade contemporânea, sendo que para ela,

Condições objetivas são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. **Condições subjetivas** são as relativas aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, dentre outras (Guerra, 2000, p. 51, grifos da autora).

Embora a autora construa essas categorias com base nas singularidades da prática do trabalho do (a) assistente social, consideramos a validade do pensamento para nosso estudo, justamente pela contribuição que o Serviço Social tem dado na construção teórico-metodológica e também ético-político do trabalho social na Política Nacional de Habitação (PNH), que será abordada no segundo capítulo. Essa definição nos permite avançar na análise do trabalho social, considerando tanto os condicionantes estruturais que organizam a profissão quanto os elementos subjetivos que influenciam a forma como os trabalhadores se inserem e atuam a partir dessas determinações. Além disso, quando a autora destaca o espelho da subjetividade por meio do repertório que não é individual, mas adquirido com base nas relações sociais de produção, como os referenciais de formação e política, converge com o que Oliveira (1986) pontua que o ser humano, mas sobretudo o ser social, constitui uma totalidade. Assim, sua manifestação sendo sociológica ou psicológica é apenas uma das manifestações de sua essência.

Contudo, a manifestação fenomênica sociológica ou psicológica está intrinsecamente dependente da essência, que é uma totalidade das relações sociais. Aliás, segundo a autora “Entre a produção e as várias formas de manifestação das relações sociais há diversas formas de mediação” (Oliveira, 1986, p. 19). Neste sentido, a análise dessas manifestações deve

desvendar as mediações para que se compreenda o processo que produz o sujeito e o seu produto no interior de uma classe e de uma sociedade.

Essas mediações nos permitem partir das determinações mais gerais e abstratas e ir ao encontro de nexos com o indivíduo singular. Um exemplo dessa mediação é dado por Oliveira (1986), que se referencia na interpretação de Sartre sobre a família, que concebe que a estrutura que determina uma família de uma sociedade dada, em um momento histórico dado, é a singularização da estrutura familiar de uma classe. Sendo, portanto, a família singular a mediação entre o indivíduo e a classe universal. Outro exemplo dado pela autora diz respeito à influência dos grupos sociais na constituição dos sujeitos, sendo que uma pessoa que participa de diferentes grupos - como o grupo com quem divide habitação e o grupo que divide as tarefas de trabalho - é constantemente moldada pelas interações que estabelece nesses grupos.

Assim, a compreensão que um indivíduo tem de suas condições de vida não surge apenas nas relações de produção (porque este não se reduz ao mundo econômico), mas é construída a partir das experiências concretas e de diversas relações sociais que estabelece ao longo do tempo, ou seja, é no entrelaçamento dessas múltiplas relações que a subjetividade se forma e se transforma, evidenciando que a consciência individual ou o indivíduo singular não é por si só uma personalidade isolada, mas uma síntese dinâmica das interações sociais e históricas em que o sujeito está inserido. Então, “as interações sociais são portanto a forma de expressão e de realização das relações sociais de produção” (Oliveira, 1986, p. 20).

No âmbito do trabalho, isso significa que a inserção dos indivíduos em diferentes funções e condições laborais influencia profundamente sua percepção da realidade e de si mesmos. A precarização do trabalho, por exemplo, não apenas compromete a saúde mental do trabalhador, mas também afeta sua capacidade de organização coletiva. Nesse sentido, Mattos (2010) complementa essa discussão ao destacar que é justamente na compreensão dessas condições objetivas - que estabelecem a oposição entre os interesses dos proprietários dos meios de produção e aqueles dos produtores despossuídos - que podemos compreender o processo de formação de classe. Assim, enquanto Oliveira (1986) enfatiza a alienação do trabalhador no cotidiano do trabalho, Mattos (2010) amplia a análise ao conectar essa alienação à estrutura de classes, evidenciando que a subordinação do trabalhador às condições externas a ele não é um mero efeito colateral do sistema, mas uma característica estrutural e necessária para o sócio metabolismo do capital.

Ainda segundo Mattos (2010), essa oposição objetiva entre os interesses das diferentes classes ganha um contorno particular no capitalismo, pois enquanto vendem sua força de

trabalho em troca de salário, os trabalhadores adquirem na experiência de exploração a que estão subsumidos, “a consciência da identidade entre seus interesses, que se opõem aos interesses de seus exploradores, e no bojo deste conflito (a luta de classes) constroem sua consciência de classe” (Mattos, 2010, p. 16). No entanto, é fundamental ressaltar que essa consciência não surge “do nada” ou de maneira isolada. Como pontua Mattos (2010), os valores, discursos e referências culturais que formam a consciência de classe não emergem do nada, mas se desenvolvem a partir da vivência concreta da exploração e da memória das lutas passadas: “Desenvolvem-se a partir da experiência da exploração e das lutas de classe anteriores” (Mattos, 2010, p. 16).

Isso significa que a consciência dos trabalhadores está sempre em construção, fomentada tanto pelas contradições vividas no presente quanto pelo legado histórico das lutas que os precederam. Por isso não tem como não tematizar a relação entre objetividade e subjetividade no trabalho, sem falar do lugar da formação de uma consciência. Dialogando com Sartre, Iasi (2022) destaca que a contemporaneidade é marcada por uma profunda serialização, ou seja, por formas coletivas caracterizadas por uma práxis reificada, uma “antipráxis” e uma “pluralidade de solidões”, nas quais os indivíduos compartilham os mesmos espaços, mas sem produzir qualquer vínculo que transcenda a simples coexistência. Estão juntos, mas não necessariamente se percebem. Essa ideia pode ser facilmente ilustrada pelo ambiente em que vivemos. Pensemos em nossas próprias ruas: quantos de nossos vizinhos conhecemos de fato? Com quantos já interagimos além de um breve aceno? Quantos sequer sabemos o nome?

Outro importante e atual exemplo para pensarmos a “pluralidade de solidões” é o uso das redes sociais e uso intensivo de telefones celulares. Nas casas, nas famílias, nos espaços coletivos, vemos cada vez mais pessoas reunidas fisicamente, mas desconectadas entre si, concentradas em uma realidade virtual. Cada indivíduo, ainda que partilhe o mesmo ambiente com outros, está plugado em diferentes redes, conversando em múltiplos grupos virtuais, navegando por aplicativos e sites distintos de informação e interação. O contato imediato se esvazia: coexistem no mesmo espaço físico, mas os vínculos concretos são substituídos por uma hiperconexão que isola. A coexistência se torna coexistência de solidões, no sentido em que o outro está presente e ausente, separado e distanciado da relação vivida.

No entanto, como aponta Iasi (2022), essa pluralidade de solidões não se restringe apenas a indivíduos isolados, mas também se manifesta na dinâmica das coletividades e grupos que coexistem e ainda assim podem estar invisíveis, sem necessariamente se perceberem. O autor exemplifica essa invisibilidade ao destacar como, no cotidiano, é possível que pessoas

passem a vida inteira consumindo bens e serviços - vestindo roupas, alimentando-se, utilizando produtos tecnológicos - sem nunca saberem quem está por trás da produção desses itens. O que novamente nos leva para a desconexão entre produtores e consumidores, um dos mecanismos centrais da alienação no capitalismo, onde o trabalho humano é ocultado pelo fetiche da mercadoria. “Nestas condições, os processos de pertencimento se fragmentam e acompanham dois vetores fundamentais da serialidade” (Iasi, 2022, p. 59), em que um está pautado no presentismo imediatista (os vínculos são essencialmente presenciais) e na fluidez dos vínculos (com um caráter fluido, fugaz e líquido).

Nesse contexto, o autor argumenta como é complexa a formação de uma consciência de classe, mas que isso não significa o fim da centralidade do trabalho e nem que a formação da classe para si seja impossível. Ele estabelece, assim, uma distinção fundamental entre a consciência imediata e a consciência de classe para si. A consciência imediata, a consciência própria da nossa época, é aquela que se baseia nos múltiplos pertencimentos, que se percebe em uma sociedade e um mundo sem sentido “não porque não tenha o instrumental teórico, o sistema filosófico ou epistemológico adequado, ou ainda o arsenal de valores ético-políticos que lhe permitiria entender o mundo e direcionar sua ação na direção justa ou adequada” (Iasi, 2022, p. 65), mas porque legitima a si mesma como múltipla e sem parâmetros e critérios capazes de abarcar uma só unidade. Ela é reflexo do ser que se apresenta no mundo: serealizado, com múltiplos pertencimentos e identidades fragmentadas. Assim, o trabalho é, portanto, só mais um nó entre outros nós igualmente amarrados.

Ainda segundo o autor, ela é real

[...] por expressar, no âmbito das ideias, as relações sociais que constituem o fundamento de nossa sociabilidade contemporânea. Ela é efetiva, pois tem sido o elemento articulador de pertencimentos e identidades que ocupam o lugar onde antes estava a consciência de classe (Iasi, 2022, p. 68).

Contudo, a consciência da vida cotidiana é expressão também do senso comum elevado à condição de universal, do cotidiano e das funções na imediatez da vida. Conforme o autor, esta consciência social é apenas um momento muito específico da consciência de classe, isto é, “como momento inicial de um movimento que leva da alienação inicial à formação da consciência em si e à possibilidade de desenvolvimento de uma consciência para si” (Iasi, 2022, p. 71). Nesse sentido, diante do capital, a massa caracterizada pelos trabalhadores já é uma classe. Porém, na luta entre capital e a força de trabalho essa classe se reúne e se torna uma classe “para si”, como produto também das determinações objetivas. A consciência em si é,

portanto, a consciência de conceber seu ser social entre um antagonismo necessário do próprio metabolismo do capital (Mészáros, 2008).

Mediante a isso, chegamos, aqui, à categoria consciência como essencial para a compreensão da relação intrínseca entre objetividade e subjetividade. Ora, de que forma um trabalhador, vivendo nas condições objetivas aqui retratadas, consegue compreender as contradições e os limites que permeiam sua vida e, deseja romper com isso? Essa é uma questão que pode ser respondida, ou pelo menos encaminhada, pela discussão do processo do desenvolvimento da consciência de classe. Como bem indica Iasi (2020, p. 45) “[...] Todos nós somos seres híbridos quando o assunto é nossa consciência, especialmente os revolucionários, pois nasceram e foram socializados em mundo que querem transformar”. Assim, o membro de uma classe que luta e age pelas transformações sociais, mas que pensa o mundo com os valores, juízos e ideias de um mundo que o socializou, tem aquilo que o autor denomina por “duas consciências”, uma que herdou do mundo e outra que adquiriu conforme sua crítica prática e vivenciada (Iasi, 2020).

Aliás, embora a consciência de classe seja abordada neste trabalho, ela não é e nem deve tratada como mero elemento subjetivo, ideológico ou subproduto do desenvolvimento econômico capitalista. Pelo contrário, ao considerar uma metodologia dialética temos o dever de pontuar que as manifestações intelectuais da vida humana, bem como as institucionais, não são apenas reflexos oriundos do capitalismo. Elas possuem sua própria estrutura com um nível relativo de autonomia, e estão tão intimamente conectadas com a objetividade, que também a estruturam (Mészáros 2008). Fazer o contrário disso é descrever de forma mecânica o ser social. Então, todas as formas de manifestação da consciência “têm uma estrutura própria relativamente autônoma, determinando, assim, de forma recíproca, as estruturas econômicas da sociedade, ao mesmo tempo que são também determinadas pela última” (Mészáros, 2008, p. 57).

Inclusive, podendo tanto servir à vida alienada, quanto para superá-la. De todo modo, mesmo que as formas e manifestações da consciência tenham suas estruturas próprias, elas não têm autonomia absoluta. Em outras palavras, isolar a consciência de classe como uma questão política, a exemplo, e abstraí-la das condições objetivas, é romper com o movimento orgânico e recíproco da relação entre eles e gerar pseudo-soluções, como o subjetivismo (Mészáros, 2008). A discussão acerca do desenvolvimento da consciência e dos seus tipos, é de suma relevância para compreender que as ações mediadoras (para manutenção da crise do capital) e

transformadoras não surgem como respostas individualizadas dos interesses dos sujeitos, mas num contexto complexo de luta de classes.

Como Mészáros (2008, p. 59) aponta sobre as categorias de “classe” e “consciência de classe”, elas “adquirem seu significado completo somente como focos de uma multiplicidade de fenômenos sociais estruturalmente interligados”. Assim, para entender as condições subjetivas do sujeito trabalhador, não é interessante partir de um ponto de vista de uma individualidade isolada e que sobrepõe apenas o indivíduo e rebaixa as possibilidades objetivas. Dito isso, compreender a profunda influência dessas dimensões e condições na práxis do trabalho contemporâneo, em particular de arquitetos em uma região periférica, possibilita uma análise sobre os limites e possibilidades que cercam o trabalho social exercido por essa categoria profissional, retirando dos sujeitos a responsabilidade individual de transformar a realidade. Além disso, compreendendo que a desqualificação do trabalho e as mudanças na subjetividade do sujeito podem ser problematizadas como totalidade em um determinado espaço e momento histórico.

Portanto, como é abordado neste estudo, o trabalho social e o exercício profissional de arquitetas e arquitetos, é mais que notório a importância de debater a respeito da categoria trabalho e sua configuração no sistema capitalista, a fim de compreender que, embora exista singularidades na prática das novas relações de trabalho nessa área, há um contexto historicamente dado (dimensão universal) que precisa ser refletido e contextualizado. Por isso, no próximo capítulo discutiremos acerca do contexto, em escala nacional, o mercado de trabalho na arquitetura e a prática do trabalho social para Habitação de Interesse Social (HIS), na intenção de construir um fio condutor que aprofunde a percepção acerca das condições objetivas no trabalho para esse grupo de profissionais da classe trabalhadora, bem como encaminhe para a influência de elementos subjetivos que circundam a prática profissional, como a função social e ética construída historicamente na profissão e a própria formação acadêmica e profissional.

3 O TRABALHO SOCIAL NA ARQUITETURA: FORMAÇÃO, PRÁTICA E FUNÇÃO SOCIAL

Se, no primeiro capítulo, investigamos a relação dialética entre trabalho, objetividade e subjetividade, aqui avançamos para a dimensão prática, analisando o papel dos arquitetos e arquitetas na construção de uma arquitetura comprometida com a transformação social. Partimos do princípio que a função social do arquiteto vai além do mero compromisso ético subjetivo, pois se insere em um contexto estrutural de condições objetivas onde a produção do espaço está diretamente ligada às relações de poder e luta de classes. Assim, para a produção de condições subjetivas que encaminhem um trabalho dotado de sentido e compromisso, é necessário um horizonte que rompa com as estruturas do modelo tradicional da profissão, que historicamente esteve atrelado à lógica mercadológica e à valorização do espaço como mercadoria.

Neste capítulo, iniciaremos discutindo a formação acadêmica e profissional da arquitetura, bem como a atuação do arquiteto nas formas de trabalho no Brasil, situando a profissão no contexto das contradições do capital e da financeirização do espaço urbano. Na sequência, contextualizaremos o trabalho social na Habitação de Interesse Social (HIS), tanto nos programas habitacionais como nas experiências alternativas. Por fim, aprofundaremos a reflexão sobre a função social na arquitetura e o papel do Conselho de Arquitetura e Urbanismo na promoção da arquitetura social, investigando suas iniciativas, limitações e desafios. Além disso, abordando o embate entre a lógica mercadológica e o domínio ético na arquitetura, explorando como a prática profissional pode ser orientada por diferentes vertentes. A partir dessa discussão, pavimentamos o caminho para compreender as potencialidades e desafios da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), tema que será abordado no próximo capítulo.

3.1 A formação acadêmica e as formas de trabalho na arquitetura

O debate sobre a formação acadêmica e profissional do arquiteto no Brasil, bem como a atuação no mercado de trabalho, está diretamente relacionado à compreensão do papel social desta profissão. Embora o arquiteto esteja frequentemente associado ao atendimento das demandas de um mercado, seja por meio da construção civil, seja pelo setor imobiliário, é

necessário destacar o papel que a formação acadêmica desempenha na reprodução desse perfil de atuação e em como a categoria se relaciona com as demandas sociais. Os cursos de arquitetura ofertados pelas faculdades, centros universitários e universidades do país, ao longo dos anos, têm se consolidado como espaços voltados para uma formação mais tecnicista, com foco na produção de projetos arquitetônicos para o mercado, deixando em segundo plano as discussões sobre o papel social do arquiteto e sua atuação junto às demandas populares e coletivas.

Obviamente, pela história, a profissão de arquiteto no Brasil caminhou vinculada por muito tempo sob as vias da Belas Artes. Inclusive, o ensino da arquitetura iniciou-se no país, a partir da criação da Escola Real, de Ciência, Artes e Ofícios, em 1816, por um decreto de D. João VI. O decreto é considerado um marco jurídico, político e administrativo importante para a formalização do ensino, pois até esse período, a palavra “arquiteto” não era conhecida no país (Baratto, 2016). Dentre as disciplinas ministradas naquele primeiro momento podemos citar: Desenho, História da Arquitetura, Estereotomia, Construção e Perspectiva, entre outras. Somente em 1945 que a área se desvinculou da Escola de Belas Artes e passou a integrar a Universidade do Brasil, a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (Baratto, 2016).

Como podemos imaginar, a gênese do ensino da arquitetura no Brasil, estava relacionada diretamente com o domínio da arte e da técnica. De lá para cá muitas coisas mudaram, obviamente, principalmente com a vinculação do curso de Urbanismo ao de Arquitetura, em 25 de junho de 1969, após a Reforma do Ensino Superior, aprovada pelo Conselho Federal de Educação. Segundo a professora Margareth Pereira – em entrevista para Baratto (2016) – os debates no ensino foram ampliados com a inclusão de algumas agendas importantes advindas do urbanismo, como a redução de desigualdades e a preocupação de uma educação para uma vida na cidade (Baratto, 2016). Além disso, podemos também mencionar as influências dos congressos e movimentos que buscavam situar a prática da arquitetura aliada às demandas internacionais de melhorias ambientais e socioespaciais, inclusive da problemática habitacional.

Sobre isso, os debates “coincidem com o período de desenvolvimento urbano-industrial nascente e com os problemas decorrentes do intenso êxodo rural e crescimento populacional no país a partir de 1930” (Porangaba, 2019, p. 23). Próximo desse período, tem-se o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), na Suíça, em 1928, em que 24 arquitetos de diferentes países (Alemanha, França, Espanha, Bélgica, dentre outros) se reuniram para formalizar, institucionalizar e difundir as bases teóricas da arquitetura moderna, sob uma

perspectiva que consolidasse o rumo da arquitetura que atendesse as exigências “materiais, sentimentais e espirituais da vida presente” (CIRPAC, 1950). Além disso, definindo algumas posturas profissionais que os arquitetos deviam ter na prática do fazer moderno. Durante o evento, foi elaborada a “Declaração de La Sarraz” com as propostas de arquitetos como Le Corbusier, Ernest May e Andre Lurçat. Algumas das propostas:

Afirman hoy la necesidad de un nuevo concepto de la arquitectura, que satisfaga las exigencias materiales, sentimentales y espirituales de la vida presente. Conscientes de las profundas perturbaciones causadas por el maquinismo, reconocen que la transformación de la estructura social y del orden económico entraña fatalmente una correspondiente transformación del fenómeno arquitectónico.

Se han reunido con la intención de buscar la armonización de los elementos presentes en el mundo moderno y de volver a colocar a la arquitectura sobre su plano verdadero, que es de orden económico y sociológico y por completo al servicio de la persona humana. Es así como la arquitectura escapará a la empresa esterelizante de las Academias.

[...] Es urgente que la arquitectura, en vez de apelar casi exclusivamente a un artesanato anémico, se sirva igualmente de los inmensos recursos que le ofrece la técnica industrial, aún cuando tal decisión debiera conducirla a realizaciones asaz diferentes de las que han hecho la gloria de ‘epocas pasadas.

[...] El urbanismo no podría ya ser sometido exclusivamente a las reglas de un esteticismo gratuito. Por su esencia, es de orden funcional. Las tres funciones fundamentales cuyo cumplimiento debe vigiar el urbanismo son: 1º habitar, 2º trabajar, 3º recrearse. (CIRPAC, 1950)

As propostas sintetizavam uma racionalidade e sobriedade construtiva que rompesse com os movimentos anteriores, de forma que o produto do trabalho do arquiteto originasse, em primeiro nível, a funcionalidade. Essas ideias chegaram ao Brasil um pouco tempo depois, com a visita de Le Corbusier, em 1929, durante uma viagem pela América do Sul, pela qual o arquiteto divulgou as ideias do CIAM. Pela declaração, nós também podemos destacar as expectativas que se tinha sobre o papel do arquiteto na sociedade moderna. Segundo o documento:

Es indispensable que los arquitectos ejerzan una influencia sobre la opinión pública y le hagan conocer los medios y los recursos de la arquitectura nueva. La enseñanza académica ha pervertido el gusto del público y por lo común los problemas auténticos de la habitación ni siquiera se plantean. La opinión está mal informada, y los usuarios no saben formular sus deseos en materia de vivienda sino muy mal, por lo general. Así es como la vivienda ha quedado desde hace tiempo fuera de las preocupaciones mayores del arquitecto.

[...] Los arquitectos, con la firme voluntad de trabajar en el verdadero interés de la sociedad moderna, estiman que las Academias, conservadoras del pasado, al descuidar el problema de la vivienda en beneficio de una arquitectura puramente suntuaria, traban el progreso social. Por su dominio sobre la enseñanza, vician la vocación del arquitecto desde su origen, y, por la casi exclusividad que tienen de los encargos del Estado, se oponen a la penetración del nuevo espíritu, único que podría vivificar y renovar el arte de construir (CIRPAC, 1950).

De imediato, podemos compreender que, desde o início do século XX, já existia um movimento internacional crítico ao papel tradicional da arquitetura e, especialmente, à formação acadêmica baseada apenas em “valores estéticos”. A Declaração de La Sarraz (1928) aborda o distanciamento da profissão em relação às necessidades reais da sociedade (sociedade essa que vivenciava a expansão da industrialização e do uso expansivo de recursos), evidenciando como o ensino acadêmico havia se tornado refém das "Academias conservadoras", que priorizavam a reprodução de estilos consagrados, em detrimento das demandas sociais urgentes, como o problema da moradia. É claro que a mesma declaração reproduz algumas problemáticas (que posteriormente foram criticadas pela contemporaneidade), como a setorização da cidade por usos e normalizar o consumo de recursos e tecnologias industriais em prol de um projeto singular.

Esse debate, historicamente posto, continua a reverberar no contexto brasileiro contemporâneo. Apesar das mudanças no ensino e no surgimento de novas perspectivas urbanísticas e sociais, a formação acadêmica e o mercado de trabalho da arquitetura permanecem, em grande medida, atrelados às lógicas de reprodução da desigualdade socioespacial (inclusive, com marcas das ideologias modernas de descentralização). Como evidenciado pelas características do ensino da arquitetura no Brasil, e também pela Declaração de 1928, o papel do arquiteto nunca foi neutro. As escolhas feitas no processo de formação, isto é, os conteúdos que são priorizados, as metodologias utilizadas e o modo como se pensa a prática profissional, contribuem diretamente para definir se o arquiteto atuará a serviço das elites e do capital ou das necessidades coletivas e populares.

Como analisa Porangaba (2019) sobre a formação profissional do arquiteto e urbanista, o ensino da arquitetura não priorizava uma abordagem mais crítica e social, baseada nas necessidades das populações de baixa renda, a exemplo. Pelo contrário, historicamente, ele está condicionado a problemas macro estruturantes de currículos oficiais nacionais que reproduzem estruturas de poder e os interesses das classes sociais dominantes (Porangaba, 2019). Segundo o autor, em sua tese sobre os currículos oficiais nacionais dos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo instituídos no Brasil entre os anos de 1930 a 2018, os cinco currículos oficiais nacionais analisados demonstram uma deficiência de incentivos para uma educação preocupada com os problemas sociais. Foram eles: o Currículo Mínimo de 1962; Currículo Mínimo de 1969; Diretrizes Curriculares e o Conteúdo Mínimo de 1994; Diretrizes Curriculares Nacionais de 2006; e Diretrizes Curriculares Nacionais de 2010.

Como aponta Porangaba (2019), as análises desenvolvidas sobre os currículos oficiais nacionais dos cursos de Arquitetura e Urbanismo evidenciam um padrão hegemônico de construção curricular pautado por disputas de interesses e, ao mesmo tempo, por uma lógica tradicional de formação. Essa lógica se manifesta em práticas que selecionam conteúdos supostamente neutros e universais (disciplinas acadêmicas), mas que, na prática, evitam discutir as demandas mais urgentes da sociedade brasileira, especialmente no que se refere à questão habitacional e de serviços para a população de baixa renda. Isso demonstra como o processo de formação dos arquitetos, desde sua base curricular, reproduz uma visão elitizada e restrita da profissão, reforçando um perfil voltado ao mercado, e negligenciando as necessidades sociais que atravessam o espaço urbano, aliás, sem um projeto ético-político voltado para atender aos interesses da categoria enquanto parte da classe trabalhadora.

Ainda segundo o autor, o tema da Habitação de Interesse Social (HIS) permanece à margem dos currículos nacionais não apenas por omissão institucional, mas também como consequência da maneira histórica com que a própria categoria profissional e suas entidades representativas têm tratado a questão, muitas vezes como um conteúdo programático secundário e optativo. Como resultado, a abordagem da HIS nas universidades tem sido submetida a acordos esporádicos, decisões conjunturais e posicionamentos ideológicos isolados, o que impede a consolidação de uma formação sólida e contínua sobre o tema.

Por isso, Porangaba (2019) enfatiza que somente a inclusão obrigatória da HIS como eixo transversal e estruturante dos cursos de Arquitetura e Urbanismo pode garantir uma formação profissional crítica, ética e tecnicamente capacitada para enfrentar as desigualdades socioespaciais. Isso permitiria, desde a formação básica, que o futuro arquiteto estivesse preparado para atuar de forma direta em políticas públicas, especialmente na assistência técnica em habitação de interesse social (ATHIS), contribuindo, de fato, para a transformação das condições de moradia das populações de média e baixa renda.

Dito isso, a formação em arquitetura e urbanismo, de modo geral, não prepara o egresso para o trabalho social, nem para uma formação crítica e política. É claro que não são todos os cursos, nem todas as estruturas curriculares específicas no país afora, mas há uma esmagadora maioria, especialmente nos currículos mínimos. Seguindo a lógica de Porangaba (2019), nos propomos a analisar a grade curricular dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da cidade de São Luís do Maranhão. A pergunta exata foi: E aqui? Como está o ensino da arquitetura? A seguir os nossos achados. Na cidade de São Luís do Maranhão, por exemplo, são 4 (quatro) Instituições de Ensino Superior (IES) que estão em atividade regular e ofertam o curso, segundo

o Cadastro e-MEC (Brasil, 2024): a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), a Faculdade Anhanguera, o Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) e a Universidade CEUMA (UNICEUMA).

Dentre as instituições de ensino, destacamos que a Faculdade Anhanguera oferta o curso de Arquitetura e Urbanismo na modalidade semipresencial, isto é, com atividades em formato online (no primeiro e segundo semestres) e atividades com práticas presenciais nos demais períodos. Além disso, inclui aulas “ao vivo” uma vez por semana, conforme portal oficial da faculdade (Anhanguera, 2025), diferentemente das demais instituições, que têm o ensino totalmente presencial. Essa informação é emblemática, pois em agosto do ano de 2024, foi aprovado o reexame do Parecer CNE/CES nº 952, de 6 de dezembro de 2023, que revisou a Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010 e que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Arquitetura e Urbanismo.

O parecer nº 952/2023 foi elaborado com a participação de grupos coletivos representantes da categoria, como o Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetura e Urbanismo (CEAU), instância consultiva do CAU/BR e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). Inclusive, debatido, previamente, em diversos eventos por professores, instituições, coordenadores e o próprio Conselho de categoria. A aprovação do texto para as novas DCN foi feita por unanimidade e sem restrição, sendo uma conquista que marcava o trabalho conjunto e democrático, de mais de uma década, em prol do ensino e a formação de qualidade para as novas gerações de profissionais Arquitetos(as) e Urbanistas (IAB, 2024). No entanto, em agosto do ano de 2024, o reexame (Parecer nº 454/2024) substituiu e modificou o texto anterior, sem considerar a construção coletiva do último parecer e baseando-se integralmente apenas nas observações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). As principais mudanças foram:

[...] o texto reescreveu três artigos (artigos 33, 35 e 55) que atacam a essência do texto de dezembro de 2023 (parecer CNE/CES nº 952/2023), em especial no que tange a inclusão do Ensino à Distância (EaD), a alteração da carga horária do curso e a proporcionalidade aluno/professor (IAB, 2024, p. 3).

O reexame altera a proporção do quadro docente em relação ao número de discentes, isto é, altera de 1 (um) docente a cada 15 (quinze) discentes em disciplinas práticas de projetos, para 1 (um) docente a cada 25 (vinte e cinco) discentes. Já para as disciplinas teóricas, altera de 1 (um) docente a cada 45 (quarenta e cinco) discentes, para 1 (um) docente a cada 65 (sessenta e cinco) discentes. Além disso, traz a supressão da presencialidade total das 3.600h (três mil e seiscentas horas), o que possibilita o ensino à distância (IAB, 2024), dessa forma, contrariando

o texto anterior que define que “Nenhum conteúdo curricular pode ser ministrado à distância” (IAB, 2024, p. 11). Nesse sentido, o ensino semipresencial é motivo de discussão ainda hoje, estando fora do projeto construído democraticamente pelas instituições, conselho e representantes da categoria e dos estudantes.

Complementar a essa questão, quando resgatamos as estruturas curriculares do curso de Arquitetura e Urbanismo das instituições é que podemos observar a representatividade de disciplinas que são, ou não, voltadas para ensino e formação de profissionais críticos, comprometidos com a sociedade, no seu papel político e não na individualidade da arquitetura. Vejamos no Quadro 1: 49 (quarenta e nove) das disciplinas ofertadas na UNICEUMA (estrutura vigente é de 2018), apenas 5 (cinco) apresentam caráter político-intelectual com a sociedade, enquanto as demais são para ensino de teoria e prática de projetos de arquitetura e do urbanismo. As demais instituições tem uma grade que engloba mais disciplinas com preocupações das ciências sociais, mas em síntese, há uma discrepância quando relacionamos ao total.

No quadro abaixo, a estrutura curricular das quatro instituições de ensino superior em São Luís (MA) que ofertam o curso Arquitetura e Urbanismo, a fim de observarmos a existência de componentes que possam sugerir uma perspectiva social para a formação profissional de arquitetura.

Quadro 1 - Estrutura Curricular das IES de Arquitetura e Urbanismo, de São Luís - MA

Estrutura Curricular das IES de Arquitetura e Urbanismo, de São Luís - MA				
Período	UEMA	UNDB	ANHANGUERA	UNICEUMA
1	Desenho a mão livre Geometria descritiva aplicada Desenho de arquitetura Plástica Concepção projetual Cidade e arquitetura Formação de cidades	Projeto de Arquitetura: Concepção Arquitetônica Expressão e Representação Geometria Descritiva Desenho de Arquitetura Interpretação e Produção de Texto Metodologia Científica	Educação a Distância Homem, Cultura e Sociedade Estudos Sociais e Econômicos Estética e História da Arte Ecologia Urbana Seminário Interdisciplinar I	Desenho arquitetônico Geometria descritiva Arquitetura e arte antiga e medieval Desenho de observação Plástica e estética
2	Maquetes Desenho de arquitetura assistido por computador Resistência dos materiais aplicada à arquitetura Arquitetura e construção Metodologia do projeto arquitetônico Cidade, indivíduo e sociedade Arte e estética	Projeto de Arquitetura: Processo Criativo Estudo da Forma Arquitetônica Informática Aplicada 2 D Sistemas e Materiais Construtivos Topografia e Geoprocessamento Arquitetura e Urbanismo Moderno e Contemporâneo	Atelier de Projeto de Arquitetura I Geometria Descritiva Aplicada à Arquitetura I Ética, Política e Sociedade Desenho Arquitetônico Introdução ao Projeto de Arquitetura e Urbanismo Seminário Interdisciplinar II	Metodologia científica Maquete Arquitetura e arte moderna Percepção e representação gráfica Teoria e prática do projeto arquitetônico Materiais e técnicas construtivas I

3	Tecnologia das construções Instalações hidrossanitárias Topografia Projeto de habitação unifamiliar Teorias urbanas Estudos socioambientais Arquitetura e urbanismo do clássico ao industrial	Projeto Arquitetura: Habitação Metodologia de Projeto de Interiores e Mobiliário Técnicas Avançadas de Informática em Arquitetura História da Cidade Estudo da Cidade Antropologia da Casa	Atelier de Projeto de Arquitetura II Geometria Descritiva Aplicada à Arquitetura II Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo I Técnicas Retrospectivas, Restauração e Patrimônio Histórico Maquete Seminário Interdisciplinar III	Detalhes construtivos Arquitetura e arte brasileira Arquitetura e habitação Informática aplicada 2d Mecânica e resistência dos materiais Materiais e técnicas construtivas II
4	Sistemas estruturais Conforto térmico Ateliê de projeto arquitetônico para edificações de uso coletivo Arquitetura paisagística Projeto urbano Metodologia científica Arquitetura e urbanismo no Brasil	Projeto de arquitetura: edifícios de uso coletivo Teoria e Projeto de Urbanismo Morfologia Urbana Fundamentos de Sistemas Estruturais Estética, Arte e Arquitetura Arquitetura e Urbanismo no Brasil	Atelier de Projeto de Arquitetura III História e Teoria da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo I Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo II Conforto Ambiental: Térmico Oficinas de Expressão e Representação Seminário Interdisciplinar IV	Topografia Conforto termico Arquitetura e arte contemporânea Informática aplicada 3d Estruturas em concreto armado Arquitetura e espaços de ensino
5	Estruturas de concreto Instalações elétricas especiais Conforto acústico e lumínico Projeto arquitetônico com estrutura verticalizada Projeto paisagístico Projeto territorial urbano Arquitetura e urbanismo modernista	Projeto de Arquitetura: Reforma e Reutilização Sistemas Estruturais I Construção: técnicas, sistemas e materiais Conforto Ambiental Térmico Arquitetura e Urbanismo Maranhense Conservação Urbana	Atelier de Projeto de Arquitetura IV História e Teoria da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo II Tecnologia das Construções I Conforto Ambiental: Acústico e Lumínico Fundamentos de Topografia Seminário Interdisciplinar V	Sociologia urbana Arquitetura multifamiliar Conforto lumínico e acústico Instalações hidráulicas sanitárias Estruturas de madeira e metálicas
6	Modelagem digital de projeto arquitetônico Técnicas construtivas tradicionais Projeto de arquitetura comercial de grande porte Planejamento da paisagem Planejamento urbano e regional Arquitetura e urbanismo contemporâneos Arquitetura e estética	Projeto de Arquitetura: Complexidade Paisagismo Sistemas Estruturais II Conforto Lumínico Conforto Sonoro Instalações Prediais	Atelier de Projeto de Arquitetura V História e Teoria da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo III Tecnologia das Construções II Instalações Hidrossanitárias Resistência dos Materiais Seminário Interdisciplinar VI	Arquitetura paisagística Arquitetura e espaços comerciais Instalações elétricas Histórias das cidades
7	Informática aplicada ao urbanismo Técnicas construtivas contemporâneas Infraestrutura urbana Projeto arquitetônico em sítios de interesse cultural Projeto de arquitetura de interiores na habitação Técnicas retrospectivas Planejamento e projeto da mobilidade urbana	Projeto Arquitetura: Verticalização Projeto de Interiores: Executivo Metodologia do Projeto de Urbanismo Desenho Universal Planejamento Urbano e Regional Antropologia e Sociologia Urbana	Atelier de Projeto de Arquitetura VI Urbanismo I Arquitetura Brasileira Sistemas Estruturais Planejamento Urbano e Regional Seminário Interdisciplinar VII	Projeto integrado I Leitura e intervenção na paisagem das cidades Teoria e projeto de intervenções urbanas Arquitetura de interiores
8	Projeto de arquitetura e urbanismo em áreas de interesse social Projeto de arquitetura de interiores comercial Intervenções em edifícios históricos Projeto de assentamento humano Estágio I	Projeto de Arquitetura: Habitação de Interesse Social Saneamento e Infraestrutura Mobilidade Urbana Direito Urbanístico e Ambiental Urbanização Brasileira: Desafios e Perspectivas Bioarquitetura Estágio Supervisionado I	Atelier de Projeto de Arquitetura VII Urbanismo II Metodologia Científica Instalações Elétricas de Baixa Tensão Seminário Interdisciplinar VIII Trabalho Final de Graduação I	Técnicas retrospectivas Projeto integrado II Planejamento e intervenções urbanas Infra-estrutura urbana Estágio supervisionado I

9	Ateliê de projeto arquitetônico com tema livre Intervenções em sítios históricos Planejamento e gestão urbana e regional Fundamentos de trabalho de conclusão de curso Estágio II	Projeto Arquitetura: Executivo Projeto de Urbanismo Intervenção em Sítios Históricos Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso Estágio Supervisionado II	Atelier de Projeto de Arquitetura VIII Urbanismo III Arquitetura e Urbanismo I Seminário Interdisciplinar IX Trabalho Final de Graduação II Estágio Curricular Supervisionado I	Projeto integrado III Planejamento regional Intervenções em sítios históricos Meio ambiente e sustentabilidade Estágio supervisionado II
10	Trabalho final de graduação Optativa 1 Optativa 2 Optativa 3 Optativa 4	Planejamento e Gerenciamento de Projeto e Obras Empreendedorismo Seminário Trabalho de Conclusão de Curso Trabalho de Conclusão de Curso Optativa	Arquitetura e Urbanismo II Paisagismo Prática Profissional em Arquitetura Infraestrutura Urbana Seminário Interdisciplinar X Trabalho Final de Graduação III Estágio Curricular Supervisionado II	Organização e gerenciamento de obras Plano diretor Exercício e organização profissional

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Ao analisarmos o Quadro 1, podemos perceber que o número de disciplinas ofertadas é majoritariamente voltado para o domínio técnico, com forte concentração em tipologias de projetos arquitetônicos. Observamos que, apesar da presença de disciplinas teóricas fundamentadas na sociologia, na história e na geografia - Sociologia Urbana, Ética, Política e Sociedade, entre outras - essas disciplinas estão quase sempre situadas no campo do urbanismo e tratam, em grande medida, do direito à cidade, com foco mais ampliado. No entanto, quando buscamos uma discussão mais específica sobre a habitação e a moradia popular - que poderiam intensificar o estudo do direito à moradia para um público diversificado, por exemplo - a oferta é ainda mais restrita. São poucas as cadeiras que aprofundam essa temática, sendo possível citar como disciplina (com enfoque na dignidade da habitação e dos espaços habitados) a de "Desenho Universal".

Outro aspecto importante que se destaca é a inclusão, em algumas estruturas, de disciplinas que abordam o exercício profissional do arquiteto, como "Exercício e Organização Profissional" (UNICEUMA) e "Prática Profissional em Arquitetura" (ANHANGUERA). Essas cadeiras, no entanto, sugerem, em geral, um foco de reprodução e perspectiva voltada à preparação para o mercado tradicional de trabalho, reforçando práticas de empreendedorismo individual (como a disciplina denominada Empreendedorismo, da UNDB) e adaptação à lógica mercadológica, sem evidências claras de um fomento mais crítico sobre o papel social da profissão. Além disso, notamos a ausência quase completa de disciplinas específicas que discutam a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, a autogestão habitacional ou metodologias participativas de projeto (com exceção das disciplinas de "Projeto de arquitetura e urbanismo em áreas de interesse social e Projeto de assentamento humano" da

UEMA), o que demonstra um distanciamento entre a formação ofertada e as demandas concretas da população.

Paralelamente, podemos mencionar também o fato do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, enquanto uma Ciência Social Aplicada, pertencer ao Centro de Ciências Tecnológicas (CCT) e não ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). Ao recuperarmos a DCN do Parecer nº 454/2024, em seu art. 5º, tem-se a indicação de que o referido curso constitui uma área de conhecimento próprio e que se utiliza dos saberes dos seguintes campos: o das ciências exatas; ciências humanas e sociais; ciências ambientais e de paisagem; ciências dos materiais; e das artes. Além disso, o art. 14º complementa que os conteúdos do curso devem ser organizados em dois núcleos de trabalho (mais o trabalho de conclusão de curso), sendo: Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação e Núcleo de Conhecimentos Profissionais (Brasil, 2024). Conforme a Portaria:

I - Núcleo de Conhecimentos de Fundamentação: composto por campos do saber que forneçam o necessário embasamento para o desenvolvimento do espírito crítico e criativo, assim integrado: a) Artes, Estética e História das Artes, Estudos Sociais e Econômicos, Filosofia e Antropologia Cultural, Desenho e meios de expressão e representação; b) Informática aplicada à Arquitetura, ao Urbanismo e à Arquitetura da Paisagem, Processos e Ferramentas de Modelagem Digital e Física; c) instalações prediais; e d) estudos das relações entre ambiente e comportamento.

II - Núcleo de Conhecimentos Profissionais: composto por campos do saber destinados à caracterização da identidade profissional do arquiteto e urbanista, assim constituído: a) Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e da Arquitetura da Paisagem; e b) Projetos de: Arquitetura, Arquitetura de Interiores, Urbanismo, Arquitetura da Paisagem, Planejamento Urbano, Regional e Metropolitano; Planos e Projetos Ambientais e da Paisagem; Soluções baseadas na natureza; Infraestrutura Urbana; Infraestrutura verde e azul; Mobilidade Urbana; Acessibilidade e Desenho Universal; Tecnologia da Construção; Instalações Prediais; Gestão de Obras; Sistemas Estruturais; Conforto Ambiental; Desempenho e Segurança das Edificações; Desenho Universal; Teoria, Projeto e Técnicas de Restauro e Conservação do Patrimônio Cultural Edificado; Projetos e Produção de Habitação de Interesse Social e Assessoria Técnica; Topografia; Gestão de Projetos, Processos e Técnicas em Arquitetura e Urbanismo; Ética e Prática Profissional (Brasil, 2024, p. 11).

Mediante a isso, questionamos: dados os campos de saberes e os núcleos de conhecimento mencionados na DCN, o curso de Arquitetura e Urbanismo teria as mesmas disciplinas se fosse incorporado em outro Centro de Ciências? Afinal, contemplando a organização de conteúdos alinhados ao primeiro núcleo, essencialmente encontrado nas ciências humanas e sociais, o curso poderia estar também no de Ciências Sociais. Por que o CCT? Ao que parece, há um desequilíbrio de conteúdos pertencentes aos núcleos, no qual o segundo tem, hierarquicamente, mais prioridade que o primeiro. Ponderamos que a vinculação ao CCT pode reforçar uma visão tecnicista da arquitetura, reduzindo a centralidade de

conteúdos relacionados às questões sociais, históricas e políticas que envolvem o espaço urbano, enquanto a inserção ao CCSA poderia fortalecer o eixo crítico e social da formação.

Essa questão, no entanto, não é particular da capital ludovicense (da UEMA), mas existente nas outras IES do país, citando, a exemplo, a alocação dos cursos de Arquitetura no Centro de Artes e Comunicação, na Universidade Federal da Pernambuco; Centro de Tecnologia, na Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal da Paraíba; Área I - Ciências Físicas, Matemáticas e Tecnologias, na Universidade Federal da Bahia; e Centro de Letras e Artes, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Já diferente da UEMA que, institucionalmente, possui os cursos organizados por Centros e Campus - as demais instituições de ensino não alocam o curso de Arquitetura em centros de ciências, mas organizam por áreas de conhecimentos, como área da Saúde, Exatas e Humanas.

No entanto, como Porangaba (2019) demonstrou em sua análise das mudanças nas Diretrizes Curriculares e Currículos Mínimos, com o passar do tempo e da ampliação do debate crítico na arquitetura, os cursos começaram a incluir mais disciplinas que discutem a relação da arquitetura com as demandas sociais, mas ainda em quantidade menor ao esperado. Se no Currículo Mínimo de 1962 as disciplinas ofertadas estavam predominantemente voltadas para o estudo da arte e da técnica na arquitetura, agora já temos disciplinas com conteúdo interdisciplinar e social. No entanto, ainda se apresentam como casos mais isolados e secundários frente aos interesses de atuação no mercado. Disciplinas como Mobilidade Urbana; Antropologia e Sociologia; Projeto de arquitetura e urbanismo em áreas de interesse social e Meio Ambiente e sustentabilidade resgatam discussões em sala de aula que ampliam o aprendizado de uma arquitetura imersa em escala, região e espaços não convencionais, que existem, mas são constantemente deixados de lado. E o ensino da Arquitetura tem que ter essa função social?

Como responde Ermínia Maricato (2018), em entrevista concedida aos pesquisadores Soares; Maia e Rossi (2019, p. 8) “Mas se existe uma função social do arquiteto no nosso país, ela sem dúvida está na cidade. Isso implica que a arquitetura tem que ter um compromisso com o espaço urbano e coletivo, que devemos estar de olhos abertos o tempo todo”. Ora, o curso de Arquitetura é entendido dentro das Ciências Sociais Aplicadas, então não deveria existir um equilíbrio no ensino da técnica e da crítica? Ainda de acordo com a militante e estudiosa, Maricato (2018), “Os arquitetos, se organizados dessa forma, territorialmente, discutindo nos bairros, nas cidades, nas metrópoles, nos Centros Acadêmicos, nas entidades profissionais,

podem ter um empoderamento incrível. E nós estamos no Brasil inteiro.” (Moura; Maia; Rossi, 2019, p. 11).

Paralelamente, segundo Jordi Borja (2014), o urbanismo teve, desde seu início, uma vocação de transformação social, mas que ela foi desaparecendo em grande parte dos pensamentos atuais do urbanismo. O caráter transformador aparece no potencial de reduzir desigualdades e na melhora da qualidade de vida dos indivíduos da cidade, à medida que se promove uma ordenação do território e do acesso aos serviços coletivos e infraestrutura básicos para todos (Montaner; Muxi, 2014). No entanto, os “efeitos perversos do capitalismo especulativo dominante” (Montaner; Muxi, 2014, p. 9) foram naturalizados no discurso desse urbanismo capitalista que nega a vocação da sua gênese e, portanto, se contradiz em pautas de participação, sustentabilidade e humanismo.

Decerto, retomando em nosso ponto de vista, entendemos que para uma maior (em quantidade mesmo) atuação de profissionais engajados com a sociedade, é necessário também espaços formativos e de construção curricular que caminhe para esse horizonte. No entanto, é importante ressaltar que a formação na universidade se faz na indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão (ANDES, 2003). Nesse ponto a UEMA tem notória contribuição, em relação às outras instituições de ensino. Além dos laboratórios, são diversos os grupos de pesquisa, projetos e sub-projetos de extensão que os alunos têm a oportunidade de participar desde o primeiro período.

De acordo com o Cadastro e-MEC (Brasil, 2025), atualmente são ofertados 74 cursos de Arquitetura e Urbanismo em 66 instituições públicas no Brasil, com vagas anuais que variam entre 30 e 240 por curso, sendo este último o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Complementando esses dados, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR) registra um total de 234.968 arquitetos e urbanistas ativos em todo o país, em 2025 (CAU/BR, 2025). Naturalmente, sabemos que nem todos os egressos seguem carreira na área por diversos motivos, seja por falta de oportunidades, pela precarização das condições de trabalho, seja pela escolha por uma outra área.

No entanto, anualmente, apenas nas instituições públicas, 74 novas turmas de arquitetos e urbanistas são formadas, o que nos leva a um questionamento central: Onde estão atuando esses profissionais? Se temos uma quantidade significativa de formados ano após ano, quantos, de fato, estão inseridos em ações de interesse social, atuando junto a comunidades, movimentos e políticas públicas? Quantos conseguem colocar sua formação a serviço da transformação social e não apenas a serviço do mercado? Essas indagações revelam uma lacuna preocupante

na inserção dos arquitetos no campo social, sobretudo diante do enorme déficit habitacional e das profundas desigualdades urbanas do país. Nesse sentido, questionando se a formação oferecida está realmente conectada com as demandas sociais urgentes ou se continua priorizando o atendimento às lógicas do mercado.

Dito isso, a realidade do recém-formado em arquitetura, para acessar o mercado, é tão problemática quanto em outras áreas. Em 2023, eram 218 mil profissionais formados em Arquitetura (CAU/BR, 2023) disputando um mercado da construção civil, marcado por desafios. Antes mesmo da formatura, passamos longos períodos estudando e sendo cobrados por estratégias que facilitem esse processo de atuar na área, ter sucesso e quem sabe, ser valorizado por isso. Com exceção dos estudantes que têm uma família bem estruturada (financeiramente), que podem encontrar mais facilidades para captar poderosos e numerosos clientes, a grande maioria precisa sobreviver, inicialmente, com o padrão que já se tem no mercado: vender sua força de trabalho para outros profissionais empresários da mesma área, em escritórios já estruturados, por uma renda mínima e em condições de intensa exploração.

Não é incomum, um jovem graduado estar concebendo partidos arquitetônicos², produzindo e elaborando incontáveis projetos em prazos pífios, gerenciando obra, precificando e construindo orçamentos como se fossem os responsáveis técnicos (que assinam os projetos ao final) e não são remunerados proporcionalmente por isso. Esse cenário é ainda mais problemático quando percebemos que não é composto somente por recém-formados, mas profissionais com anos de graduação em arquitetura. Saímos com o sonho de construir um império, mas ninguém imagina que será o do outro.

Em termos econômicos, por exemplo, como mostra o II Censo das Arquitetas e Arquitetos e Urbanistas do Brasil (2020), realizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), mais de 53% (cinquenta e três por cento) dos profissionais de arquitetura e urbanismo, do Maranhão, recebem apenas até três salários mínimos no setor. Outro dado complementar a esse, é que 35% (trinta e cinco por cento) dos entrevistados trabalham mais de 40 horas (semanal), 23% (vinte e três por cento) de 30 a 40 horas (semanal), demonstrando que a jornada de trabalho é longa e está em desconformidade com a Lei 4.950-A/66, que define o piso salarial do arquiteto e urbanista para 6 salários mínimos, em 6 horas diárias trabalhadas (CAU/BR, 2020). Não queremos aqui limitar todos os problemas na questão da renda, mas exemplificar umas das evidências da problemática do exercício do trabalho na atualidade.

² O Partido Arquitetônico é um conjunto de técnicas, diretrizes e parâmetros que embasam a realização e materialização de um projeto arquitetônico e urbanístico e que são concebidos pelos profissionais de arquitetura.

Aliás, o trabalho do profissional de arquitetura se dá, principalmente, por características liberal e autônoma. No próprio Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas, documento que estabelece regras e diretrizes éticas e disciplinares (CAU/BR, 2013) para a categoria, o primeiro princípio definido no Capítulo 1 (das Obrigações Gerais) é: “O arquiteto e urbanista é um profissional liberal, nos termos da doutrina trabalhista brasileira, o qual exerce atividades intelectuais de interesse público e alcance social mediante diversas relações de trabalho.” (CAU/BR, 2013, p. 6). Dessa forma, os trabalhadores, assim que formados, podem escolher atuar em diferentes ramos da arquitetura, bem como por variadas formas de contratação.

Em convergência, conforme o Manual de Arquitetos e Urbanistas, elaborado pelo CAU/BR (2016), as duas principais relações de trabalho são: “o emprego (subordinado) e a prestação de serviço (autônomo)” (CAU/BR, 2016, p. 36). Ora, pelas múltiplas opções de relações de trabalho não podemos generalizar as condições as quais estes profissionais liberais estão submetidos, mas, destacamos que o empreendedorismo se tornou, mundialmente propagado, o meio que leva a um horizonte que promete um paraíso de realizações individuais e protege do desemprego. O que ouvimos é: é necessário possuir conhecimento em gestão e empreendedorismo, se quisermos acessar o mercado imobiliário e construir uma carreira de sucesso.

Colocamos isso como uma questão imediata pelo seguinte motivo: o referido manual destaca uma parte das orientações para a seção “A figura do empreendedor”. Acreditamos ser importante discutir as faces do empreendedorismo, com relação ao trabalho do arquiteto, para compreendermos, criticamente, a caracterização que esta ideologia possui, e como influencia nas escolhas e condições de trabalho desses profissionais. Ela vem com a ideia de autonomia e liberdade, da mesma forma que se apresenta como uma chave que fecha a porta da crise do desemprego. O emprego formal, aquele regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é caracterizado pelo contrário: subordinação, onerosidade, não-eventualidade, pessoalidade, não arcando com os riscos do empreendimento (CAU/BR, 2016).

O que não podemos esquecer é que há um cenário global, que antecipa essa particularidade: a corrupção do sentido do trabalho e apagamento da classe trabalhadora, promovido por uma conjuntura capitalista neoliberal. A ideologia empreendedora vem, justamente, aprofundando a crise no mundo do trabalho quando reproduz a ideia de que o indivíduo sendo empreendedor, é empresário e não trabalhador e, portanto, tem oportunidades e possibilidades de ascender no mundo dos negócios tal qual o maior bilionário do mundo.

Assim, a ideia de empreendedorismo, frequentemente celebrada na era neoliberal como um caminho para a liberdade econômica e a inovação, é, sob a ótica marxista, uma construção que pode ocultar as contradições do sistema capitalista. O empreendedor, muitas vezes visto como um agente de mudança e progresso, é também um produto das condições sociais e econômicas que o cercam.

Nesse contexto, o empreendedorismo pode ser visto como uma resposta às limitações impostas pelo mercado de trabalho tradicional. No entanto, essa busca por alternativas também revela as contradições do sistema, onde a liberdade econômica prometida pelo empreendedorismo muitas vezes se traduz em insegurança e instabilidade. Além disso, o sucesso do empreendedorismo depende da capacidade de se adaptar às exigências do mercado, que prioriza o lucro em detrimento das necessidades humanas. Essa dinâmica gera um paradoxo: enquanto o empreendedorismo é promovido como um caminho para a liberdade, ele também pode reforçar as estruturas de dominação existentes, por meio de uma ideologia empreendedora.

Acontece que o cenário do trabalho assalariado, no país, tem uma concorrência massiva, com números reduzidos de postos de trabalho que garantam condições salariais justas e de direitos trabalhistas para todos os egressos. Assim, a prestação de serviços por formas empreendedoras se torna uma alternativa mais que atrativa, mas também de sobrevivência. Podemos ter essa noção pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2024) dos profissionais de arquitetura contratados em instituições públicas e privadas, o que pode ser observado abaixo, no Quadro 2, com as bases de empregados e desempregados, na área da arquitetura e do urbanismo dos anos de 2021- 2024:

Quadro 2 - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (trabalhadores de Arquitetura e Urbanismo) de 2021-2024

ANO DE 2021

< Voltar ao relatório

Grande Grupo

	Admitidos	Desligados	Saldo	Tempo de Emprego (Desligados)
Arquitetos	3.206	2.542	664	37,1
Arquiteto de Edificacoes	1.855	1.538	317	39,6
Arquiteto de Interiores	427	310	117	28,3
Arquiteto de Patrimonio	85	59	26	43,6
Arquiteto Paisagista	250	169	81	19,5
Arquiteto Urbanista	568	452	116	39,8
Urbanista	21	14	7	58,0

ANO DE 2022

[< Voltar ao relatório](#)

Grande Grupo

	Admitidos	Desligados	Saldo	Tempo de Emprego (Desligados)
Arquitetos	3.427	2.865	562	36,9
Arquiteto de Edificacoes	1.854	1.584	270	41,5
Arquiteto de Interiores	526	480	46	23,4
Arquiteto de Patrimonio	67	74	-7	46,5
Arquiteto Paisagista	271	182	89	20,4
Arquiteto Urbanista	689	524	165	38,4
Urbanista	20	21	-1	70,7

ANO DE 2023

[< Voltar ao relatório](#)

Grande Grupo

	Admitidos	Desligados	Saldo	Tempo de Emprego (Desligados)
Arquitetos	3.069	3.072	-3	32,8
Arquiteto de Edificacoes	1.657	1.649	8	37,4
Arquiteto de Interiores	468	524	-56	20,0
Arquiteto de Patrimonio	58	57	1	45,8
Arquiteto Paisagista	219	219	0	24,6
Arquiteto Urbanista	635	597	38	33,2
Urbanista	32	26	6	30,3

ANO DE 2024

[< Voltar ao relatório](#)

Grande Grupo

	Admitidos	Desligados	Saldo	Tempo de Emprego (Desligados)
Arquitetos	3.404	3.013	391	40,4
Arquiteto de Edificacoes	1.956	1.752	204	44,2
Arquiteto de Interiores	372	328	44	31,9
Arquiteto de Patrimonio	53	59	-6	55,3
Arquiteto Paisagista	227	209	18	25,1
Arquiteto Urbanista	768	647	121	37,8
Urbanista	28	18	10	54,4

Fonte: CAGED, 2024 (Adaptado pela autora)

O mercado de trabalho para arquitetos e urbanistas tem passado por um cenário de grande oscilação desde a pandemia da Covid-19. Em 2021, com a retomada gradual da economia, houve um saldo positivo de 664 contratações em todo o Brasil. No entanto, essa recuperação não se sustentou da mesma forma nos anos seguintes. Em 2022, apesar de um aumento inicial nas admissões em relação a 2021, o ano terminou com mais demissões do que contratações, revelando a fragilidade desse crescimento.

No ano de 2024, o número de contratações voltou a aumentar com três carreiras em destaque de contratação: arquiteto de edificações, arquiteto urbanista e urbanista, sendo esse último menor que 2023, mas maior que 2021 e 2022. Nesse ano de 2024, a carreira que teve resultado negativo foi a de patrimônio. Devemos ressaltar que desde o período da pandemia essa carreira teve seu número de vagas preenchidas cada vez menor, numa descrente ocupação. De um modo geral, podemos ver uma instabilidade na admissão de contratação da profissão do arquiteto e urbanista, tendo anos intercalados de baixa e de retomada de contração. Não falaremos aqui em alta, porque até o último ano de referência dos dados, o número de

contratação ainda é menor que o ano de 2021. São quase 5 anos que o mercado de trabalho formal não parece demonstrar uma segurança quanto à atuação, já que a cada ano algumas carreiras tem redução de atuação, como na de patrimônio e interiores.

Ao analisarmos quais carreiras dentro da arquitetura e urbanismo foram mais impactadas nesse período, observamos que os setores de patrimônio e urbanismo apresentaram tanto altas contratações quanto saldos negativos. Em contrapartida, carreiras como arquitetura de interiores, paisagismo e arquitetura urbanista mantiveram um desempenho relativamente melhor, sendo menos afetadas pela queda na empregabilidade. O ano de 2023 reforçou essa tendência de instabilidade. Comparado a 2021, houve uma redução significativa no número total de contratações, evidenciando um cenário de retração. Apenas duas carreiras — “arquiteto urbanista” e “urbanista” — registraram um volume de admissões superior ao período pandêmico.

Por outro lado, a arquitetura de interiores se destacou negativamente, acumulando o maior saldo de desligamentos desde 2021, uma realidade que já indicava dificuldades estruturais para essa área específica. Em 2024, observamos uma nova tentativa de recuperação do setor. Três carreiras se destacaram com aumento nas contratações: arquiteto de edificações, arquiteto urbanista e urbanista. No entanto, a carreira de urbanista, apesar do crescimento, registrou um número inferior ao de 2023, mas ainda superior ao de 2021 e 2022. Em contrapartida, a área de patrimônio continuou a perder espaço, consolidando uma tendência de declínio na ocupação dessa especialidade, um reflexo do pouco investimento e da falta de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio histórico.

De maneira geral, o mercado formal para arquitetos e urbanistas tem mostrado um comportamento instável nos últimos cinco anos, alternando períodos de recuperação e retração. Ainda que haja momentos de aumento nas contratações, os números não superaram os de 2021, evidenciando que a profissão enfrenta desafios contínuos para se estabilizar. Algumas áreas, como patrimônio e interiores, têm sido particularmente impactadas, com uma redução progressiva das oportunidades. Essa realidade impõe reflexões sobre a valorização da arquitetura e do urbanismo no Brasil e a necessidade de políticas que garantam condições mais seguras para o exercício da profissão. Além disso, não podemos identificar nesses dados a presença de uma atuação direta com o trabalho social, o que dificultou responder a questão de quantos profissionais trabalham formalmente com o atendimento das demandas sociais.

Ainda no que se refere ao trabalho, à formação e ao perfil de renda dos arquitetos e urbanistas, o Censo 2020 do CAU/BR apresenta dados relevantes que ajudam a compreender a

realidade concreta da profissão no Brasil. De acordo com pesquisa realizada com 41.897 entrevistados, 51% dos profissionais afirmaram que sua principal fonte de renda advém do trabalho autônomo, como empreendedores em áreas ligadas à Arquitetura e Urbanismo. Além disso, 15% dos respondentes se identificam como assalariados no setor privado, enquanto 13% atuam como empresários em segmentos relacionados à arquitetura e ao urbanismo, e 12% trabalham como assalariados no setor público. Os demais entrevistados indicam que sua principal renda provém de áreas não relacionadas à Arquitetura e Urbanismo, ou ainda de aposentadorias, aluguéis, ou seguro-desemprego.

Assim, mais uma vez, observamos que a atuação do profissional de arquitetura no Brasil se dá majoritariamente por meio da prestação de serviços autônomos, o que reafirma o caráter fragmentado e precarizado do mercado de trabalho. Quando analisamos os dados, percebemos que o quantitativo de arquitetos que são trabalhadores assalariados, somando setor público e setor privado (27%), é significativamente inferior ao total de profissionais que atuam como empreendedores, empresários ou autônomos (64%). Essa disparidade revela a predominância de formas de trabalho sem vínculos empregatícios estáveis, o que impõe ao arquiteto o desafio constante de buscar demandas no mercado e gerir seu próprio ofício, em um cenário de alta competitividade e pouca garantia de direitos.

Quanto à formação, os dados da pesquisa revelam que 48% dos entrevistados se sentem “parcialmente satisfeitos” com a Instituição de Ensino onde concluíram sua graduação, 35% estão “totalmente satisfeitos” e os demais se sentem “indiferentes” (9%), “parcialmente insatisfeitos” (6%) e “totalmente insatisfeitos” (2%). A pesquisa não agrega os motivos pelos quais os entrevistados se sentem ou não satisfeitos, o que poderia ajudar a identificar as lacunas nas instituições de ensino. Outra informação sobre as características de formação, é quanto ao grau de escolaridade, em que 57% tem apenas a graduação, 34% possuem pós-graduação, 7% possuem mestrado e os demais (1%) possuem pós-doutorado (PhD).

Essa distribuição indica que a maioria dos arquitetos permanece com a formação básica inicial, o que, por um lado, reflete uma escolha profissionalizante e direta ao mercado do curso, mas por outro, também aponta para a limitação de aprofundamento acadêmico. Afinal, é bem comum que iniciem sua atuação no mercado de trabalho e por alguns fatores, como falta de tempo para conciliar atividades de trabalho e estudo, recursos financeiros para financiar cursos de pós-graduação, oportunidades de acesso à formação gratuita, não conseguem seguir com uma formação continuada.

Ademais, os reflexos de insegurança e instabilidade na formação e das formas de trabalho na arquitetura são parte do processo mais amplo de flexibilização do trabalho e da reestruturação produtiva, no qual o neoliberalismo impôs à classe trabalhadora a lógica do empreendedorismo individual, mascarando a exploração por meio do discurso da autonomia. Na arquitetura, isso se manifesta na figura do arquiteto "empreendedor de si mesmo", obrigado a assumir todos os riscos do mercado, sem garantias, arcando sozinho com as oscilações econômicas e a competição desigual. Essa lógica compromete não apenas a qualidade do trabalho, mas também o compromisso social da profissão, pois torna a sobrevivência no mercado a principal preocupação dos profissionais. Parte daí nossa preocupação em compreender em que contexto se dá o trabalho social e como os arquitetos lutaram e resistiram, historicamente, para que a agenda das demandas sociais chegasse nos currículos e debates que temos atualmente. A seção seguinte trata, portanto, da prática do trabalho da arquitetura, em âmbito nacional, e as ações e lutas políticas para uma arquitetura social.

3.2 O trabalho social na Habitação de Interesse Social

O trabalho social na arquitetura emerge como uma resposta necessária às desigualdades urbanas e habitacionais que estruturam o espaço brasileiro. Mais do que um campo específico de atuação, a arquitetura social propõe uma ruptura com a lógica elitista que historicamente atravessa a profissão, reafirmando o arquiteto e a arquiteta como agentes que devem atuar ao lado dos movimentos sociais, das comunidades e das populações historicamente marginalizadas. Ainda que as demandas sociais de grupos segregados venham, de forma recente e tímida, sendo incorporadas aos currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo, a prática profissional voltada ao interesse social segue como uma dimensão minoritária e, muitas vezes, desvalorizada pela categoria.

Dessa forma, a atuação política do arquiteto torna-se central, pois supera o campo técnico tradicional (até conservador) e se insere na luta pelo direito à cidade, pela moradia digna e pela democratização do acesso aos espaços públicos e urbanos. Como discutimos na seção anterior, são diversas as áreas de atuação em que os profissionais de arquitetura podem se especializar, bem como as formas de trabalho que podem ocupar. Nós, os profissionais, muitas vezes optamos por qual ramo seguir ainda na faculdade, norteados por afinidades com as disciplinas, professores, referências na família e entre outras referências. Uns preferem trabalhar e estudar a Arquitetura de Interiores, outros o Urbanismo. Ainda tem alguns, menos

convencionais, que se encontram no Paisagismo, na Arquitetura para Patrimônios e na Arquitetura Social.

Essa primeira escolha, orientada ou não durante a graduação, traz consigo uma série de questões potencializadoras e limites concretos para a inserção do profissional no mercado de trabalho. Como evidenciado nos dados mais recentes do CAGED (2024) algumas ocupações da profissão apresentam maior oferta de vagas no trabalho formal e assalariado, enquanto outras ocupações, especialmente aquelas vinculadas ao ramo social, enfrentam um cenário de escassez de oportunidades de vagas. Citamos, por exemplo, o cargo de "Urbanista", que apresenta um número extremamente reduzido de oportunidades no mercado formal de trabalho, com menos de 35 vagas abertas anualmente em todo o país (CAGED, 2024).

Assim, embora o arquiteto tenha múltiplas possibilidades de atuação, o próprio mercado direciona e restringe as escolhas profissionais, privilegiando as áreas mais alinhadas à lógica de mercado, como arquitetura de edificações e arquitetura de interiores. Nesse contexto, o trabalho social na arquitetura vai se distinguir das demais formas, principalmente pelas atividades desenvolvidas (envolvimento direto com os beneficiários, levantamento e diagnósticos), o público-alvo (população de baixa renda), as instituições e espaços de trabalho (entidades privadas sem fins lucrativos, escritórios independentes e instituições públicas) e o produto final do trabalho (projetos participativos e comunitários). De acordo com o Ministério das Cidades (Brasil, 2014), na Portaria nº 21, o trabalho social na Política Nacional de Habitação é:

O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (Brasil, 2014, p. 5).

Esse conceito, em particular, inclui especialmente o trabalho que é feito dentro dos programas e ações com financiamento público, geridos pelo Ministério das Cidades, nos projetos de saneamento e habitação; intervenções de habitação com repasses para entidades privadas sem fins lucrativos; intervenções inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos programas que envolvam o deslocamento involuntário de famílias e em todas as modalidades das intervenções do Programa Minha Casa Minha Vida (Brasil, 2014). Segundo a portaria em pauta, os profissionais da equipe técnica - responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação - devem ser multidisciplinares, com experiência em ações de Trabalho

Social, “em intervenções de saneamento ou habitacionais, neste caso, com população de baixa renda” (Brasil, 2014, p. 19).

Nesse sentido, a normativa não define as áreas dos profissionais que devem atuar dentro da Política, mas delimita que o profissional possua o ensino superior e experiência comprovada em ações de interesse social. Assim, podem compor a equipe de trabalhadores sociais não somente o arquiteto e urbanista, mas assistentes sociais, geógrafos, sociólogos, engenheiros, entre outros. No entanto, é fundamental reconhecer que o trabalho social para Habitação de Interesse Social não se restringe a essas políticas formais financiadas pela Administração Pública. Há um número significativo de profissionais que atuam à margem do financiamento público, desenvolvendo ações com as mesmas características técnicas, éticas e objetivos sociais das previstas na política pública, como assessorias técnicas autônomas, projetos comunitários autogeridos e parcerias com movimentos sociais.

Essas práticas, muitas vezes invisibilizadas, cumprem funções fundamentais, como o apoio a processos de regularização fundiária, o desenvolvimento de projetos habitacionais, a urbanização de favelas, a melhoria de moradias precárias e a mediação em conflitos urbanos, demonstrando que o trabalho social na arquitetura vai muito além das estruturas institucionais do Estado, e se realiza também nos espaços populares e na luta cotidiana das comunidades. Por isso, é necessário ampliar a compreensão de trabalho social na arquitetura para além das fronteiras das políticas públicas formais, reconhecendo e valorizando as ações que emergem diretamente da articulação entre arquitetos e os sujeitos coletivos que constroem a cidade. Notoriamente, não compreendemos essa forma de trabalho como mais um campo ou alternativa para a apropriação da categoria, como um mercado com novos clientes a serem alcançados, isso precisa ser ressaltado.

Sem dúvidas, concordamos com a ideia de que

[...] a própria noção de “clientela” está carregada de um sentido de prestação de um serviço privado, em contraponto com a noção de arquitetura pública. [...] A ampliação do mercado de trabalho para os arquitetos e urbanistas é, afinal, consequência de uma política habitacional inclusiva e abrangente, não o seu contrário. Ou seja, a política habitacional não pode ter como fim a política de uma categoria profissional. (Amore, 2016, p. 10)

A bem da verdade, essa reflexão é essencial para desmistificar uma visão cada vez mais disseminada sobre o trabalho social na arquitetura. Isso porque existe também um discurso ambíguo que, ora reforça a prática do arquiteto rumo a um horizonte que ressignifica a profissão, ora vende o campo social como um mercado pronto para ser explorado. Muitas vezes, o campo social é apresentado como um novo “mercado” a ser ocupado por arquitetos e

urbanistas, como se as demandas das populações de baixa-renda pudessem ser tratadas sob a mesma lógica privatista que rege o mercado imobiliário, um modelo de negócio nos moldes de um empreendedorismo social (Santoro; Chiavone, 2020). Contudo, essa abordagem instrumentaliza as necessidades coletivas, esvaziando o sentido político do trabalho social e reduzindo-o a uma mera oportunidade de expansão profissional.

Por outro lado, o discurso sobre a arquitetura social também carrega, em alguns momentos, um potencial profundamente transformador, ao resgatar as dimensões ético-política e coletiva da profissão, comprometida com o direito à cidade e a dignidade da vida humana, independente da renda, raça e gênero, por exemplo. Por isso, entendemos que é preciso estar atento a essa narrativa bifronte e, desse modo, reafirmar a arquitetura social, mas sobretudo o trabalho social, como prática comprometida com o interesse público implica rejeitar sua apropriação enquanto nicho mercadológico, já permeado por uma ideologia de valorização do capital, e recolocá-la como um instrumento de luta e de construção coletiva com e para as comunidades.

Não é negar o direito a um trabalho que seja remunerado, nem sobrepor um objetivo benevolente com caridade e trabalho voluntário, mas a necessidade de romper com as amarras que ainda mantêm a profissão de arquiteto e urbanista ancorada em um modelo puramente liberal, centrado na prestação de serviços privados, alheio às demandas reais de interesse social. afinal, como de acordo com Caio Santo Amore (2016)

O trabalho para população de baixa renda não aparece publicamente exatamente como um trabalho... É quase uma “boa ação”, já que o trabalho “autoral” ainda é a referência de sucesso profissional. É preciso, enfim, construir e disputar o trabalho voltado a esse público, não como apenas como um “mercado viável”, mas como parte estruturante da formação e atuação do profissional. (Amore, 2016, p. 16)

De fato, essa visão distorcida, de que o trabalho não é trabalho, vai além de uma narrativa cultural acerca do fazer arquitetura. Está também profundamente atravessada pela desregulamentação das práticas sociais, pela ausência de direitos trabalhistas, de proteção legal e de formalização, e pela falta de uma rede organizada e unificada que sustente e reconheça essas ações como parte da profissão. Na prática, as condições em que arquitetos e arquitetas realizam trabalhos sociais (fora dos projetos, programas e instituições públicas) se aproximam muito mais do universo do trabalho informal sem contratos, sem garantias, sem continuidade - do que de um campo profissional reconhecido, organizado e respaldado institucionalmente. É uma atuação marcada por instabilidade, o que reforça a sensação de que esse trabalho não "se sustenta" como atividade profissional contínua.

Essa leitura dialoga diretamente com o que discutimos no capítulo anterior sobre a fragmentação da classe trabalhadora e a crise das formas tradicionais de trabalho. Afinal, se por um lado a profissão do arquiteto é socialmente reconhecida em campos vinculados ao mercado imobiliário e à lógica da propriedade privada, por outro, o trabalho social em arquitetura - que deveria garantir direitos coletivos, como o direito à moradia e à cidade - permanece invisibilizado, desvalorizado e associado a ações pontuais e caritativas. A invisibilidade e precarização não são fenômenos isolados, mas, como já analisamos, expressão concreta da fragmentação do mundo do trabalho na contemporaneidade. Assim como outros segmentos da classe trabalhadora, os arquitetos e arquitetas que atuam no campo social enfrentam a instabilidade das condições objetivas, a ausência de políticas públicas contínuas e o peso de uma cultura profissional marcada pela lógica liberal, elitista e clientelista.

Dessa forma, se por um lado a prática do trabalho social em arquitetura carrega todas essas tensões e contradições do presente, por outro, ela também se ancora em uma história concreta de lutas políticas, movimentos sociais e processos coletivos que demarcaram o papel de luta e resistência da profissão ao longo do tempo. A atuação dos arquitetos e urbanistas junto às populações de baixa renda, por meio de ações comunitárias, mutirões, autogestão, assessorias técnicas e parcerias com movimentos de moradia, não nasce com a formulação recente de políticas públicas, como a Lei de ATHIS, mas tem raízes históricas, vinculadas aos processos de luta pela reforma urbana, às mobilizações por moradia digna e aos enfrentamentos coletivos pela democratização do espaço urbano, inclusive com criação de instituições de classe que discutam essas demandas, como o caso do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

As origens que marcam a inserção do trabalho social na habitação vem de um “contexto da configuração da questão urbana, a partir da segunda metade do século XX, marcada pela desigualdade social e segregação socioespacial, decorrentes do modelo político e econômico adotado nos diferentes momentos históricos” (Paz; Taboada, 2010, p. 45). Ele pode ser encontrado desde o período de 1968 a 1986, isto é, com a definição da Política Nacional de Habitação e Saneamento (PNHS) pelo BNH.

Segundo as autoras, o trabalho social, desde aquela época, esteve presente como uma exigência formal na implantação de conjuntos habitacionais, mas com um perfil fortemente administrativo, vinculado à lógica autoritária do período. Essas primeiras ações eram concentradas na seleção de mutuários, o acompanhamento social das famílias e o controle sobre a gestão dos empreendimentos, porém sem a efetiva participação popular na elaboração dos projetos.

Além disso, já nos anos 1960, o trabalho social no campo habitacional assumia uma característica marcadamente interdisciplinar, reunindo equipes compostas por profissionais de diversas áreas, como o Serviço Social, a Psicologia, a Sociologia, entre outros, embora com uma significativa predominância das e dos assistentes sociais. Nesse sentido, a atuação do Serviço Social, por sua vez, desempenhou papel de extrema importância, trazendo contribuições fundamentais que não se tinha antes, tanto do ponto de vista teórico-metodológico, quanto em relação aos compromissos ético-políticos. Como apontam as autoras, as contribuições do Serviço Social agregaram ao trabalho uma perspectiva crítica e tornam importante o “papel na organização dos movimentos de favelas, estimulando, subsidiando e capacitando para as ações reivindicatórias” (Paz; Taboada, 2010).

Paralelo a isso, o trabalho social também era desenvolvido sob outras características nos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs), em 1966, presentes em todas as regiões do país. Os INOCOOPs assumiram o papel de orientar as cooperativas habitacionais em todas as etapas do processo, desde a elaboração de projetos e regularização jurídica e fundiária, até a seleção de candidatos, construção das unidades e sua entrega final e tinham como principal função gerir e acompanhar o Programa de Cooperativas Habitacionais, que visava atender trabalhadores sindicalizados, contribuintes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com moradias de baixo custo. No entanto, sem estrutura e plano de ação, inicialmente (Paz; Taboada, 2010).

Nesse sentido, as ações do trabalho social, nesse primeiro momento, estavam envolvidas mais na parte burocrática de gestão de acompanhamento das famílias beneficiárias, bem como da elaboração técnica e jurídica dos projetos. Segundo Santos (2016, p. 134) “Não havia uma proposta comum de trabalho social entre os agentes que executavam as ações” e que o trabalho carregava um escopo limitante, voltado para o processo de seleção dos beneficiários e resolver pendências financeiras dos moradores, após a aquisição do imóvel. Felizmente, como ressalta a autora, os trabalhadores envolvidos, bem como os representantes dos movimentos sociais, se opunham a essa forma de conceber o trabalho social, o que impulsionou os debates acerca dos novos horizontes do trabalho social na habitação de interesse social (Santos, 2016).

Além das ações desenvolvidas pelos INOCOOPs, desde 1966, um marco importante para a consolidação do trabalho social no campo habitacional ocorreu em 1972, com a realização do 1º Encontro Nacional dos INOCOOPs. Nesse evento, foi reconhecida a necessidade de que o Banco Nacional da Habitação (BNH) assumisse o compromisso de dar suporte efetivo ao trabalho social desempenhado pelos agentes envolvidos no processo de

trabalho, sobretudo na estruturação de um escopo metodológico e técnico, com formação dos agentes. Assim, a partir desse momento, a estruturação e o planejamento das ações sociais - até então pouco sistematizado - passaram a ser tratados como prioridades, o que possibilitou a formação de equipes técnicas especializadas, a definição de metodologias próprias e, posteriormente, a institucionalização do trabalho social em nível nacional (Paz; Taboada, 2010).

Com isso, o trabalho social ganhou uma configuração mais orgânica e articulada, assegurando o acompanhamento das famílias ao longo de todo o processo habitacional, desde a adesão às cooperativas até a entrega e o uso das moradias. Uma ação que contemplava o início, o durante e o pós obra. Esse movimento também demonstra que, já naquele momento, se reconhecia a necessidade de uma abordagem integrada e interdisciplinar, na qual arquitetos, assistentes sociais, engenheiros e outros profissionais pudessem atuar conjuntamente, aproximando o projeto técnico das demandas sociais concretas dos moradores.

Na mesma época, ao final da década de 1970, o cenário urbano brasileiro também foi palco de intensas lutas urbanas e por movimentos de moradia, culminando na articulação de um amplo Movimento pela Reforma Urbana. Diversas cidades do país assistiram à emergência de movimentos populares, formados por trabalhadores, entidades nacionais, lideranças e movimentos sociais, que passaram a se organizar em torno da luta por melhores condições de habitação, urbanização e reconhecimento legal dos territórios ocupados. A unificação dessas lutas contou com o protagonismo de setores ligados à Igreja Católica, especialmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que já possuía um histórico de atuação junto aos movimentos de luta pela Reforma Agrária e que, naquele momento, ampliava sua pauta para abarcar também o direito à cidade (Maricato, 1996).

Nesse sentido, a articulação entre movimentos sociais urbanos, entidades, setores religiosos progressistas e profissionais técnicos, como arquitetos, urbanistas e assistentes sociais, foi fundamental para consolidar a perspectiva de que o acesso à terra urbana, à moradia digna e à infraestrutura básica (transporte e serviços) deveria ser reconhecido como direito social e como elemento central na agenda de reformas e gestão pública do país. Segundo Maricato (1996), a Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), foi criada na intenção de contribuir na elaboração de uma plataforma que reunisse todas as demandas dos movimentos urbanos. Dentre as entidades que uniram esforços para o arranjo da proposta, podemos citar a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE); Federação Nacional dos Arquitetos (FNA); Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB); a Associação Nacional do Solo Urbano (ANSUR);

Coordenação Nacional dos Mutuários e Movimento de Defesa do Favelado (MDF) (Maricato, 1996).

Como destaca Bonduki (1992), as primeiras iniciativas de atuação profissional de arquitetos e urbanistas em defesa do direito à moradia digna e à cidade surgem no Brasil diretamente vinculadas às lutas protagonizadas pelas classes populares urbanas que estavam inseridas em um contexto de crescente segregação socioespacial, especialmente a partir da segunda metade do século XX, isto é, período marcado pela expansão desordenada das favelas, periferias e loteamentos populares. Assim, arquitetos passaram a atuar junto aos movimentos sociais, apoiando tecnicamente a luta das comunidades pela permanência no território, por melhores condições de vida e por reconhecimento legal de suas moradias. Nisso, o movimento ganhou fôlego especialmente durante a década de 1980, com o processo de redemocratização do país, quando o ambiente político tornou-se mais aberto e seguro ao engajamento profissional em ações de interesse social.

Nesse período também é que se consolidaram as ações e perspectivas em torno da autogestão e dos mutirões. Em São Paulo, em 1982, frente à crise econômica e habitacional, mas também de redemocratização e reestruturação das políticas públicas, as propostas autogestionárias se tornaram uma alternativa para as soluções habitacionais. O que era uma utopia distante e incerta, se tornou uma realidade e um marco para a Habitação de Interesse Social (Bonduki, 1992). Nesse cenário, destaca-se o Laboratório de Habitação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Belas Artes de São Paulo, como a primeira entidade estruturada e permanente de assessoria técnica voltada para atividades relacionadas à questão habitacional, com um teor teórico-metodológico dos setores da arquitetura e do urbanismo. Então, com forte presença de profissionais da arquitetura e do urbanismo, o laboratório passou a desempenhar um papel fundamental no suporte técnico aos processos autogestionários, contribuindo para viabilizar projetos de habitação produzidos de forma coletiva e participativa.

Santos (2016), em seu estudo acerca da contribuição do técnico social na experiência do trabalho social da Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura, complementa indicando que a parceria entre as equipes da arquitetura com a equipe social foi essencial para superar as barreiras da implementação de uma intervenção que materializasse as demandas técnicas da habitação popular, ao mesmo passo que se preocupava com a realidade social da comunidade. No entanto, traz uma questão emblemática do trabalho social: havia uma distinção e separação entre técnicos sociais e a “assessoria técnica”, isto é, com a equipe de trabalhadores da arquitetura. Como a autora sinaliza, era disseminado que apenas os profissionais de arquitetura

integravam as assessorias técnicas e que os técnicos sociais não eram considerados da assessoria, mas de um trabalho à parte. O contrário também. Para solucionar a questão “nesse sentido, os técnicos sociais da Ambiente Arquitetura realizam atividades que procuram desconstruir a ideia de divisão das equipes técnicas (física e social) onde uma deve ser mais valorizada que outra” (Santos, 2016, p. 149).

Desse modo, o trabalho social, que já havia sido institucionalizado nas políticas habitacionais nas décadas anteriores, passa a se consolidar também, especialmente na década de 1990, no âmbito das assessorias técnicas voltadas para os projetos de autogestão, reafirmando-se como um campo essencialmente interdisciplinar e colaborativo, no qual diferentes profissionais e sujeitos coletivos se articulam em torno do desafio comum de enfrentar a crise habitacional e repensar a produção social do espaço. Construindo, portanto, uma prática que rompe com o modelo tradicional e tecnocrático de intervenção, ao articular o saber técnico com o saber popular, numa tentativa de construir processos emancipatórios e participativos no enfrentamento ao problema da moradia no país (Santos, 2016).

Sobre o papel do arquiteto nessa luta, a autora (2016) expõe que:

O trabalho social não seria possível sem os profissionais de arquitetura que compõem a assessoria técnica que buscam atuar para além da produção alienada de casas; romper com a ideia de projetos padronizados para todas as famílias, sem considerar a diversidade e a identidade cultural dos grupos. Mas, principalmente, esse trabalho não seria possível sem os protagonistas, que são as famílias e lideranças da UMM-SP (Santos, 2016, p. 153).

Assim, fica evidente que o trabalho social na arquitetura demanda não apenas uma nova visão técnica, mas uma profunda transformação ética e política da profissão, que se coloca ao lado dos sujeitos populares, reconhecendo-os como protagonistas e não como meros beneficiários. Além disso, destaca a transformação no trabalho social com a contribuição de setores importantes como o Serviço Social, que trouxe efetivamente o caráter de um compromisso com a classe trabalhadora, num sentido de coprodução do espaço mas também do conhecimento. Concomitante, inclusive, a própria transformação do Serviço Social que passava por mudanças nas Diretrizes Curriculares e aprovação do novo Código de Ética, em 1993, buscando romper com o conservadorismo da profissão e com o tradicionalismo teórico-metodológico e ético-político. Portanto, Paz e Taboada (2010, p. 52) reafirmam que o trabalho social “apresenta várias dimensões, política, ética, técnica e educativa, que se combinam na prática profissional, configurando-se em uma contribuição fundamental para a efetividade da política habitacional e para o atendimento das demandas por moradia”.

Aliás, inclui também uma bagagem de preocupações de outros marcos importantes como: a criação do Estatuto de Cidade, em 2001, que estabelece diretrizes gerais para a política urbana e reconhece a função social da propriedade e da cidade; a Política Nacional de Habitação em (PNH), em 2003, que visou estabelecer princípios e diretrizes para o enfrentamento do déficit habitacional no país, integrando, ainda que de forma limitada, o reconhecimento do papel do Estado na garantia do direito à moradia adequada; a aprovação da Lei Federal 11.888/08 (Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - ATHIS), em 2008, que representou uma vitória significativa, pois garantiu às famílias de baixa renda o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto, construção, regularização e reforma de moradias, assegurando a presença de profissionais qualificados, como arquitetos, engenheiros e assistentes sociais no acompanhamento dessas demandas.

Por fim, em 2009, o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) constituiu o maior programa habitacional da história recente do país, com o objetivo de ampliar o acesso à moradia para famílias de baixa renda, embora também tenha enfrentado inúmeras críticas relacionadas à qualidade dos projetos, à localização dos empreendimentos e à falta de participação efetiva das comunidades beneficiadas. Atualmente, o trabalho social permanece fortemente associado aos programas habitacionais oficiais, sobretudo àqueles implementados em escala federal, estadual e municipal. Contudo, não se restringe mais apenas a essas políticas públicas estruturadas, passando a integrar também as práticas autônomas e coletivas das assessorias técnicas, que atuam por meio de editais, contratos temporários e parcerias diversas, muitas vezes junto a movimentos sociais e organizações comunitárias.

De acordo com o CAU/BR (2024), por meio dos dados divulgados no Portal Observatório ATHIS, entre os anos de 2012 e 2023, foram realizadas 77 ações por meio de editais de patrocínio, totalizando um investimento de mais de 33 milhões de reais destinados a intervenções vinculadas à ATHIS. No entanto, contraditoriamente, apesar do volume expressivo de recursos e projetos, apenas 11 responsáveis técnicos foram oficialmente registrados como envolvidos na execução das ações, o que revela uma limitação significativa em termos de inserção e abrangência da atuação profissional no campo social. Tal dado reforça o argumento de que, embora exista um esforço institucional do conselho de categoria, para fomentar a ATHIS, os desafios relacionados à ampliação, estruturação e consolidação do trabalho social na ATHIS ainda são enormes, sobretudo diante da demanda habitacional e urbana que persiste no país.

Falamos isso porque, segundo um estudo realizado em 2019 pelo grupo Habitação e Cidade, do Observatório das Metrópoles do Rio de Janeiro, que buscou mapear, em escala nacional, os agentes que atuam com ATHIS e com a promoção do direito à moradia digna, foram identificados apenas 183 respondentes e agentes profissionais atuando com ATHIS em todo o Brasil. Desses, 54% se declararam representantes de organizações de profissionais e/ou estudantes organizados, que não obrigatoriamente são formalizados juridicamente, como escritórios de arquitetura, grupos universitários de pesquisa e extensão, ONGs, coletivos profissionais e Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs). Os outros 46% se identificaram como "profissionais independentes", ou seja, sujeitos que desenvolvem esse trabalho de forma isolada, frequentemente sem apoio institucional ou vínculos formais (Cardoso et al., 2019). Ainda conforme o estudo, há possibilidade da pesquisa não ter alcançado outras regiões, como Norte e Nordeste, tendo possibilidade do número de agentes ser maior que a amostragem do relatório.

Ainda assim, quando comparamos esse número restrito de profissionais atuantes em ATHIS com o total de arquitetos e urbanistas habilitados no Brasil - 234.968 profissionais ativos, segundo o CAU/BR (2025) -, a discrepância se torna mais que evidente. Retomando, portanto, a pergunta que colocamos no início deste capítulo: "Quantos arquitetos e arquitetas, dentre os milhares em atuação, estão efetivamente envolvidos com o campo social?", percebemos que a presença da categoria nesse campo é ainda extremamente reduzida frente ao universo de profissionais disponíveis.

Isso porque a lógica de mercado privilegia e valoriza profissionais que atendem clientelas de médio e alto poder aquisitivo, abrindo-lhes mais oportunidades e reconhecimento. Em contrapartida, os segmentos empobrecidos da população, cuja capacidade de consumo é limitada, tornam-se menos atrativos do ponto de vista mercadológico, sendo frequentemente desconsiderados como sujeitos legítimos dos serviços da arquitetura. Essa observação reforça a necessidade urgente de reconhecer, fortalecer e ampliar o papel social da arquitetura, inserindo o trabalho social como um eixo estruturante da profissão, e não como um nicho não convencional ou sob a perspectiva marginal.

Em vista disso, afirmamos a importância da orientação do trabalho social ao lado das assessorias populares e iniciativas independentes. Elas vêm se constituindo como alternativas legítimas de garantir o acesso das populações de baixa renda a serviços de qualidade, reafirmando o papel dos arquitetos e das arquitetas como sujeitos políticos comprometidos com a justiça social. Embora, como vimos, essas práticas muitas vezes acontecem à margem dos

incentivos do Estado, sob condições de trabalho adversas, mas com a mesma complexidade técnica e ética, e com um compromisso claro de responder às necessidades reais das comunidades. Assim, o trabalho social na arquitetura hoje se realiza em múltiplos espaços: tanto no âmbito das políticas públicas formais, quanto em práticas de resistência, autogestão e colaboração direta com os sujeitos coletivos que lutam por moradia digna e pelo direito à cidade. Essa realidade reforça a urgência de incorporar o trabalho social como um eixo central da formação acadêmica, atravessando os espaços de debate, reflexão e construção de conhecimento que orientam a profissão.

Portanto, na próxima seção abordaremos a função social e ética da profissão, principalmente, como que isso se reflete na construção de um posicionamento comprometido com a realidade e com as demandas da sociedade, bem como problematizando como essas dimensões são muitas vezes esvaziadas pela formação tradicional e pela atuação mercadológica da profissão. Partimos da crítica à concepção tradicional ainda predominante na formação e prática dos arquitetos, em que a ética é muitas vezes reduzida a uma noção de bom senso individual, desvinculada de um entendimento mais amplo e crítico das estruturas sociais que moldam o espaço urbano e a produção da cidade. Por fim, exploraremos o papel e a postura do Conselho de Arquitetura e Urbanismo no fomento e formação continuada para uma arquitetura social, sobretudo observando as ações concretas.

3.3 A função social, a ética e o papel do Conselho de Arquitetura e Urbanismo na Habitação de Interesse Social - HIS

A estruturação do campo profissional da arquitetura no Brasil seguiu um viés elitista desde sua formação, como discutimos anteriormente. Isso se reflete na própria divisão do trabalho no setor, que segmenta os arquitetos em nichos de atuação que nem sempre dialogam com a realidade da maioria da população. Segundo Morcelli e Ávila (2016), a função social implica um compromisso com a ética e a sustentabilidade, de modo que as decisões e ações tomadas pelos arquitetos devem considerar os impactos sociais, ambientais e econômicos. No entanto, esse compromisso frequentemente entra em choque com a lógica do mercado, que impõe a mercantilização da cidade e a segregação socioespacial como regra. A ausência de uma regulação eficaz e de incentivos à arquitetura social reforça esse cenário, tornando o exercício profissional muitas vezes refém de um modelo de urbanismo que privilegia a acumulação do capital em detrimento do interesse coletivo.

Por isso, trouxemos como parte essencial desta pesquisa a tematização do papel que a função social da profissão tem enquanto um aspecto que influencia a produção singular da subjetividade na categoria. Entendemos dessa forma, porque assim como a formação acadêmica e profissional, bem como a prática do trabalho social, trazem elementos sócio-históricos que neutralizam ou não algumas discussões na arquitetura, a função social - demandada nas lutas, nos instrumentos jurídicos e na produção científica nas disciplinas da profissão - também constrói e reproduz discursos que se materializam na prática social. Concordamos com Fuão e Solis (2018), quando afirmam que

[...] ninguém se torna arquiteto oficialmente passando por uma formação que vise apenas questões de ordem técnica do conhecimento, como prática de projeto ou teoria arquitetônica autônoma, retórica, gramatical de formas e funções, mas a questão ética também se faz necessária em toda sua carreira e na prática profissional (Fuão; Solis, 2018, p. 11).

Nesse sentido, como sugerem os autores, ao vincular a arquitetura a um domínio ético, torna-se possível romper com a estrutura metafísica que historicamente sustentou a disciplina e moldou a formação do arquiteto sob a lógica identitária do pensamento ocidental hegemônico. Em vez disso, construímos um horizonte com um deslocamento para uma perspectiva que reconheça a recepção ao "outro" como pura alteridade, abrindo espaço para uma prática arquitetônica mais inclusiva e comprometida com a diversidade e a justiça social (Fuão; Solis, 2018, p. 10). Com isso, o domínio ético (e também político) deve vir desde a formação na academia, contrariando a ideia de que a ética está associada à prática comercial mercadológica e ao uso do bom senso. No entanto, como ressalta os autores, “Na realidade, não há uma disciplina intitulada ética que abra espaço em nossa formação para a discussão contemporânea dos deslocamentos ético-políticos imprescindíveis para a consecução da profissão” (Fuão; Solis, 2018).

Ainda relacionando a arquitetura e a ética, os discursos contemporâneos se expressam em três vertentes diferentes, conforme Penso (2018): a primeira se baseia na primazia do “eu” e do individualismo, sem dar a devida importância aos demais e aos problemas da coletividade, isto é, baseando-se no incentivo à construção de uma “boa carreira” que não se interessa pelas desigualdades sociais; a segunda vertente busca quantitativo e qualitativamente, melhorias na qualidade de vida, orientada por princípios das Ciências Sociais com modelos pré-estabelecidos, mas sem romper com o domínio e as regras de poder da sociabilidade contemporânea; e a terceira, que evidencia uma compreensão das dinâmicas profundas atuais, da multiplicidade à luz da realidade, para uma vida de qualidade e não uma “qualidade de vida”.

A autora dá como exemplo da primeira vertente, os arquitetos que projetam uma arquitetura guiada apenas pela lógica mercadológica, em que busca obter o maior lucro por metro quadrado, construindo com menor qualidade possível e apenas para um grupo reduzido da sociedade. Além disso, inclui também a arquitetura que é feita para as pessoas e famílias de baixa renda, mas que é feita de forma precária, reproduzindo a pobreza; e os arquitetos que se aproveitam do trabalho de arquitetos jovens, com menos experiência. Para a segunda, os arquitetos que trabalham operacionalizando os conceitos que respeitam variáveis sociais, ambientais e as realidades das famílias, como arquitetura sustentável e bioclimática, arquitetura sensorial e acessível, entre outras. Já a terceira, pode ser exemplificada por arquitetos que buscam e contribuem com cidades e um mundo equitativo e justo, que incentivam e não abrem mão do direito à dignidade e a humanidade, e para mais, que entendem e respeitam o tripé homem/sociedade/espécie (Penso, 2018).

Dessa forma, a postura do arquiteto frente ao exercício profissional reflete um conjunto de singularidades subjetivas que atravessam sua trajetória e suas escolhas. Alguns optam por seguir um caminho alinhado à lógica de mercado, enquanto outros se engajam em práticas mais humanizadas e socialmente comprometidas. Borja (2014, p. 11) vai dizer que “a responsabilidade dos intelectuais parte de uma opção moral”. Contudo, é preciso reconhecer que essas decisões não são meramente subjetivas, mas também resultado das condições objetivas que estruturam a profissão e das possibilidades concretas de inserção no mercado de trabalho. Por isso, a função social e ética do arquiteto não deve ser encarada como um elemento secundário no contexto da profissão, mas como uma missão estruturante do exercício da arquitetura.

Pelo que já tratamos nas seções anteriores, no entanto, o que se observa é que essa dimensão social muitas vezes é renegada pelas demandas do mercado, que priorizam a valorização imobiliária e o atendimento a uma clientela de alto poder aquisitivo, em detrimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda. Assim, a atuação do arquiteto não pode ser dissociada das contradições que permeiam o mundo do trabalho e a produção do espaço urbano. Como discutimos no primeiro capítulo, as transformações no mundo do trabalho afetam não apenas a forma como a arquitetura é exercida, mas também a maneira como os profissionais se posicionam diante das demandas sociais e quais campos eles buscam para se sentirem mais seguros e estáveis enquanto honram o diploma.

Nesse sentido, as universidades desempenham um papel fundamental ao integrar a função social ao ensino da arquitetura, promovendo disciplinas, pesquisas e projetos de

extensão que aproximam os estudantes da realidade das populações empobrecidas. Além disso, é necessário que os arquitetos já formados tenham acesso a capacitações e especializações que os preparem para atuar de maneira mais efetiva nesse campo (Carvalho; Alberto; Silvos, 2022). Por isso, a formação continuada é essencial para que arquitetos possam desenvolver uma prática social crítica e transformadora, alinhada às reais necessidades das comunidades e aos desafios contemporâneos da habitação e do urbanismo. O constante aprimoramento técnico e teórico permite que os profissionais ampliem sua compreensão sobre arquitetura social, incorporando novas metodologias, materiais sustentáveis e estratégias participativas.

Para Montaner e Muxí (2014), a arquitetura não é apenas uma prática técnica, mas uma atividade política, uma vez que suas decisões moldam a experiência urbana e influenciam diretamente a vida das pessoas. Essa compreensão leva à necessidade de questionar: Para quem estamos projetando? Quais interesses estamos atendendo? A prática profissional deve ser guiada não apenas pela estética e funcionalidade, mas pelo compromisso com a inclusão social, o direito à cidade e à moradia digna para todos. A despolitização da profissão, promovida por um modelo de ensino tecnicista, faz com que muitos arquitetos enxerguem a atuação social como algo pontual e não estruturante. No entanto, a luta pelo direito à moradia e à cidade não pode ser entendida apenas como uma escolha subjetiva de determinados profissionais, mas como uma exigência ética e política da própria prática da arquitetura.

Como pontua Lopes (2018), o arquiteto, como agente político, desempenha um papel fundamental na definição do uso do espaço urbano e rural, pois suas decisões impactam diretamente as dinâmicas sociais e ambientais das comunidades. Ao projetar espaços, o arquiteto não apenas cria ambientes funcionais e esteticamente agradáveis, mas também interfere nas relações sociais, culturais e econômicas nesses espaços. É só lembrarmos das vezes que utilizamos algum espaço público (como as praças), e na presença de algo disfuncional, nos questionamos como o projeto não levou em consideração aspectos de sombra, de acessibilidade, de fluxo e de permanência de pessoas. Só o ato de projetar - uma das atividades que o arquiteto pode desempenhar - inclui analisar a viabilidade de diversas variáveis que vão impactar, em menor ou maior grau, seus futuros usuários.

Com isso, sua prática reflete uma visão do mundo que pode contribuir para a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e o acesso igualitário aos recursos urbanos (ou não contribuir). Além disso, o arquiteto, por meio de sua atuação, pode questionar e desafiar práticas excludentes ou prejudiciais, influenciando a maneira como as cidades e os campos se organizam e se desenvolvem, sempre considerando as necessidades de diversos grupos sociais (Lopes,

2018). Como citado, a arquitetura e seu exercício podem ser empregados como instrumento de transformação social, promovendo a melhoria das condições de vida dos usuários dos espaços projetados, além da promoção da sustentabilidade, justiça social e uso adequado e consciente dos recursos empregados. No entanto, a prática mercantil de tal profissão faz com que o mercado e suas exigências exerçam influência sobre as decisões e os pontos de prioridade dos arquitetos, de forma a levar o enfoque dos projetos para o lucro, muitas vezes de forma a cumprir com as demandas do setor privado e de clientes com alto poder aquisitivo.

Assim, a competição e a busca por contratos lucrativos são forças predominantes na prática profissional, de forma a deixar a função social em segundo plano, para que seja possível manter-se no mercado de trabalho e possuir maior rentabilidade com os projetos realizados, o que gera uma contradição entre o discurso e a prática. Dessa forma, o ideal social da arquitetura, voltado para a melhoria das condições de vida, se vê muitas vezes limitado pelas condições possíveis de atender os interesses coletivos, frente às disputas de interesses mercadológicos. É o que Borja (2014) vai pontuar sobre a mudança na vocação política e histórica do urbanismo, enquanto inicialmente era uma disciplina de intervenção e transformação social, para uma que internaliza e reproduz mecanismos de um capitalismo perverso e especulativo.

Tal realidade é evidenciada de maneira mais ampla quando é analisado o distanciamento entre os projetos públicos de grande escala, promovidos em áreas com domínio da especulação imobiliária, e os produzidos em áreas periféricas. Em áreas consideradas “nobres”, os projetos podem possuir infraestrutura mais complexa, com mais equipamentos e com um aparato estético mais rebuscado. Já em áreas periféricas, o mesmo equipamento pode ser produzido com mais simplicidade, menor sofisticação e mais economia. Percebemos, então, como o urbanismo e a arquitetura podem expressar poder e dominação de classes, bem como a marginalização da arquitetura social (que é voltada para as demandas das populações de baixa renda, por exemplo) diante da ênfase dada à arquitetura voltada para o mercado imobiliário e o desenvolvimento urbano de luxo.

Situações como essa exemplificam o domínio do mercado sobre as ações profissionais, dada a pressão para atender a uma clientela restrita e rentável, em detrimento de projetos que poderiam beneficiar igualmente a população de baixa renda. Embora o profissional, que é responsável pela elaboração do projeto, não seja o principal agente por trás do conceito que denota a desigualdade social, se tratando de projetos públicos, ele também pode reproduzir essas desigualdades ao não questionar as diretrizes impostas por interesses políticos e econômicos. Assim, na esfera das políticas públicas, a influência do arquiteto se estende à

formulação de diretrizes de habitação, urbanização e infraestrutura, áreas nas quais sua expertise é crucial para a criação de soluções eficientes e sustentáveis. O arquiteto tem o poder de colaborar com os governos na elaboração de projetos que busquem não apenas a melhoria das condições de vida, mas também a redução das desigualdades sociais (Ramos et al., 2019).

Nesse contexto, a ausência de políticas públicas eficientes e de incentivo à arquitetura social contribui diretamente para a marginalização dessa vertente, pois impede que projetos de habitação e urbanização voltados para as camadas mais empobrecidas da população ganhem a visibilidade e o apoio necessários. Sem uma regulamentação eficaz e uma estrutura de financiamento adequada, muitas iniciativas que buscam melhorar as condições de vida dessas populações acabam sendo relegadas a um plano secundário, enquanto projetos de maior valor agregado e voltados para o mercado de luxo recebem mais atenção e recursos. Essa realidade reforça as desigualdades sociais e urbanas, dando continuidade à exclusão e dificultando o acesso à moradia digna e a espaços públicos de qualidade. Com isso, a falta de incentivo à arquitetura social também significa que os arquitetos e urbanistas não encontram estímulos suficientes para direcionar seus projetos para as necessidades reais da população, muitas vezes limitando-se a soluções temporárias ou inadequadas (Ramos et al., 2019).

Inclusive, os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, em conjunto com universidades e movimentos sociais, devem incentivar espaços de debate e articulação que possibilitem trocas de experiências e a construção de diretrizes para uma arquitetura mais inclusiva. Fóruns, seminários e grupos de trabalho podem fortalecer a atuação dos profissionais e ampliar a visibilidade da arquitetura social, conectando diferentes agentes envolvidos na transformação do espaço urbano e rural (Carvalho; Alberto; Silvos, 2022). Aliás, a colaboração com movimentos sociais também é essencial para que as demandas das comunidades sejam ouvidas e incorporadas ao planejamento das cidades, garantindo que as políticas públicas e os projetos desenvolvidos tenham impacto real na qualidade de vida da população.

Essa discussão também remete ao papel das instituições de regulação e fiscalização, como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Nesse contexto, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) foram criados no dia 31 de dezembro de 2010, pela Lei Federal nº 12.378, junto com a regulamentação do exercício da Arquitetura e Urbanismo. Dentre algumas atividades que competem ao CAU/BR, conforme art. 28 da referida lei, podemos citar:

Zelar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da arquitetura e do urbanismo; editar, alterar o Regimento Geral, o Código de Ética, as Normas Eleitorais e os provimentos que julgar necessários; adotar medidas para assegurar o funcionamento regular dos CAUs; intervir nos CAUs quando constatada violação desta Lei ou do Regimento Geral; representar os arquitetos e urbanistas em colegiados de órgãos públicos federais que tratem de questões de exercício profissional referentes à arquitetura e ao urbanismo (Brasil, 2010, p. 6)

Ao analisar as atribuições do CAU, podemos perceber que seu papel transcende à mera fiscalização do exercício da profissão, incluindo a valorização profissional e a promoção de condições adequadas para a atuação dos arquitetos e urbanistas. No entanto, é preciso questionar até que ponto o Conselho tem efetivamente incorporado a valorização da categoria no mundo do trabalho como parte central de sua agenda. A precarização da profissão, conforme discutido anteriormente, se reflete tanto na informalidade quanto na dificuldade de inserção no mercado de trabalho para aqueles que desejam atuar com arquitetura social, por exemplo. Entre tantas dificuldades para organização e articulação da categoria, para repensar e questionar as condições de trabalho dos profissionais - sobretudo numa perspectiva crítica e política - questionamo-nos em que medida o Conselho tem efetivamente sustentado os interesses da classe trabalhadora que representa, ampliando o campo de trabalho e reduzindo a dependência do setor privado.

Para inserção dos profissionais de arquitetura no setor social, conhecemos e identificamos algumas ações que o CAU/BR tem englobado nos Planos de Ação e Orçamento anuais. No plano referente à agenda de 2025, o Conselho traz como objetivo estratégico “Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo” e para isso inclui a implementação de atividades que fomentem projetos estratégicos em Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social - ATHIS. Segundo o Conselho, esse compromisso tem a finalidade de desenvolver melhorias na qualidade de vida para a sociedade, destinando recursos de, no mínimo, 3% (três por cento) da RAL para projeto(s) estratégico(s) de Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social - ATHIS (CAU/BR, 2024).

Outro ponto importante é que o CAU/BR e os CAUs estaduais têm promovido diversas iniciativas para incentivar a criação de projetos situados no debate da arquitetura social e inclusiva. Uma das principais ações é o "Programa CAU Social", que visa apoiar a elaboração de projetos arquitetônicos voltados à habitação de interesse social, promovendo a inclusão e o acesso a ambientes dignos (Januário, 2023). O Programa oferece apoio financeiro e técnico para profissionais e entidades sem fins lucrativos, permitindo que eles desenvolvam projetos que atendam às necessidades de comunidades em situação de pobreza. Sua implementação tem contribuído para a realização de diversas iniciativas, como a melhoria de moradias populares e

a criação de espaços comunitários, promovendo a inclusão social e a sustentabilidade urbana (Januário, 2023).

Além do "Programa CAU Social", o CAU/BR e os CAUs estaduais têm estabelecido parcerias com entidades públicas e privadas para ampliar o impacto de projetos sociais. Essas parcerias possibilitam a execução de iniciativas em larga escala, como a revitalização de áreas urbanas, o desenvolvimento de espaços de convivência e a implementação de soluções habitacionais para populações em situação de risco. Essas colaborações são essenciais para o sucesso de projetos que visam a transformação social e urbana, garantindo que os projetos atendam às necessidades reais das comunidades e sejam sustentáveis ao longo do tempo (Januário, 2023).

Nesse sentido, a regulamentação da profissão deve ir além da fiscalização individual dos arquitetos, promovendo políticas públicas que incentivem a inserção de profissionais em projetos sociais e ampliem as oportunidades de atuação em habitação de interesse social. A Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), instituída pela Lei Federal 11.888/08, é um avanço nesse sentido, mas sua implementação ainda é insuficiente frente à demanda existente. Como apontam Medvedovski, dos Santos e Santiago (2020), a falta de financiamento contínuo e a resistência de algumas administrações municipais dificultam a consolidação da ATHIS como política pública efetiva. É fundamental que o CAU, junto a outros órgãos e instituições de ensino, promova a arquitetura social como um campo legítimo de atuação profissional e amplie a visibilidade de programas que incentivem essa prática.

Contudo, se por um lado o CAU tem avançado na promoção de iniciativas voltadas para a arquitetura social, como os editais de ATHIS, por outro, ainda há desafios estruturais que dificultam a ampliação dessas iniciativas. Amirati (2019) destaca que o CAU desempenha um papel fundamental na definição de normas e diretrizes para a profissão, garantindo que os arquitetos atuem com responsabilidade ética e social. No entanto, a efetividade dessas medidas depende da articulação entre o Conselho, as universidades, o poder público e os movimentos sociais, de modo a consolidar a arquitetura social como uma prática legitimada e amplamente difundida. A dificuldade em implementar políticas que garantam a presença de arquitetos nos processos de planejamento e execução de projetos voltados à habitação popular é um reflexo da histórica marginalização desse campo no âmbito da profissão.

Posto esse cenário, apesar dos avanços, a implementação da ATHIS ainda enfrenta diversos desafios. Estados como São Paulo e Minas Gerais têm desenvolvido experiências concretas, como o "Projeto ATHIS" em São Paulo, que realiza a capacitação de profissionais e

promove parcerias com organizações sociais para levar assistência técnica a áreas emprobecidas (Bordenave, 2023). No entanto, obstáculos como a falta de recursos financeiros, a resistência de algumas prefeituras em adotar políticas públicas voltadas à ATHIS e a escassez de profissionais dispostos a atuar em projetos de baixo custo e de grande impacto social são desafios que dificultam a expansão dessa política. Além disso, a falta de uma rede de apoio técnico contínua e de integração com outras políticas habitacionais compromete a efetividade dos projetos. Superar esses obstáculos requer maior articulação entre os governos federal, estadual e municipal, além de um fortalecimento das parcerias com a sociedade civil e as entidades do setor, para garantir que a ATHIS se torne uma realidade acessível e eficaz para as populações de baixa renda (Velasco, 2023).

Por isso, manter um compromisso ético e social significa garantir que as soluções adotadas sejam realmente adequadas à realidade dos beneficiários, respeitando suas condições de vida e promovendo um ambiente digno. O arquiteto tem o papel de mediar os interesses das comunidades e dos agentes financiadores, garantindo que as decisões técnicas sejam pautadas por critérios de habitabilidade e acessibilidade, em vez de apenas reduzir gastos (Penso, 2018). Inclusive, diante da intensificação das desigualdades sociais, do aumento do déficit habitacional, em momentos de crise - sejam de natureza urbana, habitacional ou climática -, o arquiteto precisa ir além da concepção estética e funcional de projetos, tornando-se um agente ativo na construção de soluções que mitiguem esses problemas, mas sobretudo carregando o compromisso com ressignificação de seu papel na sociedade.

Aliás, o compromisso com a habitação de interesse social torna-se ainda mais urgente em um contexto de crise, exigindo estratégias que viabilizem moradias dignas, acessíveis e adaptáveis, sem comprometer a qualidade e a segurança dos projetos. Soluções inovadoras, como o uso de materiais sustentáveis, técnicas construtivas de baixo custo e processos participativos no desenvolvimento dos projetos, podem garantir que a arquitetura cumpra sua função social e atenda demandas da população (Penso, 2018). Contudo, embora a implementação de infraestrutura verde, o incentivo à mobilidade sustentável e a preocupação com a eficiência energética sejam aspectos fundamentais para reduzir os impactos ambientais e garantir um desenvolvimento urbano equilibrado, são necessárias novas práticas além dos setores de projeto e obras. Estamos falando em ressignificar o compromisso ético e social por meio da educação, de reivindicação de trabalho digno, de lutar na linha de frente pela Reforma Urbana e Reforma Agrária, além de democratizar o acesso aos serviços essenciais para sobrevivência.

Não esquecemos, portanto, do papel que o Estado tem na criação de condições favoráveis à mudança dessa realidade, visto que, ao mediar os interesses das diferentes classes, contribui para o privilégio de uma em detrimento dos direitos da outra. Ao estabelecer políticas públicas sociais que incentivem intervenções voltadas para o bem-estar coletivo, no caso da arquitetura, pode facilitar o acesso a terrenos, financiamentos e recursos para a construção de habitações populares, escolas e espaços comunitários. Além disso, com a criação de programas que incentivem o trabalho conjunto entre arquitetos, urbanistas e comunidades, por exemplo, pode resultar em soluções mais eficientes e adequadas, criando um ambiente urbano mais justo e acessível. Dessa forma, as administrações públicas podem se tornar agentes ativos na transformação das cidades, priorizando o bem-estar das populações mais empobrecidas e contribuindo para uma sociedade mais igualitária (Martelli; Tonella; Coelho, 2021).

Outro aspecto fundamental é a articulação entre arquitetos e movimentos sociais. Como demonstram experiências de urbanismo participativo, a arquitetura pode ser mais democrática quando envolve as comunidades no processo de concepção dos projetos. Isso exige dos profissionais uma postura menos autoritária e mais dialógica, respeitando os saberes locais e promovendo soluções co-construídas. Conforme Carvalho, Alberto e Silvosso (2022), a formação continuada e a troca de experiências entre arquitetos e sujeitos sociais são elementos essenciais para fortalecer essa abordagem. As experiências bem-sucedidas de projetos participativos demonstram que, quando há envolvimento da comunidade na elaboração dos projetos, a qualidade dos espaços construídos melhora e as soluções arquitetônicas são mais adequadas às necessidades reais da população.

Dessa forma, a função social do arquiteto não deve ser vista como um ideal abstrato ou uma diretriz meramente burocrática, mas como um compromisso ético e político com a transformação da realidade urbana. Como argumenta Fuao e Solis (2018), em momentos de crise habitacional, urbana e climática, o papel do arquiteto se torna ainda mais central, exigindo estratégias que viabilizem moradias dignas, infraestrutura sustentável e espaços urbanos mais inclusivos. Além disso, a arquitetura social não pode ser vista como um nicho isolado na profissão, mas como uma dimensão fundamental do trabalho do arquiteto. A formação acadêmica tem um papel central nesse processo, pois, como discutimos nas seções anteriores, a estrutura curricular dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil ainda privilegia uma abordagem tecnicista e distante das reais necessidades da população. A inserção de disciplinas obrigatórias sobre habitação de interesse social, sociologia e antropologia, mobilidade urbana,

por exemplo, é essencial para formar profissionais que compreendam a função social como parte intrínseca de sua atuação.

Aliás, é importante ressaltar que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo expressa e concretiza o projeto ético-político que representa a profissão. A forma como o Conselho se posiciona, isto é, com maior ou menor inserção, diante das pautas sociais revela a direção política adotada na tentativa de enfrentar os problemas estruturais que atravessam a categoria profissional enquanto parte da classe trabalhadora, e não apenas como prestadora de serviços subordinada à lógica mercadológica.

Nesse sentido, o Parecer CNE/CES nº 454/2024, que substitui o anterior nº 952/2023, reforça a necessidade de uma formação crítica e comprometida com a transformação social. Segundo o documento:

[...] Art. 10. O curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo deve assegurar uma formação científica, artística, ética, política, generalista, humanista, crítica, reflexiva, democrática e laica, embasada nos Direitos Humanos e na responsabilidade técnica e social, contribuindo para a formação integral dos estudantes, para a atuação profissional e para a cidadania, por meio do aprimoramento das inteligências cognitiva, emocional e social, da estreita relação entre teoria e prática e da vivência de diversas realidades.

Art. 11. O curso deverá estabelecer ações pedagógicas visando ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, competências e atitudes com responsabilidade técnica, artística, ambiental e social [...] (Brasil, 2024, p. 7)

Desse modo, é legítimo esperar que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, enquanto instituição representativa da categoria, assuma a concepção crítica e comprometida exigida do perfil profissional não apenas nas DCNs, mas também na Lei nº 12.378/2010 (que criou o CAU) e no Código de Ética e Disciplina do próprio Conselho. Esse pressuposto recai, sobretudo, sobre os Conselhos Estaduais e do Distrito Federal, cuja atuação se dá diretamente nos territórios, em meio às diferentes e complexas condições que marcam, localmente, as cidades brasileiras. Evidentemente, a construção de um projeto ético-político alinhado com os interesses da classe trabalhadora exige reconfigurações que não se limitam ao CAU, mas envolvem também as demais entidades representativas da arquitetura e do urbanismo, os currículos mínimos e os sindicatos enquanto instrumentos de luta coletiva.

Trata-se, portanto, de superar a lógica que ainda o coloca como uma atuação eventual ou emergencial, e reconhecê-lo como parte intrínseca da função social do arquiteto e urbanista. Com isso, reafirmamos a necessidade de uma formação que prepare profissionais para responder às demandas concretas da sociedade, especialmente da população de baixa renda, com responsabilidade ética, política e técnica. Dessa forma, para aprofundar o debate sobre o

trabalho social e as práticas de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), apresentamos o terceiro capítulo. Nele, buscamos percorrer a trajetória histórica e concreta das ações de ATHIS no Brasil, no estado do Maranhão e na cidade de São Luís, bem como analisar, a partir de relatos de profissionais que atuam diretamente com assessorias técnicas, as condições de trabalho (objetivas e subjetivas), os sentidos atribuídos à profissão e os desafios enfrentados na prática cotidiana.

4 O TRABALHO SOCIAL E OS PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA NAS ASSESSORIAS E ASSISTÊNCIAS TÉCNICAS EM SÃO LUÍS

Neste capítulo, voltamo-nos para as particularidades da habitação social no estado do Maranhão, com ênfase na cidade de São Luís, seguindo a lógica metodológica do universal, particular e singular. Compreendemos, nesse sentido, que a capital maranhense apresenta especificidades que incidem diretamente sobre a prática da ATHIS, distinguindo-a de outras realidades municipais do país. Do mesmo modo, identificamos um conjunto específico de profissionais, instituições, políticas públicas e formas de atuação nos âmbitos estadual e municipal que conformam esse cenário único. É feita, portanto, a análise das condições objetivas e subjetivas de profissionais que atuam em trabalhos técnico-social no município. A partir daí, torna-se possível estabelecer correlações com os debates feitos nas demais seções, recuperando a indissociabilidade entre teoria e prática que marca a prática social dos sujeitos - como expressão de uma totalidade concreta - atravessada por determinações estruturais e pela subjetividade dos trabalhadores.

4.1 A Habitação de Interesse Social no Brasil e Maranhão

A questão da moradia digna pode ser considerada, na atualidade, um dos principais problemas sociais urbanos do Brasil. Em uma perspectiva que concebe o problema da moradia integrado à questão do direito à cidade, é possível perceber que as reivindicações em relação à habitação emergem sob várias facetas: solução para os graves problemas de infraestrutura (saneamento, asfaltamento, etc.), construção de moradias para atender ao número alarmante de famílias sem casa própria e questionamento das obras de urbanização em áreas periféricas e favelas (Maricato, 2002). A moradia é a unidade essencial que insere, conecta – ou até mesmo isola, inclusive, o sujeito à cidade e à sociedade. Sobretudo, ela é abrigo, descanso, trabalho, escola e lar.

Atualmente a população urbana do mundo aumenta em 1 milhão de pessoas por semana e esse ritmo deverá se acelerar segundo as Nações Unidas, que prevê uma população mundial de 8 bilhões de indivíduos em 2030 (Morin, 2013, p. 242). Tais problemas da urbanização acelerada refletem-se nos gigantescos déficits de moradia e aumento da pobreza. Segundo dados Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), no Brasil, cerca de 124 milhões de pessoas vivem em concentrações urbanas, e esse número continua

crescendo e se expandindo com a urbanização das cidades brasileiras. Embora, a maioria dessas pessoas viva no que chamamos de assentamentos informais - ou também favelas - áreas onde abundam habitações autoconstruídas, subutilizadas ou mesmo precárias. Por outro lado, esses assentamentos concentravam cultura, energia, dinâmica e movimento constante.

Frente a isso, o Brasil construiu importantes marcos regulatórios para enfrentar essa questão, como o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), que estabeleceu o princípio da função social da propriedade e criou instrumentos como o usucapião urbano e a concessão de uso especial para fins de moradia. Além disso, tornou obrigatória a elaboração de planos diretores em municípios com mais de 20 mil habitantes, buscando um planejamento urbano mais inclusivo. Outro avanço significativo foi a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), em 2005, no contexto da Política Nacional de Habitação (PNH), que organizou diretrizes para financiamento habitacional com recursos do FGTS e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), além de fomentar a formação de Conselhos Municipais de Habitação para ampliar a participação social nas decisões.

O Projeto Moradia, lançado nos anos 2000, defendeu a ideia de que a habitação não poderia ser separada do contexto urbano, reconhecendo que o direito à habitação também envolve o direito à cidade e a todos os serviços de infraestrutura e urbanismo (Bonduki, 2008). Porém no início do primeiro governo de Lula, em 2003, houve um aumento significativo da participação popular, com a criação do Ministério das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades. O Conselho tinha a responsabilidade de desenvolver, de forma participativa e federativa, a política de desenvolvimento urbano, incluindo uma nova política para o setor habitacional, especialmente a Habitação de Interesse Social (HIS).

Durante esse período, foram lançados novos programas habitacionais, como o crédito solidário, em 2004, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de urbanização de favelas, em 2007, e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em 2009, juntamente com outras iniciativas complementares, como apoio ao desenvolvimento da construção civil e marcos regulatórios para a regularização fundiária. Essas ações indicam a existência de uma Política Nacional de Habitação, pelo menos em fase de elaboração, durante esse período.

Por conta disso, houve um aumento na oferta de crédito habitacional no segmento público, bem como um aumento no volume de empréstimos no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), nas aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a introdução de novas linhas de orçamento para a urbanização de

assentamentos precários por meio do PAC. Portanto, várias formas e fontes de financiamento estiveram envolvidas na produção social da habitação. Em 2002, a faixa de renda entre zero e três salários mínimos, onde se concentrava o déficit habitacional, recebia 32% dos investimentos públicos em habitação. Esse número aumentou para 77% em 2007, permanecendo estável em 64% em 2008 e 2009, conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011).

De acordo com o IPEA (2011), o Sistema Nacional de Habitação tinha como foco duas principais razões. Conforme as diretrizes, os investimentos em habitação social deveriam ocorrer por meio da participação social, e a consolidação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) dependeria da criação de instrumentos de planejamento pelos governos locais que aderissem a ele para atender às demandas legais e receber recursos para a implementação da Política Nacional de Habitação (PNH). Assim, os municípios desempenham um papel central, especialmente por meio da análise dos planos locais de habitação e da participação nos conselhos municipais, que são fundamentais para o controle social.

Contudo, apesar da Constituição Federal de 1988 reconhecer o direito à moradia como um direito social, com a Emenda Constitucional nº 26/2000, que acrescentou à moradia aos direitos sociais, a efetivação desse direito ainda enfrenta desafios significativos. Como apontado por Bonduki (2008, p. 72), a política habitacional desempenhou um papel fundamental na economia nacional, estimulada por meio da criação de empregos e do fortalecimento do setor de construção civil, tornando-se, por exemplo, um dos elementos centrais da estratégia dos governos militares. Da mesma forma, por conta da crise econômica de 2008, o governo brasileiro lançou, em 2009, o PMCMV como parte do pacote "anti-crise" no país, com o objetivo de expandir o mercado habitacional e investir no setor da construção civil. O que foi feito, reduzindo, mas não acabando a demanda por moradia, principalmente nos grandes centros urbanos.

Em suma, o cenário descrito mostra claramente uma mudança no perfil da política habitacional brasileira. Isso é demonstrado por alterações nos métodos de planejamento, execução e atendimento, bem como pelo aumento da participação da iniciativa privada na habitação de interesse social, especialmente para as classes com renda mais baixa, criando novas dinâmicas de lidar com o déficit habitacional. Assim, as políticas habitacionais implementadas, no decorrer do tempo, conseguiram ampliar o acesso dos mais empobrecidos à moradia, em especial com o PMCMV, ajudando a diminuir o número de famílias empobrecidas sem acesso à habitação.

No entanto, para o enfrentamento do déficit habitacional não basta apenas o acesso à moradia, tem que ter, sobretudo, o acesso ao direito de morar de forma digna e saudável. A Nota Técnica, da Fundação João Pinheiro (2014), indica como características das moradias no déficit habitacional: habitações improvisadas ou rústicas, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel ou adensamento excessivo de moradores em imóveis alugados. Tem-se, com isso, como pressuposto, que a precariedade dos modos de morar, incorporada ao conceito do déficit habitacional, constitui uma expressão evidente da dimensão problemática em que se coloca a questão da moradia.

Essa questão não tem resolução apenas no acesso ao morar (como se estivesse isolada das condições externas às quais as famílias encontram-se submetidas), mas uma superação de um problema ainda maior, que é a subalternização de uma classe que luta não só pela moradia, mas por segurança alimentar, por condições melhores de trabalho, por saúde e educação de qualidade e por acesso aos serviços e infraestrutura das cidades. Assim, há uma demanda iminente de infraestrutura pública e construções de moradias saudáveis para que essas populações enfrentem seu cotidiano.

Nesta direção, uma das soluções criadas para resolver o problema social específico da habitação precária é a Lei nº 11.888, de 24 de Dezembro de 2008 que assegura às famílias de baixa renda a terem acesso público e gratuito da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), foco deste trabalho. Desde então, diversas cidades deram início a implantação de alternativas que dão oportunidades para Habitação de Interesse Social, incluindo programas federais, como o Minha Casa, Minha Vida, e a própria atuação dos profissionais nos escritórios para garantia de uma assessoria técnica dentro das comunidades e favelas, contando, aliás, com a participação das universidades, através de atividades extracurriculares de atenção à moradia popular.

A trajetória que levou à criação da ATHIS está intrinsecamente ligada às lutas dos movimentos sociais por moradia e à evolução das políticas urbanas no Brasil. Durante o período militar (1964-1985), a política habitacional foi marcada por um modelo centralizado, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, que privilegiava a produção em massa de moradias por meio de grandes empreiteiras, sem participação popular no processo. Esse modelo gerou conjuntos habitacionais distantes dos centros urbanos, com baixa qualidade construtiva e sem integração à malha urbana existente.

Com a redemocratização e a Constituição Federal de 1988, o direito à moradia ganhou maior relevância no ordenamento jurídico brasileiro, embora somente no artigo 6º da Carta

Magna, após a Emenda Constitucional nº 26/2000, tenha sido explicitamente incluído como direito social (Brasil, 1988). Foi com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) que a função social da propriedade urbana foi efetivamente consolidada, criando instrumentos urbanísticos como a regularização fundiária e estabelecendo a gestão democrática das cidades como princípio fundamental (Brasil, 2001). Nesse contexto, movimentos sociais como a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) intensificaram suas lutas por políticas públicas que incorporassem a autogestão habitacional e o apoio técnico às famílias de baixa renda (Rolnik, 2015).

A Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) emergiu como resposta a essas demandas históricas, inspirando-se em experiências pioneiras de assessoria técnica desenvolvidas por instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil. Um marco importante foi o trabalho desenvolvido pelo Laboratório de Habitação (LabHab) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), que desde a década de 1990 atuava em parceria com movimentos populares em projetos de autoconstrução e urbanização de favelas (Bonduki, 2014). Outra referência fundamental foram as experiências de cooperativas habitacionais vinculadas à Central de Movimentos Populares (CMP), que demonstraram a viabilidade técnica e social de projetos coletivos com assessoria pública (FIX, 2001).

Após intensa mobilização de movimentos sociais, entidades técnicas e universidades, foi sancionada em 24 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.888 (Brasil, 2008), que representou um divisor de águas na política habitacional brasileira ao estabelecer o direito das famílias com renda mensal de até três salários mínimos ao acesso gratuito a projetos e acompanhamento técnico especializado para construção, reforma ou ampliação de suas moradias. A lei instituiu a ATHIS como política pública permanente, rompendo com a lógica assistencialista que historicamente marcou as intervenções estatais no campo da habitação popular. Tendo a Lei como principais características fundamentais:

1) **Natureza jurídica e universalidade:** A ATHIS foi concebida como direito social subjetivo, nos termos do artigo 6º da Constituição Federal, devendo ser garantida de forma contínua e universal pelo poder público (Brasil, 2008, art. 1º).

2) **Abrangência dos serviços:** Conforme o artigo 2º da Lei nº 11.888/2008, os serviços compreendem:

- a) Elaboração de projetos arquitetônicos e estruturais
- b) Orientação técnica sobre materiais e técnicas construtivas adequadas

- c) Acompanhamento e fiscalização de obras
- d) Assessoria em processos de regularização fundiária
- 3) **Formas de implementação:** O artigo 4º estabelece que a execução pode se dar através de:
 - a) Equipes técnicas permanentes nos órgãos públicos
 - b) Convênios com instituições de ensino e pesquisa
 - c) Parcerias com entidades sem fins lucrativos
 - d) Contratação de profissionais autônomos via edital público
- 4) **Fomento à autogestão:** O parágrafo único do artigo 3º prioriza projetos coletivos, como mutirões habitacionais e cooperativas, fortalecendo a organização comunitária (Brasil, 2008).
- 5) **Articulação intersetorial:** A política deve integrar-se a outras ações urbanas, especialmente regularização fundiária, saneamento básico e urbanização de favelas (CAU/BR, 2019).

Apesar dos avanços legais, estudos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR, 2021) revelam que apenas 12% dos municípios brasileiros possuem estruturas adequadas para implementar a ATHIS. No Maranhão, a situação é ainda mais crítica, com apenas 56 Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs) do tipo social registrados entre 2019 e 2023. Uma das iniciativas estaduais mais relevantes é a Lei nº 10.506/2016 (Maranhão, 2016), que instituiu o programa "Cheque Minha Casa", concedendo incentivos fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para operações vinculadas a obras habitacionais populares. Contudo, como alerta Silva (2022), a efetividade dessas políticas esbarra na descontinuidade administrativa e na falta de integração com a ATHIS.

De acordo com o portal do Governo do Maranhão, o Cheque-Minha Casa “é destinado às famílias de baixa renda, com o objetivo de apoiar a reforma, a ampliação ou melhoria de unidades habitacionais já existentes, com prioridade para as instalações sanitárias do imóvel”. Ele funciona através do pagamento de um benefício para as famílias participantes, no valor de R\$ 5 mil (cinco mil reais) para reformar sua residência e é pago em duas etapas. A primeira parcela do pagamento feita é de R\$ 2,5 mil (dois mil e quinhentos reais), após a comprovação dos gastos na compra de materiais de construção, é paga a segunda parcela restante (Maranhão, 2017).

Dentre as ações integrantes do Programa está a promoção da assistência técnica, no entanto, só foi aplicada, até o momento, no Cheque-Minha Casa no Centro Histórico de São

Luís, em que um total de trezentos cheques foi entregue às famílias residentes na área central da cidade e se teve também a contribuição de assistência técnica ofertada pela SECID e em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). As atividades tiveram início em setembro de 2019, foram interrompidas na capital, mas com perspectivas de continuidade para os anos seguintes, bem como para outras regiões do Estado (Maranhão, 2017).

Além disso, outros eventos produzidos na capital tiveram a finalidade de discutir a ATHIS, como o “Seminário de Empreendedorismo em ATHIS em São Luís/MA” e a “Oficina de Capacitação de Profissionais para atuação em ATHIS” organizados pelo CAU/MA, em 2018. Portanto, entendemos que há uma abordagem tardia no quesito de assistência técnica dentro da Ilha do Maranhão, mas com a presença de outras iniciativas que incentivam a produção de habitações de interesse social. Nesta direção, vê-se que os principais desafios são referentes aos aspectos institucionais, em que há barreiras com formas de financiamento, ausência de parcerias do setor público e privado e a baixa participação das gestões públicas em destinar programas com foco na habitação de interesse social, que não seja a produção de modelos residenciais como os do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Aliás, externo aos programas habitacionais e das instituições do setor público, há a atuação dos profissionais de arquitetura de forma autônoma, isto é, sem apoio da gestão municipal, estadual e de iniciativas de investimento no ramo. Algumas dessas atividades, inclusive, são feitas por grupos de estudos e pesquisa justamente pela facilidade de acessar a comunidade e ter menos custos com a elaboração dos projetos. Os profissionais possuem o interesse de atuar com atendimento social, mas encontram dificuldades para manter as ações sem apoio, o que contribui para o enfraquecimento da assistência nas diferentes regiões do Maranhão.

Inclusive, um indício da baixa implementação e execução de projetos de cunho social pode ser pontuado pelo número de Registros de Responsabilidade Técnica (RRT). Por meio das RRTs temos controle acerca dos projetos executados (por tipo, lugar, valor do projeto). A RRT social indica quantos projetos voltados para atender demandas populares foram atendidos (uma única RRT social pode incluir até 100 endereços distintos de edificações residenciais unifamiliares, o que significa dizer que por mais que o Maranhão tenha apenas a emissão de 56 RRTs Social, não representa apenas a intervenção em 56 edificações - como as outras RRTs - mas, que o número de intervenções pode ser igual ou maior). A tabela abaixo não está de livre acesso no site do CAU/BR, tendo sido solicitada pelo LAI (Lei de Acesso à Informação) para cidadãos.

Tabela 1 - RRTS PAGOS (TIPO SOCIAL) DE 2019-2023

RRTS PAGOS (TIPO SOCIAL) DE 2019-2023, Brasil, 2025			
UF	Qtde	UF	Qtde
AC	33	PB	119
AL	70	PE	110
AM	57	PI	92
AP	49	PR	708
BA	328	RJ	322
CE	112	RN	168
DF	137	RO	105
ES	109	RR	25
GO	438	RS	811
MA	56	SC	504
MG	528	SE	764
MS	207	SP	3.754
MT	325	TO	78
PA	84		
Total 1	2.533	Total 2	7.560
Total Geral		10.093	

Fonte: CAU/BR (2025), adaptado pela autora (2025)

O baixo número de RRTs do tipo social emitidas no Maranhão entre 2019 e 2023, especialmente quando comparado a estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, evidencia uma lacuna significativa na institucionalização da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) na região. Tal discrepância, não necessariamente, reflete uma menor demanda por habitação popular, mas sim a ausência de políticas públicas eficazes e de incentivo à atuação profissional voltada ao atendimento das camadas mais vulneráveis da população. Esse cenário revela a urgência de ampliar os instrumentos de financiamento, promover a formação continuada de profissionais e garantir suporte institucional às iniciativas autônomas e comunitárias que buscam suprir essa carência. Reconhecer o papel das RRTs sociais não apenas como mecanismos de controle técnico, mas também como indicadores da

presença e efetividade de políticas públicas habitacionais, é fundamental para o fortalecimento da ATHIS em estados com alto déficit habitacional, como o Maranhão.

4.2 São Luís do Maranhão e a demanda por ATHIS

Existe uma demanda significativa por Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) em São Luís do Maranhão, o que se evidencia pela caracterização dos domicílios precários localizados em diversos bairros da cidade. Essa demanda, no entanto, não é atendida de forma adequada pelo escopo atual da política habitacional municipal, uma vez que os programas existentes estão, em sua maioria, centrados na produção de novas unidades habitacionais, deixando em segundo plano a reforma, ampliação ou requalificação das moradias já existentes. O programa "Cheque - Minha Casa" surge como uma iniciativa alternativa e pontual nesse cenário, oferecendo recursos diretos a beneficiários selecionados para melhorias de elementos essenciais em suas residências, como banheiros e telhados.

Entretanto, é preciso ir além e questionar: Quais são os outros programas habitacionais, tanto a nível estadual quanto municipal, que se relacionam com a assistência técnica em habitação? Além da condição física dos domicílios, que outros dados empíricos apontam para a necessidade urgente da ATHIS? A renda média da população urbana, os índices de pobreza, os níveis de informalidade urbana, a ausência de infraestrutura básica e os registros de demanda habitacional junto a órgãos públicos são todos indicativos que reforçam a relevância e a urgência de se institucionalizar a ATHIS em São Luís.

Para contextualizar de maneira mais precisa a prática dos profissionais de arquitetura que atuam nas assessorias e assistências técnicas para habitação de interesse social em São Luís, propomos uma análise a partir de perguntas-chave. Essas questões buscam compreender não apenas as condições objetivas da moradia popular, mas também os entraves institucionais, socioeconômicos, legais, infraestruturais e profissionais que moldam o exercício da arquitetura social na capital maranhense. Entre os principais questionamentos estão: O município de São Luís possui legislação específica que regulamente e institucionalize a ATHIS? Há oportunidades de atuação profissional, seja em vagas públicas, convênios com universidades ou editais que contemplem serviços técnicos em habitação social? Existem políticas públicas estruturadas que sustentem a assistência técnica como uma prática contínua e estratégica?

Além disso, é fundamental mensurar o tamanho e a configuração da demanda habitacional existente, identificar os profissionais interessados e engajados na atuação social,

mapear os espaços de formação e capacitação para ATHIS e, por fim, compreender qual tem sido o papel do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão (CAU/MA) no incentivo, regulamentação e fortalecimento dessas iniciativas. Essas questões são centrais para o aprofundamento da análise do contexto local e constituem o ponto de partida para reflexões mais amplas sobre as potencialidades e os desafios da efetivação do direito à moradia digna por meio da atuação técnica e social da arquitetura.

No que se refere à demanda habitacional, o Maranhão enfrenta um dos cenários habitacionais mais críticos do Brasil, marcado por um déficit habitacional que se expressa tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Essa realidade é reflexo de desigualdades estruturais históricas, que comprometem o acesso à moradia digna para grande parte da população. A análise dos dados mais recentes, referentes ao ano de 2022, revela um panorama alarmante que demanda intervenções urgentes, planejadas e integradas.

A seguir, demonstramos uma síntese dos componentes que compõem o quadro de inadequação habitacional no estado:

Tabela 2 - Síntese da Inadequação Habitacional no Maranhão (2022)

Componente	Domicílios Inadequados	% do Total Estadual	Participação Nacional
Infraestrutura Urbana	990.000	65,2%	6,4%
Condições Edilícias	480.000	31,6%	21,1%
Irregularidade Fundiária	60.544	3,2%	5,9%
Total	1.530.544	100%	4,08%

Fonte: PNAD Contínua 2022 / Ministério das Cidades

A tabela evidencia que a maior parte do déficit habitacional no Maranhão está concentrada na precariedade da infraestrutura urbana, responsável por 65,2% dos casos, o que representa 990 mil domicílios. Esses dados indicam deficiências graves em serviços essenciais como abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos e fornecimento de energia elétrica. Essa realidade coloca o Maranhão entre os estados com maior participação nacional nesse tipo de inadequação, atingindo 6,4% do total do país.

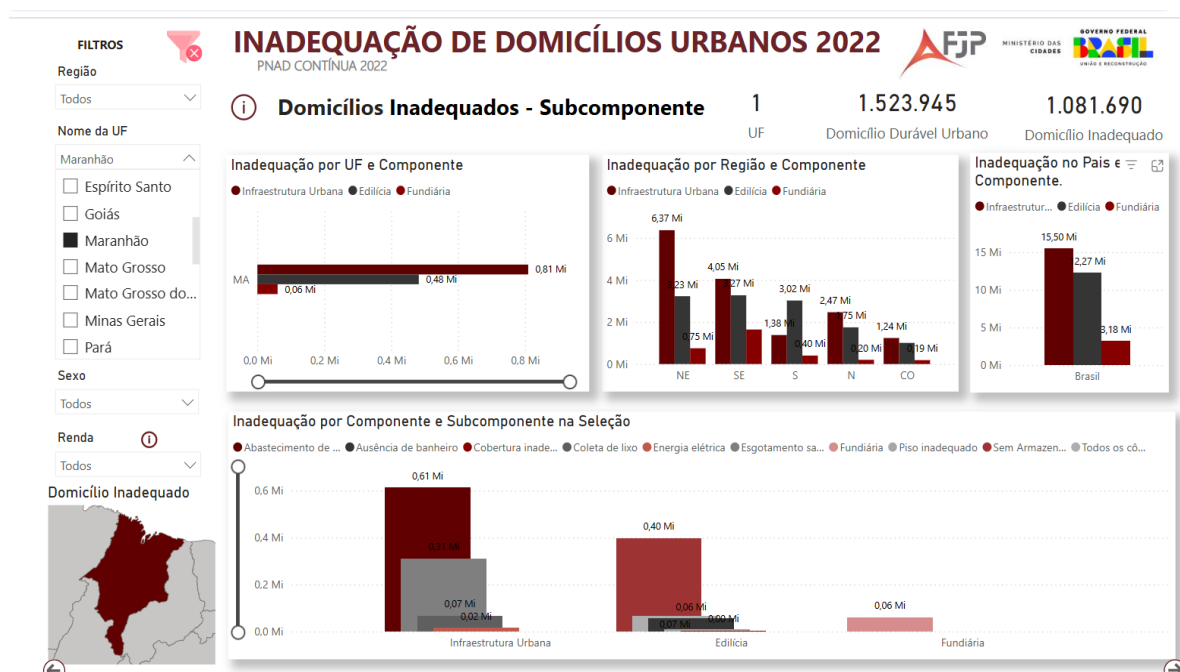
Em segundo lugar, as condições edilícias comprometem a habitabilidade de aproximadamente 480 mil moradias, o que corresponde a 31,6% do déficit estadual. Esses domicílios apresentam problemas estruturais diversos, como uso de materiais inadequados, ausência de acabamentos básicos, risco de desabamento e condições insalubres. A magnitude

desse problema é ainda mais expressiva quando se observa que o estado concentra mais de um quinto (21,1%) da inadequação edilícia registrada em todo o território nacional.

A irregularidade fundiária, embora represente uma menor parcela do total (3,2%), não deve ser subestimada. Com cerca de 60.544 domicílios nessa situação, o Maranhão enfrenta entraves significativos no que diz respeito à legalização da posse e ao direito à propriedade formal. A ausência de segurança jurídica impede famílias de acessar crédito, obter documentação oficial e integrar-se plenamente às políticas públicas urbanas. Nesse sentido, estima-se que aproximadamente 70,98% dos domicílios inadequados estejam localizados em áreas urbanas, desmistificando a ideia de que a precariedade habitacional está restrita ao meio rural. Esse dado revela a incapacidade das cidades maranhenses em absorver, de forma ordenada e digna, o crescimento populacional e a urbanização acelerada. Em termos relativos, a cada 100 moradias no Maranhão, 15 apresentam alguma forma de inadequação grave, colocando em risco a saúde, a segurança e o bem-estar de milhares de famílias.

Diante desse quadro, fica evidente que o enfrentamento do déficit habitacional no Maranhão deve ir além da simples construção de novas unidades habitacionais. É necessário adotar uma abordagem abrangente, que contemple ações articuladas de regularização fundiária, requalificação de áreas urbanas, melhorias habitacionais, expansão da infraestrutura básica e políticas de financiamento acessível para a população de baixa renda.

Figura 1 - Inadequação de domicílios urbanos em Maranhão, 2022



Fonte: PNAD Contínua 2022 / Ministério das Cidades

A análise desagregada do déficit habitacional no Maranhão permite uma compreensão mais precisa das principais fragilidades que afetam as condições de moradia da população. Ao detalhar os subcomponentes da inadequação, torna-se possível identificar com mais clareza os focos de intervenção prioritária e o grau de precariedade estrutural presente nas residências maranhenses.

A seguir, apresentamos a distribuição da demanda por subcomponente, conforme os dados de 2022:

Tabela 3 - Detalhamento dos subcomponentes de inadequação do Maranhão, 2022

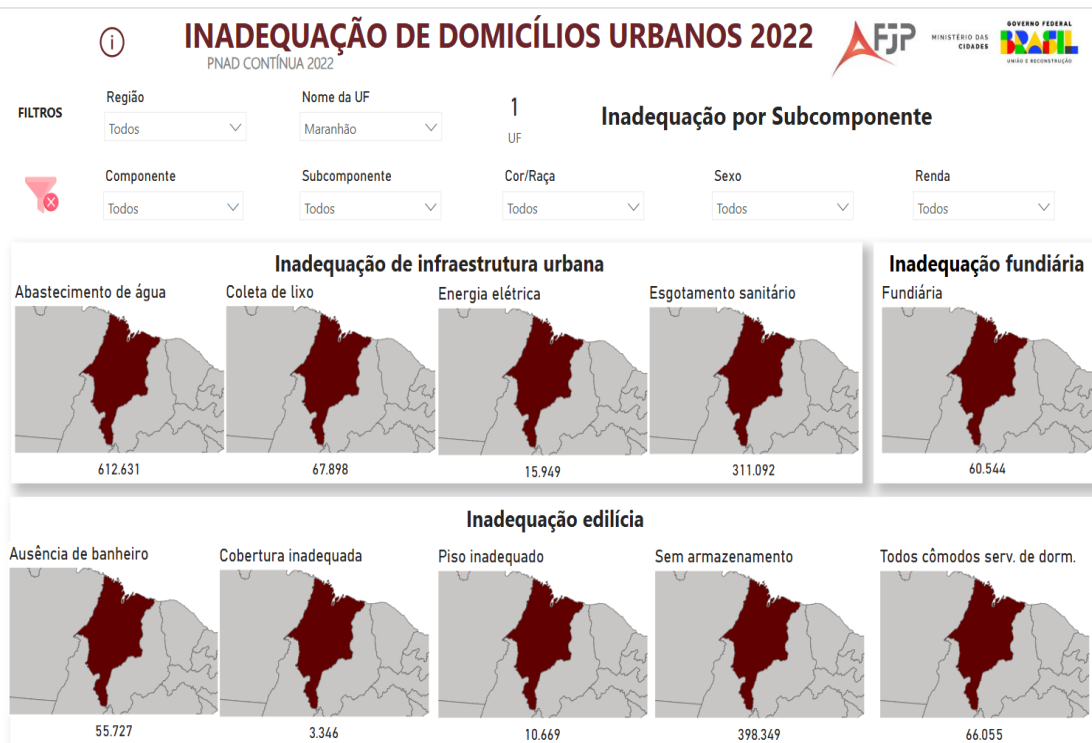
Componente	Subcomponente	Domicílios Afetados	% do Componente
Infraestrutura	Abastecimento de água	612.631	61,9%
	Esgotamento sanitário	311.092	31,4%
	Coleta de lixo	67.898	6,9%
	Energia elétrica	15.949	1,6%
Edilícia	Sem armazenamento	398.349	83,0%
	Ausência de banheiro	55.727	11,6%
	Piso inadequado	10.669	2,2%
	Cobertura precária	3.346	0,7%

Fonte: PNAD Contínua 2022 / Ministério das Cidades

Os dados acima revelam uma situação crítica em múltiplas dimensões da moradia. No que se refere à infraestrutura urbana, observa-se que o abastecimento de água representa a maior parcela de inadequações, afetando mais de 612 mil domicílios, o equivalente a 61,9% das deficiências nesse componente. Esse índice supera a média nacional, estimada em cerca de 53%, evidenciando uma crise hídrica urbana no Maranhão. A dificuldade de acesso contínuo e seguro à água potável compromete diretamente a saúde pública e a dignidade das famílias. Além disso, o saneamento ambiental constitui outro foco alarmante de pobreza. A soma das deficiências em esgotamento sanitário (31,4%) e coleta de lixo (6,9%) revela que 38,3% das moradias com inadequações de infraestrutura enfrentam riscos sanitários diretos, favorecendo a proliferação de doenças, a contaminação de corpos hídricos e a degradação ambiental urbana. Essa situação configura uma emergência de saúde pública com implicações diretas sobre a qualidade de vida da população mais pobre.

No tocante às condições edilícias, os dados apontam para uma expressiva precariedade construtiva, concentrada principalmente na ausência de espaços adequados para armazenamento doméstico. Esse subcomponente representa 83% das inadequações edilícias, atingindo quase 400 mil domicílios. Tal situação indica não apenas a precariedade dos imóveis, mas também o subdimensionamento das moradias, ou seja, residências com tamanho e estrutura física incompatíveis com o número de ocupantes e com as necessidades básicas da vida cotidiana. A ausência de banheiro de uso exclusivo (11,6%) e a presença de pisos inadequados (2,2%) ou coberturas precárias (0,7%) reforçam o retrato da insuficiência material das moradias, evidenciando situações de habitação insalubre e insegura.

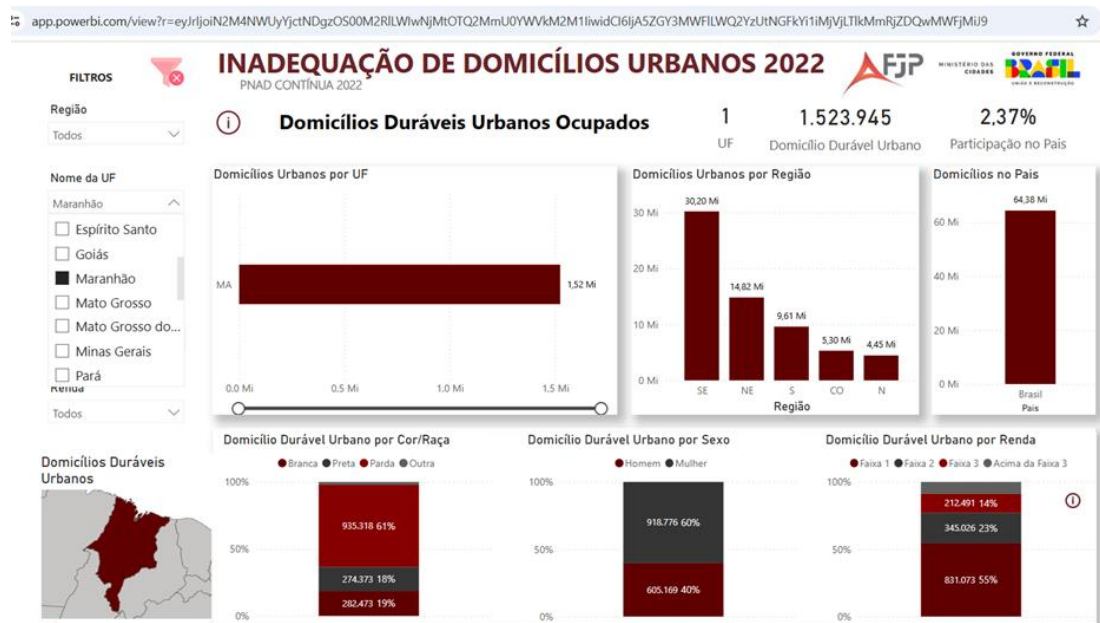
Figura 2 - Inadequação de infraestrutura urbana em Maranhão, 2022



Fonte: PNAD Contínua 2022 / Ministério das Cidades

A configuração da demanda por subcomponentes reforça a complexidade do déficit habitacional no Maranhão. O enfrentamento desse quadro exige políticas públicas integradas que não se limitem à construção de novas unidades habitacionais, mas que também contemplem obras de requalificação, expansão de redes de saneamento, garantia de acesso à água potável e energia, além de ações de readequação física das moradias já existentes. O diagnóstico detalhado permite traçar estratégias mais eficientes, voltadas para a superação da precariedade habitacional em suas múltiplas dimensões.

Figura 3 - Domicílios duráveis urbanos ocupados em Maranhão, 2022



Fonte: PNAD Contínua 2022 / Ministério das Cidades

A compreensão do perfil sociodemográfico das famílias que vivem em domicílios inadequados no Maranhão é essencial para a formulação de políticas públicas eficazes, que levem em conta não apenas os aspectos físicos das moradias, mas também as características sociais, econômicas e culturais das populações empobrecidas. O cruzamento dessas variáveis com os dados de inadequação revela desigualdades complexas e sobreposições de fragilidades (Brasil, 2022; IBGE, 2023). Conforme tabela 04, são apresentados os principais indicadores referentes à renda, raça/cor e gênero das famílias afetadas:

Tabela 4 - Características das Famílias em Domicílios Inadequados

Variável	Categoria	%	Observações
Renda	Até 3 SM	55%	831.073 domicílios
	3–5 SM	23%	345.026 domicílios
	1–2 SM (recorte)	14%	212.491 domicílios
Cor/Raça	Branca	61%	Paradoxo da desigualdade
	Preta + Parda	37%	Sub-representação
Gênero	Chefe Masculino	60%	Perfil tradicional
	Chefe Feminino	40%	Vulnerabilidade acrescida

Fonte: PNAD Contínua 2022 / Ministério das Cidades

Os dados de renda evidenciam que o déficit habitacional no Maranhão está fortemente concentrado entre as camadas mais pobres da população. Mais da metade das famílias afetadas (55%) possuem rendimento mensal de até três salários mínimos, sendo que uma parcela expressiva (14%) sobrevive com rendimentos entre um e dois salários mínimos (IBGE, 2023; RAIS, 2023). Esse estrato populacional, totalizando mais de 830 mil domicílios, encontra-se em situação de alta instabilidade econômica, com baixa capacidade de acesso ao mercado formal de moradia e quase nenhuma margem para investimentos em melhorias habitacionais por conta própria (Santos, 2020).

Do ponto de vista racial, observa-se um dado que, à primeira vista, parece contraditório: 61% das famílias em domicílios inadequados se autodeclaram brancas, enquanto pretos e pardos somam 37%. Este aparente "paradoxo da desigualdade" pode estar relacionado a autodeclarações inconsistentes ou ao perfil histórico-racial regional, mas também pode indicar distorções no acesso às políticas públicas universais (IPEA, 2023). As populações negras, embora muitas vezes sub-representadas estatisticamente, enfrentam barreiras históricas de acesso à terra, crédito e urbanização formal (INCT, 2023).

No recorte de gênero, o dado de que 40% dos domicílios inadequados são chefiados por mulheres merece destaque. Embora o número de chefes de família do sexo masculino (60%) reflita um padrão tradicional, as mulheres responsáveis pelo domicílio costumam estar associadas a maiores índices de pobreza, menor inserção no mercado de trabalho formal e acúmulo de funções domésticas e de cuidado (FASE, 2021). Isso agrava sua exposição à precariedade habitacional e demanda uma percepção específica das políticas públicas, com foco na promoção da autonomia econômica feminina, acesso a crédito habitacional e proteção social.

O perfil sociodemográfico da população afetada pelo déficit habitacional no Maranhão revela que a questão da moradia está intrinsecamente ligada à pobreza, às desigualdades de raça e às dinâmicas de gênero. O enfrentamento dessas múltiplas condições exige políticas habitacionais comprometidas à diversidade social, com recortes específicos e ações afirmativas que rompam com os padrões históricos de exclusão e invisibilidade social. Trata-se de reconhecer que o direito à moradia é também um direito à equidade, à dignidade e à cidadania plena (Brasil, 2022).

Quanto a institucionalização da ATHIS por uma legislação específica, até junho de 2024, São Luís não possuía uma legislação própria que regulamenta a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), o que revela uma lacuna significativa na implementação de políticas públicas eficazes para a promoção de moradias dignas. A ausência

de regulamentação municipal reflete-se em várias evidências claras dessa carência. Primeiramente, destacamos a ausência de registros no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), um sistema fundamental para organizar e garantir a assistência técnica às famílias de baixa renda que necessitam de moradias adequadas. O fato de São Luís não figurar nesse sistema demonstra a falta de estrutura e organização para a aplicação da ATHIS no município, comprometendo a articulação com as diretrizes nacionais de habitação.

Além disso, um relatório do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional (IPPUR), junto ao Observatório das Metrópoles e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ), de 2019, aponta que a capital maranhense está entre os 11 municípios do estado que ainda não possuem políticas locais de ATHIS. Esse diagnóstico evidencia a defasagem em relação a outras cidades do país que já avançaram na implementação da Lei Federal 11.888/2008, que garante a assistência técnica gratuita para famílias de baixa renda. A falta de uma política local bem definida reflete a persistente exclusão das populações empobrecidas dos benefícios dessa lei, deixando-as sem o suporte necessário para a construção de moradias dignas.

Neste contexto, surge o Projeto de Lei nº 209/2023, que está em tramitação desde 18 de maio de 2023 e propõe a institucionalização da ATHIS no município de São Luís. O PL visa estabelecer a ATHIS como uma política pública municipal, alinhada às diretrizes nacionais, e introduz inovações importantes. Essas inovações incluem a criação de um cadastro de sobras de materiais de construção, divulgação de campanhas publicitárias e educativas para as populações conhecerem a ATHIS, e a priorização das zonas habitacionais de interesse social, de acordo com o Estatuto da Cidade. O projeto também prevê a criação de parcerias com universidades, visando a utilização de recursos acadêmicos para a implementação da assistência técnica, inspirado no modelo bem-sucedido da cidade de Recife. A aprovação desse projeto representa um passo crucial para a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades habitacionais da população de São Luís, proporcionando moradias mais seguras e dignas para aqueles que mais necessitam.

Quadro 3 - Principais Dispositivos do PL 209/2023

Artigo	Conteúdo	Inovação
4º	Prioriza zonas habitacionais de interesse social	Alinhamento com o Estatuto da Cidade, promovendo a inclusão social
10º	Prevê convênios com universidades e instituições	Modelo inspirado em Recife (Lei 18.501/2015)

11º	Cria sistema de cadastro de sobras de materiais de construção oriundos de construtoras	Alinhamento com a Resolução 307/2002 do CONAMA, para gestão dos resíduos da construção civil
12º	Publicização do direito à ATHIS	Alinhamento com a Lei Federal 12.527/2011, promovendo acesso a informações de interesse público para a população em geral

Fonte: Dados extraídos do Projeto de Lei nº 209/2023, disponível na Câmara Municipal de São Luís

É importante destacar que a movimentação para elaboração do PL tem a participação do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) - com sede no Maranhão (IAB/MA) - e engajamentos dos grupos de assessoria técnica e escritórios populares de arquitetura. Além disso, o PL tem como autor o Coletivo Nós, coletivo de vereadores que representam o Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras (PT). Nesse sentido, enquanto o Projeto de Lei nº 209/2023 não for implementado, São Luís continuará a descumprir a Lei Federal 11.888/2008, negando aproximadamente 28.000 famílias de baixa renda (FJP, 2023) o direito à assistência técnica gratuita para a construção de moradias dignas. A aprovação do PL representa uma oportunidade crucial para a cidade alinhar-se com outras capitais do Nordeste e garantir a implementação de políticas públicas de habitação e urbanização adequadas às necessidades da população, especialmente os grupos mais vulneráveis.

Quando trata-se das políticas públicas, o estado enfrenta uma situação crítica em relação à assistência técnica para habitação de interesse social (ATHIS), com a ausência de políticas públicas consolidadas que garantam a continuidade e a institucionalização dessa prática. Uma das principais evidências dessa lacuna é a falta de um marco legal estadual específico para a implementação de políticas de ATHIS. O único programa existente, o Programa Cheque Minha Casa (Lei 10.506/2016), embora relevante, possui um caráter temporário e é focado principalmente em reformas, sem uma previsão clara de continuidade, o que compromete a eficácia e a expansão das ações. Além disso, este Programa não atende aos requisitos da Lei Federal 11.888/2008, que estabelece a obrigatoriedade de assistência técnica na construção de moradias dignas, o que torna sua implementação incompleta e distante do modelo recomendado pela legislação federal (SECID/MA, 2024).

Outro ponto crítico é a falta de sustentabilidade financeira das ações voltadas para a ATHIS no estado. O orçamento destinado ao Cheque Minha Casa tem apresentado variações substanciais, com uma redução de 75% nos recursos entre 2018 e 2023. Em 2018, o Programa recebeu R\$ 6,3 milhões, mas, em 2023, esse valor caiu drasticamente para apenas R\$ 0,9 milhão

(SECID/MA, 2024). Esse corte orçamentário reflete sua instabilidade financeira e limita o número de famílias atendidas, dificultando a ampliação da política em um estado com grande déficit habitacional. Além disso, não há a criação de um fundo estadual específico para a ATHIS, o que fragiliza a continuidade das ações e a implementação de políticas mais estruturadas.

A descontinuidade operacional é outro fator que compromete de forma significativa a efetividade da ATHIS no Maranhão. Embora o programa Cheque Minha Casa tenha contemplado quatro municípios, em 2018, (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), esse número reduziu drasticamente para apenas dois municípios em 2021 (Buriticupu e Coelho Neto), evidenciando a dificuldade do programa em se consolidar e se expandir de maneira consistente nas diversas regiões do estado (SECID/MA, 2024). Desde sua criação, em 2017, o Cheque Minha Casa beneficiou cerca de 11,3 mil famílias distribuídas em apenas seis municípios maranhenses. Em termos de perspectivas futuras, há intenção por parte do governo estadual de dar continuidade ao programa, com a previsão de parcerias com instituições de ensino superior, como a UEMA (SECID/MA, 2024). Contudo, ao confrontarmos esse número com o total de 217 municípios existentes no Maranhão, observamos que o alcance do programa corresponde a apenas 2,76% das cidades – uma abrangência extremamente limitada frente à magnitude do déficit habitacional e das condições precárias de moradia no estado.

Portanto, o Maranhão se destaca por ser um dos poucos estados do Nordeste que ainda não possui uma legislação e política social contínua sobre ATHIS, contrastando com estados vizinhos que avançaram na institucionalização dessa prática. Conforme dados da Situação do SNHIS, por exemplo, o estado apresenta o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) em situação pendente, apesar de o fundo estar em situação regular, atendendo às exigências do SNHIS (Brasil, 2025). Em contrapartida, o Observatório ATHIS do CAU/BR (2024) aponta que municípios como Fortaleza e Salvador já possuem leis municipais bem estruturadas, com orçamentos e atendimento a dezenas de famílias, inclusive, com frentes de escritórios públicos (Tabela 5). Nesse sentido, a atual situação do Maranhão em relação à ATHIS é marcada por desafios estruturais e financeiros que limitam a capacidade do estado de oferecer moradias dignas e seguras para as famílias de baixa renda. A falta de um marco legal estadual, bem como municipal, a escassez de recursos financeiros e a descontinuidade dos programas são obstáculos significativos para a implementação de políticas públicas eficazes e sustentáveis nesse campo.

Tabela 5 - Implementação da ATHIS em Capitais do Norte e Nordeste (2024)

Cidade	Ano da Lei	Identificação da Legislação	Escritório Público/Órgão
Salvador	2012	Lei Municipal nº 8287, de 16 de maio de 2012.	SEINFRA (Escritório Público de Arquitetura)
Fortaleza	2020	Instrução Normativa Municipal nº 05, de 23 de novembro de 2020.	SEUMA (Escritório e Canteiro Popular – CEPRO)
Belém	2012	Lei Municipal nº 8.960, de 12 de dezembro de 2012	Não definido
Recife	2023	Lei Municipal nº 19.081, de 28 de junho de 2023.	SEPLAN (Escritório Público de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social da cidade de CONDE)
Rio Branco	2009	Lei Municipal nº 1763, de 04 de novembro de 2009	Não definido
Porto Velho	2021	Lei Municipal nº 2.846, de 19 de agosto de 2021	Não definido
São Luís	Aprovado	PL nº 209/2023	Não definido

Fonte: OBSERVATÓRIO ATHIS 2024, CAU/BR

Sobre a oferta de editais públicos ou convênios voltados para a contratação de serviços técnicos sociais em habitação, no Maranhão, a disponibilidade é limitada, mas existem algumas iniciativas pontuais, especialmente em níveis municipais e estaduais, que buscam fomentar a melhoria das condições habitacionais para famílias de baixa renda. De modo geral, a ausência de um marco legal estadual consolidado e a alocação limitada de recursos para a assistência técnica têm contribuído para essa lacuna. Embora existam iniciativas pontuais, como o Programa Cheque Minha Casa, instituído pela Lei nº 10.506/2016, que oferece recursos para reformas habitacionais, essas ações não atendem integralmente aos requisitos da Lei Federal nº 11.888/2008, que estabelece a obrigatoriedade da assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de moradias. Além disso, a escassez de profissionais capacitados e a descontinuidade administrativa dificultam a consolidação de políticas públicas efetivas nessa área.

1. Convênios Municipais e Estaduais:

Alguns municípios maranhenses, como São Luís e Imperatriz, têm buscado estabelecer convênios com instituições de ensino superior (como a UFMA, UEMA, e IFMA) para a realização de ações de assistência técnica em habitação, mas essas parcerias, em sua maioria, são esporádicas e não garantem a continuidade dos serviços ou a cobertura em larga escala.

Por exemplo, São Luís, que está em processo de implementação do Projeto de Lei nº 209/2023, vislumbra a formalização de parcerias com universidades, como a UFMA, para fortalecer o atendimento às famílias de baixa renda, com foco na melhoria das condições habitacionais. No entanto, o PL 209/2023 (que foi aprovado) ainda não foi publicado no Diário Oficial do município, até julho de 2025, o que impede a formalização de editais ou convênios estruturados.

2. Editais de Programas Estaduais:

O governo estadual também tem iniciativas pontuais, como o Programa Cheque Minha Casa (Lei nº 10.506/2016), que destina recursos para a melhoria das condições habitacionais, focando em reformas e intervenções no estado. Contudo, esse Programa não tem o foco específico em serviços técnicos sociais, sendo mais voltado para a execução de reformas, o que limita a inclusão de aspectos de planejamento urbanístico ou melhorias em infraestrutura social. Além disso, o Maranhão não possui um marco legal estadual específico para a ATHIS, como já dito, ou para a contratação de serviços técnicos sociais em habitação de forma ampla. A ausência de um fundo estadual dedicado à ATHIS ou a criação de um sistema de contratação contínua de serviços técnicos sociais impede o avanço de editais estruturados e com continuidade.

3. Editais Federais:

No cenário federal, existem algumas políticas públicas e editais nacionais voltados para a assistência técnica em habitação, especialmente vinculados a programas do Ministério das Cidades e do Ministério do Desenvolvimento Regional, que visam promover a melhoria da qualidade da moradia em áreas urbanas e rurais. Esses editais são, muitas vezes, oferecidos por meio de convênios com municípios e estados, mas a participação do Maranhão nesses programas tem sido limitada, em parte pela falta de uma infraestrutura institucional capaz de responder de forma eficaz a esses processos.

Atualmente, os editais públicos ou convênios para a contratação de serviços técnicos sociais no Maranhão são escassos e, quando existem, estão frequentemente restritos a iniciativas pontuais e a municípios específicos. A falta de um marco legal estadual específico, a falta de recursos contínuos e a descontinuidade de programas dificultam a implementação de uma política habitacional robusta e sustentada, que assegure a oferta de serviços técnicos sociais para as famílias maranhenses de forma eficaz e contínua.

Se tratando da existência de vagas públicas ou oportunidades privadas voltadas para ATHIS, o estado enfrenta um cenário desafiador. A assistência técnica para habitação de

interesse social (ATHIS) é um campo fundamental para garantir condições dignas de moradia para as populações de baixa renda, mas as oportunidades no estado ainda são limitadas. A seguir, apresenta-se uma análise das oportunidades nesse setor, tanto no contexto público quanto privado.

1. Oportunidades no Setor Público

● Concursos Públicos e Vagas em Órgãos Públicos

No setor público, as oportunidades para a atuação na assistência técnica social em habitação são escassas, embora existam vagas em cargos de gestão habitacional ou planejamento urbano. Vários concursos públicos realizados pelas prefeituras municipais e pelo governo estadual têm o potencial de incluir vagas para profissionais de arquitetura, urbanismo, engenharia civil e assistência social, com o objetivo de atuar em projetos habitacionais ou em ações relacionadas ao planejamento urbano. No entanto, essas vagas são esporádicas e, em geral, não focam especificamente em ATHIS, mas abrangem outras áreas de gestão urbana e planejamento territorial.

Por exemplo, a Prefeitura de São Luís, SECID, Secretaria de Habitação e outros órgãos públicos do estado poderiam abrir editais para concursos públicos que incluam, indiretamente, funções relacionadas ao setor habitacional, como gestão de políticas habitacionais, urbanização de favelas e reformas de moradias. Aliás, complementando programas implementados, como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No entanto, essas vagas não têm a ATHIS como foco prioritário, e as políticas públicas para ATHIS ainda são incipientes (Maranhão, CAU/MA, 2023).

● Convênios e Programas Públicos

Embora a assistência técnica social em habitação não esteja amplamente institucionalizada no Maranhão, existem convênios e programas públicos que criam algumas oportunidades indiretas. Por exemplo, o Programa Cheque Minha Casa, instituído pela Lei nº 10.506/2016, proporciona recursos para reformas habitacionais, mas com um foco maior em reformas de moradias e não na criação de novos projetos urbanos ou melhorias substanciais nas condições habitacionais. Convênios com universidades, como a UFMA e a UEMA, podem gerar oportunidades para profissionais de arquitetura e urbanismo nos projetos habitacionais promovidos pelo governo, embora essas oportunidades sejam limitadas e não estruturadas para garantir continuidade (SECID/MA, 2023).

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) também oferece recursos para estados e municípios implementarem projetos habitacionais, mas a falta de uma estrutura

estável de gestão de ATHIS no Maranhão dificulta a criação de vagas específicas voltadas para a atuação contínua desses profissionais (Brasil, 2008).

2. Oportunidades no Setor Privado

● Consultorias e Escritórios de Arquitetura e Urbanismo

O setor privado também oferece algumas oportunidades para a assistência técnica social em habitação, mas essas vagas estão principalmente associadas a consultorias privadas, encabeçadas por grupos de assessorias (como o “Nós Assessoria Técnica”) e escritórios populares de arquitetura e urbanismo que atuam em projetos habitacionais para famílias de baixa renda (como o escritório Porta e Janela). Esses profissionais podem ser contratados para elaborar projetos de moradias ou para atuar em assessorias técnicas relacionadas a melhorias habitacionais e reformas. No entanto, as oportunidades são limitadas e geralmente surgem em grandes projetos urbanos, como os desenvolvidos em parcerias público-privadas ou por meio de ONGs que operam na área de habitação de interesse social (Informação obtida em entrevistas com profissionais da área, 2025).

● ONGs e Programas de Assistência Social

São recentes as Organizações Não Governamentais (ONGs), que atuam no Maranhão, que têm se dedicado ao desenvolvimento de projetos de assistência técnica social em habitação, serviços de melhorias habitacionais e autogestão de moradias. Algumas dessas ONGs e institutos oferecem oportunidades de trabalho para profissionais especializados, como arquitetos, urbanistas, assistentes sociais e engenheiros civis. Organizações como a União por Moradia Popular do Maranhão e Instituto da Casa Maranhense desenvolvem projetos de construção e reforma de habitação social que visam melhorar as condições de moradia em áreas de risco e de baixa renda, demandando a contratação de profissionais para implementar ações de urbanização ou melhorias habitacionais (Maranhão, 2025).

Essas oportunidades estão frequentemente vinculadas a financiamentos específicos ou parcerias com instituições públicas e privadas, que garantem os recursos necessários para a realização das atividades. Apesar de ainda serem limitadas, as ONGs e empresas privadas que operam no Maranhão têm se mostrado como alguns dos principais agentes de mudança em relação à melhoria das condições habitacionais das populações mais pobres.

3. Desafios para o Setor

Os desafios enfrentados para ampliar as oportunidades no setor de assistência técnica em habitação incluem, no Maranhão e nas demais regiões do país:

1. Falta de uma Política Pública Consolidada: A ausência de um marco legal estadual para regulamentar a ATHIS dificulta a institucionalização da política, tornando as oportunidades de trabalho esparsas e sem continuidade (Velasco, 2023).

2. Escassez de Recursos: A alocação limitada de recursos para a assistência técnica nos orçamentos públicos estaduais e municipais restringe a expansão dos programas de ATHIS (Velasco, 2023).

3. Capacitação Profissional Insuficiente: A falta de capacitação específica de profissionais para atuar na assistência técnica social também representa um obstáculo para o fortalecimento do setor e para o atendimento das necessidades habitacionais no estado (Velasco, 2023).

Embora existam algumas oportunidades públicas e privadas para a atuação em assistência técnica social para habitação no Maranhão, elas são ainda limitadas, com escassez de recursos financeiros, falta de continuidade nos programas e ausência de um marco legal para garantir o desenvolvimento de uma política pública de ATHIS eficiente. O setor público oferece oportunidades esporádicas por meio de concursos públicos, programas estaduais e convênios com universidades, enquanto o setor privado conta com iniciativas de ONGs e empresas de arquitetura que atuam em projetos habitacionais de interesse social. Para que o Maranhão possa avançar na implementação de políticas públicas eficazes de assistência técnica social em habitação, é essencial uma estratégia de longo prazo que inclua investimentos sustentáveis, capacitação de profissionais e a criação de um marco legal estadual que permita garantir a continuidade e a eficiência dessas políticas.

Quando trata-se dos espaços de capacitação e profissionalização, um dos principais espaços de formação para a atuação em Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) é o Curso de Especialização em Assessoria Técnica, oferecido pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O curso, que é voltado para profissionais da área de arquitetura e urbanismo, tem como objetivo capacitar os participantes para o desenvolvimento de projetos de assessoria técnica, focando nas demandas de habitação social e nas práticas de ATHIS. A última turma desse curso foi formada em 2019, o que indica uma descontinuidade na oferta dessa especialização na região.

Algumas universidades locais, como a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e o Centro Universitário UNDB, abordam temas relacionados à ATHIS em algumas de suas disciplinas, particularmente nos cursos de arquitetura, urbanismo e engenharia civil. No entanto, a oferta de capacitação específica para ATHIS ainda é limitada e pouco sistematizada,

o que reflete a falta de uma política estadual estruturada de capacitação contínua para os profissionais que atuam nessa área. Esses cursos e disciplinas são essenciais para formar um quadro técnico qualificado, mas a oferta ainda precisa ser expandida e regularizada, considerando as lacunas existentes na formação de profissionais especializados em ATHIS no estado.

Já, acerca do papel do CAU/MA no estímulo e fortalecimento das ações em ATHIS, o Conselho tem desempenhado algumas ações pontuais. Por meio de algumas iniciativas, como oficinas, palestras e seminários, o CAU/MA tem buscado conscientizar a população, as universidades e os profissionais da área sobre a importância da ATHIS e a implementação de políticas públicas que garantam moradias dignas para famílias de baixa renda. A trajetória de incentivo e fortalecimento das ações de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) no Maranhão, liderada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão (CAU/MA), reflete um avanço na sensibilização e capacitação da sociedade e dos profissionais da área. No entanto, as atividades são mais frequentes no ano de 2024.

Em 2024:

I. **Novembro:** O evento "Arquitetura para Todos", realizado no bairro da Liberdade em São Luís do Maranhão, buscou conscientizar a população sobre seus direitos habitacionais, frente a Lei Federal nº 11.888/2008 e promover um debate sobre o acesso dos serviços de arquitetura para atendimento a comunidades e populações de baixa renda. A iniciativa buscou a participação de todo o Território da Liberdade, que atualmente engloba cinco bairros: Liberdade, Camboa, Fé em Deus, Diamante e Sítio do Meio. O evento teve a participação de apoio o escritório popular Porta e Janela, o grupo Nós assessoria técnica, o Tribunal de Justiça do Maranhão e o Projeto Viva Quilombo (CAU/MA, 2024).

II. **Outubro:** O I Seminário de Práticas do Ensino em ATHIS, com foco em patrimônios históricos, envolveu a participação de 5 instituições de ensino (UEMA, UNDB, UNICEUMA, Estácio e Anhanguera) e foi um marco importante para a promoção do conhecimento e da capacitação acadêmica no tema de ATHIS em Patrimônios Históricos. O seminário ocorreu no auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Estadual do Maranhão, e teve como principais participantes os discentes de arquitetura e apoios: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Maranhão (IPHAN/MA) e a

Fundação Municipal de Patrimônio Histórico de São Luís (FUMPH). Para ampliação da discussão, foi convidado o prof. Dr. João Paulo Schwerz, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (CAU/MA, 2024).

III. **Agosto:** A Oficina sobre Planos Municipais de Habitação de Interesse Social (PMHIS) buscou tematizar o crescimento da ATHIS nos municípios brasileiros, bem como a capacitação para elaboração e revisão dos Planos Municipais de Habitação, destacando a necessidade de planejamento e articulação para a implementação de políticas públicas eficazes. O evento ocorreu em Blumenau/SC e contou com a participação de estudantes, profissionais, ONGs, membros de movimentos sociais e população local (CAU/MA, 2024).

É importante ressaltarmos que, mesmo com o registro de três atividades no segundo semestre de 2024, há uma significativa lacuna de ações e iniciativas voltadas para a ATHIS no período de 2019 a 2024. No portal oficial do Conselho, não há justificativas e notas públicas que expliquem a ausência dessas ações, o que evidencia um vácuo institucional preocupante. O fomento à ATHIS, que já era mínimo, como veremos abaixo, sofreu um processo de paralisação ainda anterior à pandemia de COVID-19 e só recentemente começa a apresentar sinais de retomada. Essa descontinuidade revela como a temática da assistência técnica em habitação de interesse social tem ocupado um lugar marginal na agenda política e profissional do CAU/MA, mesmo diante da sua centralidade para a efetivação do direito à moradia digna. Apontamos isso porque os Conselhos Estaduais de Arquitetura e Urbanismo, desde a deliberação, em 2016, devem destinar, no mínimo, 2% das receitas de arrecadação para ações estratégicas de ATHIS (CAU/BR, 2021). Então, onde foram alocadas as receitas?

Em 2019-2018

I. **Outubro/2019:** O CAU/MA se reuniu com cinco profissionais de arquitetura – Shirlen Cabral, Marcos Dias, Ivamberto Pereira, Maira Costa E Bruna Andrade – para debater acerca das possibilidades de atuação profissional em empreendimentos de interesse social, com base na Lei Federal 11.888/2008. A reunião aconteceu na sede do CAU/MA (bairro do São Francisco, em São Luís). Como parte da reunião, o presidente apresentou uma proposta de um plano piloto em arquitetura social em escolas comunitárias.

II. **Dezembro/2018:** Durante a 1ª Semana do Arquiteto e Urbanista em Caxias, o CAU/MA promoveu discussões sobre o “Empreendedorismo em Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social e Mobilidade Urbana”, com finalidade de debater possibilidades de atuação no mercado e buscar soluções básicas para a arquitetura e urbanismo. O evento contou com uma visita técnica em pontos de crescimento urbano da cidade de Caxias. Além disso, o então presidente do CAU/MA, ministrou uma palestra sobre assentamentos precários para os estudantes de graduação.

III. **Agosto/2018:** O Seminário de Empreendedorismo na ATHIS trouxe um evento para diálogo com profissionais, entidades e órgãos públicos, destacando a importância da elaboração de uma legislação estadual de ATHIS, bem como buscando investimentos para fomento das ações voltadas para o mercado que atendessem a população de baixa renda, enquanto modelos de negócio para a ATHIS. A iniciativa reafirmou o papel da inovação no fortalecimento das práticas assistenciais na área habitacional. O evento ocorreu no auditório do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB, na cidade de São Luís.

Assim, abaixo, a tabela 07 com o resumo das ações do CAU/MA no período de 2018 a 2024:

Tabela 6 - Tipologia de Ações do CAU/MA (2018-2024)

Tipo de Ação	Quantidade	Público Alvo	Parcerias
Oficinas	1	Técnicos Municipais	CAU/SC
Seminários	2	Profissionais, Estudantes	IPHAN/MA, FUMPH, IES de Ensino
Eventos de conscientização	2	Comunidades, Estudantes, Profissionais	TJ/MA, VivaQuilombo, IES de Ensino, Escritório Porta e Janela, Grupo Nós
Reunião	1	Profissionais	Sem parceria

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Portanto, desde 2018, as ações promovidas pelo CAU/MA no campo da ATHIS têm se mostrado insuficientes, concentradas em um número reduzido de iniciativas. Nenhuma das atividades realizadas até o momento envolveu a participação em editais de patrocínio – prática essa já consolidada em outras regiões do Brasil. Esse cenário evidencia a marginalização da

ATHIS no Maranhão, com baixa adesão comunitária e pouco diálogo com a sociedade. Além disso, duas das seis atividades estão centradas na ATHIS enquanto um ambiente propício para o mercado, isto é, como um posto para empreender um modelo de negócio e captar clientes. Essa questão retoma o que já discutimos nos capítulos anteriores, em que a moradia, é sobretudo, um campo de conflito de interesses. Embora se perceba um esforço recente de retomada, o CAU/MA ainda enfrenta outros desafios importantes para garantir a continuidade, a capilarização e o fortalecimento efetivo das ações de ATHIS no estado. Dentre eles:

1. **Baixa adesão de prefeituras:** Apenas **dois** municípios do Maranhão (Caxias e São Luís) participaram das iniciativas de ATHIS, o que representa uma barreira significativa para a implementação de políticas públicas mais abrangentes e eficientes.

2. **Dificuldade de continuidade das ações:** Muitas das iniciativas organizadas são pontuais, e a falta de continuidade tem dificultado a consolidação de políticas públicas permanentes em ATHIS.

3. **Necessidade de maior articulação com o Legislativo estadual:** Para que as ações em ATHIS se tornem efetivas e sustentáveis a longo prazo, é essencial fortalecer a articulação entre o CAU/MA e o Legislativo estadual, promovendo o desenvolvimento de legislação estadual que apoie a implementação contínua da ATHIS.

Ademais, observamos que a maioria dos eventos permanece restrita ao ambiente universitário ou aos espaços corporativos da arquitetura, distantes dos territórios que mais demandam políticas habitacionais inclusivas.

4.3 Os profissionais de arquitetura e as práticas de assessoria e assistência técnica em habitação de interesse social: objetividade e subjetividade

Nesta seção, apresentamos a análise das condições objetivas e subjetivas do trabalho social de profissionais de arquitetura, tendo como referência as entrevistas semiestruturadas. A partir das narrativas sobre suas trajetórias pessoais e profissionais, buscamos evidenciar como suas escolhas, inserções e práticas se constituem no entrelaçamento entre a história de vida, as condições concretas de trabalho e os sentidos atribuídos à profissão. Assim, os relatos permitem apreender tanto os elementos estruturais que condicionam a atuação dos participantes quanto às formas subjetivas com que cada um interpreta e responde a esses condicionantes. Assim, primeiramente elaboramos o Quadro 3, abaixo com o perfil socioeconômico dos participantes:

Quadro 4 - Perfil socioeconômico dos participantes

Ptc	Cidade de Nascimento	Idade	Gênero	Cor/Raça	Estado Civil	Formação Complementar	Renda Mensal (salários mínimos)	Horas Semanais de Trabalho
P1	Belém do Pará	45	Mulher cisgênera	Parda	Casada	Mestrado (Meio Ambiente), Especialização (Design de Interiores)	3 a 6	Até 40
P2	São Luís	30	Mulher cisgênera	Preta	União estável	Especializações (Patrimônio Histórico, Design de Interiores e Iluminação)	3 a 6	Mais de 40
P3	São Luís	32	Homem cisgênero	Parda	Solteiro	Graduação em Música, Especializações (Assessoria Técnica, Direito Ambiental Urbanístico e Agrário), Mestrado (Cartografia Social), Diplomado (Povos, Políticas e Territórios)	6 a 9	Mais de 40
P4	São Luís	33	Homem cisgênero	Preto	Solteiro	Especialização incompleta em Assessoria Técnica	9 a 12	Mais de 40
P5	São Luís	33	Mulher cisgênera	Parda	Solteira	Especialização (Assessoria Técnica), Mestrado (Design), Técnico em Design de Produto	3 a 6	Mais de 40

P6	Brasília	48	Mulher cigênera	Parda	Casada	Doutorado (Arquitetura), Especializações (Arquitetura Sustentável, Gerenciamento de Projetos, Arquitetura Hospitalar)	6 a 9	Mais de 40
P7	São Luís	33	Mulher cigênera	Parda	União estável	Mestranda em Políticas Públicas	1 a 3	Mais de 40

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Com base na caracterização do grupo entrevistado, é possível sintetizar algumas observações relevantes: a amostra é composta por cinco mulheres e dois homens, todos autodeclarados pretos ou pardos, com idades entre 30 e 48 anos. Todos os participantes residem em São Luís do Maranhão, embora dois tenham nascido em outras localidades – P1 em Belém (PA) e P7 em Brasília (DF). A maioria possui formação complementar em cursos de pós-graduação, com especializações e mestrados em áreas relacionadas à arquitetura e ao urbanismo. A renda mensal dos entrevistados varia: um recebe entre 1 e 3 salários mínimos (P8); três entre 3 e 6 salários mínimos (P1, P2 e P5); dois entre 6 e 9 salários mínimos (P3 e P7); e um entre 9 e 12 salários mínimos (P4). Todos os profissionais atuam em mais de uma frente de trabalho, conciliando atividades diversas para garantir estabilidade financeira. Entre essas frentes, destacam-se escritórios próprios (P2, P5, P6 e P7), vínculos com o setor público (P7), atuação universitária (P1), participação em institutos e organizações sem fins lucrativos (P3 e P4).

O perfil dos entrevistados revela um grupo marcado pela diversidade de experiências, mas também por traços comuns que evidenciam um padrão de inserção profissional comprometido com o campo social da arquitetura. A concentração de pós-graduações e formações complementares aponta para um esforço contínuo de qualificação e formação técnico-política, muitas vezes exigida para legitimar uma atuação que, por não estar centralizada no mercado tradicional da arquitetura, carece de maior reconhecimento institucional. Composto majoritariamente por mulheres negras e pardas, na faixa etária entre 30 e 48 anos, o grupo expressa uma presença significativa de sujeitos historicamente sub-representados na profissão, inclusive, diferente do Censo 2020 (CAU/BR, 2022) com recorte no estado do Maranhão. De acordo com a pesquisa do Conselho, 41% dos trabalhadores da arquitetura do Maranhão são brancos, com maior percentual de profissionais com idade de 18 a 30 anos (39%) e mulheres (54%).

Após a caracterização do perfil dos participantes, avançamos para a análise dos principais pontos emergentes nas entrevistas, com o objetivo de compreender como se entrelaçam as dimensões objetivas e subjetivas da prática profissional na ATHIS. A partir das trajetórias e experiências singulares dos entrevistados, buscamos identificar os sentidos atribuídos ao trabalho social em arquitetura, especialmente considerando as múltiplas possibilidades de atuação na profissão – como interiores, patrimônio ou urbanismo. Dessa forma, iniciamos nossa análise usando como base uma questão central: Por que trabalhar com Habitação de Interesse Social? E mais ainda, por que fazê-lo de forma autônoma? Sobre a pergunta, os participantes deram as seguintes respostas:

P2 - Eu acho que o meu interesse já existia. Mas, eu acho que o meu interesse aflorou muito mais dentro do Porta e Janela.³ Não é uma coisa que eu sempre tive vontade de trabalhar com a habitação de interesse social. Então, eu aprendi no dia a dia, que aquilo é uma coisa que me satisfaz enquanto pessoa. Então, eu acho que o Porto de Janela também foi muito importante para mim com relação a isso.

P3 - Pois é, o meu interesse foi porque eu não gostava mesmo desse grupo...desse tipo de cliente classe alta. E eu não gostava, não sabia trabalhar, tipo...Não sabia especificar, tipo, porcelanato. Tipo de pedrinha pra colocar numa mesa...Não, não quero isso! Eu quero acessar as pessoas que tem necessidades básicas, que precisam fazer o básico... E aí veio. Uma parte do meu interesse com o trabalho social é que eu fui ComOrg do Erea Ilhas⁴. E eu fiquei muito lá dentro junto com eles. E aí, tipo, ficou muito nessa questão social. Social, social... que também carrega uma grande culpa disso também.

P4 - Então...Desde a graduação eu trabalho com isso: os métodos autogestionários, os métodos participativos. Métodos, métodos e métodos que a gente tem na graduação. Porque quando a gente é estudante a gente experimenta. A gente experimentou muito. E aí eu fui convidado pra começar a trabalhar com ele aqui na União⁵. Como a gente tinha o EMAU⁶, e aí tinha um contato maior com a galera da Moradia. Quem trabalha com isso - tinha uma galera que era próxima à Moradia - que a gente trabalha com ela também. E aí foi experimentando, experimentando, experimentando.

P5 - Na verdade... como eu falei, isso é uma coisa muito minha. Desde que eu entendo, eu sempre pensei muito no coletivo. Então, eu queria fazer alguma coisa que, de alguma forma, respinga isso pra sociedade. Com o meu trabalho, eu entregasse algo bom, né?! Algo que fosse dar o resultado pra outras pessoas, que mudasse a vida das outras pessoas. Então, eu sempre tive isso muito, muito latente em mim. E quando eu tive acesso ao curso de assessoria técnica, eu não fazia ideia também... não fazia ideia do que se tratava. Porque a gente ouvia muito falar em assistência técnica... a gente sabe que assistência técnica é um pouco diferente da assessoria, porque a assessoria

³ É o primeiro escritório popular de arquitetura e urbanismo. Prestam serviços com elaboração de projetos e reformas habitacionais e institucionais, como escolas e centros comunitários.

⁴ Termo usado para se referir ao monitor que está a frente da organização do evento. Nesse caso, o participante se refere ao Encontro Regional de Arquitetura (EREA) que ocorreu na cidade de Alcântara - MA, em 2016.

⁵ O participante está se referindo à União Nacional por Moradia Popular, entidade política nacional de luta pela moradia.

⁶ O participante está se referindo ao Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, um projeto de extensão universitária e de organização estudantil.

dá autonomia pras pessoas, que participam do processo. Diferente da assistência, que você tá ali, você não ensina os meios, você não dá independência pras aquelas pessoas. Então, eu entrei no curso sem saber muito bem do que se tratava. E quando eu entendi, eu realmente entendi! Percebi que era aquilo que eu tava procurando, mas não sabia o que era. Então, foi muito bom! E aí eu encontrei os meninos... também com outras perspectivas e experiências, e acabou que agregou bastante. Então, é uma coisa assim de... é de mim mesmo, é minha. Então, tipo, não acordei e pensei: “não, vou trabalhar pra sociedade”. É porque realmente eu gosto. Eu gosto de estar... eu sou muito dinâmica, eu não gosto de escritório, de ficar sentada, eu gosto de estar na rua, de estar em obra, eu sou muito de ação.

P6 - Foi desde pequena... com influências da minha mãe. Eu sempre fui muito amiga da minha mãe. Minha mãe é médica e ela sempre foi pediatra, mas ela nunca gostou de trabalhar no privado, ela sempre gostou de trabalhar no SUS. Então, primeiro ela trabalhava no Dutra⁷, depois ela trabalhava no Materno Infantil⁸. Depois ela atendia em postos de saúde, UPA. Até hoje, minha mãe tem 75 anos, ela trabalha. Agora ela está lá em Santa Inês atendendo no hospital público lá. Então, aqui ela atende, até hoje, ela atende só em hospital público [...] E deu assim, bateu mesmo o martelo, foi quando eu resolvi fazer o doutorado... E a pandemia me derrubou. A gente viu o quanto era necessário, o quanto as pessoas realmente precisam, o quanto as pessoas não tem ninguém pra assessorar, pra ensinar como é que aquilo acontece, o porquê que aconteceu, porquê que a casa dela tá daquele jeito.

Em primeiro lugar, com base nos relatos, o interesse dos participantes em atuar com ATHIS não surge de forma repentina, mas se enraíza em experiências pessoais, sociais e profissionais que vão moldando sentidos subjetivos ao longo da vida. A entrevistada P5, por exemplo, expressa de maneira objetiva esse aspecto, ao afirmar que a escolha por atuar socialmente é “de mim mesmo, é minha”, dando indícios para uma compreensão interior construída desde muito cedo. Sua fala traduz a concepção de trabalho como expressão de uma práxis vivida, situada e profundamente atravessada pelo desejo de contribuição e transformação social. Como discutido no primeiro capítulo, o trabalho é mais do que um meio de sobrevivência; é atividade fundante do ser social (Antunes, 2009), no qual o sujeito se reconhece naquilo que realiza e atribui sentido ao seu fazer. O interesse da P5, portanto, vai além de uma escolha profissional - mas também representa uma posição ética e política de estar no mundo, como sujeito histórico.

Outros participantes destacam como esse desejo se aprofunda no contato com espaços de troca e aprendizado coletivo. Por exemplo, P2 menciona o escritório popular Porto e Janela como experiência fundamental para a consolidação de seu interesse, pois “não é uma coisa que eu sempre tive vontade de trabalhar”, mas que a prática concreta, sobretudo com outros profissionais engajados, a fez descobrir uma satisfação pessoal ao perceber o impacto direto de

⁷ A participante está se referindo ao Hospital Universitário HU-UFMA (Unidade Presidente Dutra), localizado no bairro do Centro, em São Luís do Maranhão.

⁸ Hospital Universitário Unidade Materno Infantil, também localizado no bairro do Centro, em São Luís.

seu trabalho na vida das pessoas. Esse processo de descoberta mostra como a subjetividade se constrói coletivamente, e reforça a ideia de que a consciência é também produto da experiência. Como aponta Oliveira (1986), o sujeito é, ao mesmo tempo, indivíduo singular e social, e é na convivência com os outros que aprende suas condições e transforma sua visão de mundo. Por isso, P2 evidencia esse processo, mostrando que o sentido de seu trabalho emergiu da escuta, da convivência e do envolvimento real com as comunidades.

De forma semelhante, P3 relata que seu desinteresse pelo modelo tradicional de atuação na arquitetura - voltado para a “classe alta” - somou-se a experiências ativistas, como a participação no EREA Ilhas, para despertar seu compromisso com a arquitetura e a questão social. Para ele, há um significado maior em trabalhar tendo acesso às pessoas, ajudando-as, do que especificando detalhes de objetos. Ressalta também seu envolvimento em coletivos e eventos políticos, como potencializadores para uma escolha de atuação que recusa a neutralidade da profissão. O campo do trabalho social, nesse sentido, aparece como espaço de sentido e de militância - uma alternativa ética e política à alienação dos modelos convencionais. Como vimos com Iasi (2022), em tempos de serialização, a subjetividade tende a se fragmentar, e o trabalho se torna apenas mais um “nó” entre outros. No entanto, para P3 o engajamento com a ATHIS oferece uma ruptura possível com essa lógica, pois está inserido em práticas que produzem mudança e consciência.

O interesse com o trabalho social também se constrói na formação acadêmica e na aproximação com movimentos populares, como indica P4. A convivência com grupos da luta por moradia, desde a graduação, e a atuação no Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) contribuíram para o amadurecimento da escolha por trabalhar com ATHIS. Sua trajetória revela o papel essencial das experiências universitárias em fomentar o interesse e construir repertórios técnicos e políticos alinhados à prática social. Segundo P4, foram nesses espaços que puderam experimentar novos campos da arquitetura. Como discutido anteriormente, a formação em arquitetura, quando centrada apenas na técnica e no mercado, tende a invisibilizar o papel social da profissão. No entanto, como destacam Fuão e Solis (2018), é necessário deslocar a formação do arquiteto para o campo ético e político, superando o logocentrismo e abrindo espaço para a recepção ao “Outro” como alteridade. A formação e capacitação, nesse caso, torna-se espaço de construção pessoal e social, e a aproximação com a autogestão e os movimentos populares conduz novas formas de fazer arquitetura.

Já o relato de P6 revela como as referências familiares também desempenham papel crucial na formação do interesse pela ATHIS. O exemplo de sua mãe, médica atuante no SUS,

marca profundamente sua escolha de vida. Ao narrar a trajetória da mãe (e melhor amiga) como inspiração para seu compromisso com o público, P6 expressa como a subjetividade é determinada numa cultura familiar. Esse vínculo se fortalece no contexto da pandemia, quando a precariedade das moradias e a falta de orientação técnica tornam-se mais visíveis, catalisando sua decisão de aprofundar os estudos e investir na atuação com ATHIS. Como aponta Marx (2015) a subjetividade humana se forma nas condições objetivas, e essas condições, por sua vez, podem ser transformadas pela ação dos sujeitos. Isto é, abre caminhos para uma prática consciente, que nasce do reconhecimento das contradições concretas e da vontade de superá-las.

Assim, como discutido no primeiro capítulo, o trabalho exerce uma influência profunda na constituição dos sentidos que atribuímos à vida, seja dentro, seja fora do espaço laboral. Mesmo diante da precarização e das transformações que fragilizam o mundo do trabalho na contemporaneidade, seguimos buscando, cotidianamente, maneiras de nos reconhecer no que fazemos. A necessidade de pertencimento e de realização não some com a instabilidade; pelo contrário, se intensifica. Nesse sentido, como aponta Antunes (2009), o trabalho continua sendo “uma atividade fundante da vida humana”, e é justamente essa centralidade que faz com que, mesmo em condições adversas, ainda nos mobilizemos para encontrar sentido no fazer cotidiano. A análise das entrevistas evidencia esse movimento: o esforço dos profissionais para conciliar as exigências objetivas do mercado com seus compromissos éticos e as dimensões subjetivas que dão propósito às suas práticas.

Para os participantes, o trabalho social na arquitetura representa mais do que uma ocupação profissional - é um caminho de realização pessoal e de transformação coletiva. Apesar das dificuldades enfrentadas no setor, como a precariedade das condições de trabalho e a escassez de financiamento, os profissionais entrevistados atribuem sentido à sua prática a partir do engajamento com uma causa maior. O exercício da ATHIS aparece como expressão concreta de um projeto de vida, onde se conectam identificação, compromisso ético e ação transformadora. Como demonstram os seguintes trechos, o significado do trabalho não se reduz ao retorno financeiro, mas se materializa na realização de um sonho:

P2 - Eu acho que o momento que eu tô vivendo no trabalho é muito de virada de chave, de conquistar mesmo. E pra mim é um momento de mudança, tanto na minha vida quanto na vida de outras pessoas. Porque quando a gente trabalha dentro de um escritório, que tu trabalha com reformas interiores, claro que tu tem um impacto grande na vida e no dia a dia das pessoas. Inclusive, tô fazendo um projeto pra um casal que tá sendo incrível. É o primeiro apartamento que eles compraram com maior esforço, então tipo, na primeira apresentação ela já chorou. Então isso é uma coisa que também mexe muito comigo. Mas trabalhar, por exemplo, com Minha Casa,

Minha Vida, tu tem a possibilidade também de dar uma mudança de vida absurda pra outras pessoas, sabe? Quando a gente tá dentro da faculdade, a gente vive muito no mundo ideal. Quando a gente trabalha com a computação de interesse social, com técnicas construtivas tradicionais, eu lembro muito da faculdade e eu acho que é muito no mundo ideal. Mas quando tu vai pra dentro das comunidades, na realidade, que todo mundo quer uma casa de alvenaria. [...] Além de tudo, é um sonho. Além de tudo, é como se virasse uma chave no teu dia a dia.

P3 - ATHIS...O que isso significa pra mim...Tantas coisas! Varia muito do momento, mas é tentar de alguma forma.. É... melhorar o mundo, sabe?! Melhorar minha comunidade. Ter essa...Esse... É basicamente Isso. Mas, às vezes eu faço pelo amor e as vezes eu faço pelo ódio. Pelo... Não tem mais ninguém que consegue fazer isso, sabe? que eu preciso fazer. É, É muito isso... Que não é só trabalho, é algo que já vem como militância mesmo, como luta. Uma luta que eu tô carregando – não sei se eu vou carregar pra sempre – mas é algo que marca um grande espaço da minha vida.

P4 - Então, desde 2011, quando eu pisei na faculdade, eu falei: “vou fazer isso aqui que eu acho que eu vou conseguir trabalhar no meu bairro”. A ideia era essa. [...] A minha atuação profissional hoje é o que eu sei fazer de melhor. Literalmente. Não consigo fazer outra coisa, não consigo pensar em outra atividade, em outra atuação de cultura, a não ser o que eu já faço hoje. [...] É uma experiência que eu não troco por nada. É o que eu gosto, eu vou fazer... É difícil, é difícil. A gente não vai romantizar a atuação... É muito difícil. A gente sofre muita batalha pra entender como é que se constrói, como é que se aplica essa coisa toda. Acho que a gente ainda tem um longo caminho a seguir, a construir, né?! Mas é o que eu mais faço, que mais me diverte. Eu trabalho me divertindo, realmente, então eu gosto muito do que eu faço. [...] Eu acho que o ganho é muito particular, entendeu? Literalmente. Uma coisa que eu acho... é que a gente não ganha muita grana. Então, mano, se você quiser ganhar grana (grana também é um negócio muito subjetivo no sentido de fazer). Quanto você precisa para ser feliz? Quanto? Eu preciso de 10 reais para ser feliz. Você ganha 10 reais com o movimento. “Ah, eu preciso de 50 reais para ser feliz”. O movimento não te ganha isso, então talvez você não seja feliz com o movimento. Mas, a satisfação de ver uma galera toda ter uma minha só de ter a sua casa, de ter o seu sonho realizado, de ter o seu suor ali, de poder formar anos e anos e não conseguindo e tudo mais... Talvez isso pague uns 10 reais sem você ter tocado no papel. Por isso que eu acho que esse ganho, quem entra nesse campo, tem que entender isso: às vezes o ganho é realmente subjetivo. Imaterial.

P5 - O trabalho no Nós é assim... é o que... é o meu sonho de vida. Meu sonho é não precisar mais trabalhar pra arquitetura, pra fazer coisas supérfluas. O meu negócio é realmente trabalhar pra comunidade, mas claro, tendo uma remuneração adequada, né?! Porque é complicado, não posso largar tudo. A gente pode também, sem consequência, largar tudo pra viver de um sonho. Então, o meu sonho é que o Nós... que a gente consiga parcerias, que a gente que nasce com isso pra trabalhar, pra fazer os nossos trabalhos e pra gente se manter. Porque, assim, é o que realmente me preenche.

P7 - Pra mim eu acho que principalmente é o papel social do arquiteto, né? Atua nesse viés do papel social do arquiteto, da nossa profissão. E além disso, além de ser esse retorno pra sociedade, é uma coisa que eu me identifico. Por que que eu me identifico? Porque ao longo da minha vida, eu vi a minha avó reclamando de casa, vi a minha mãe reclamando de casa, da habitação em si. Sem condição de gente fazer, sem condição de reforma, então... É como se eu estivesse atuando em um pouquinho dessas feridas ao longo da vida. Então, eu me identifico por isso. Eu me identifico porque eu vivenciei isso. Eu vi a minha casa, não era uma casa maravilhosa. Tipo, não era. Era uma casa que foi feita da maneira que deu pra fazer, com os recursos que tinha naquela época, do jeito que dava. E eu lembro que o sonho da minha avó era ver a casa dela reformada. [...] E, tipo, além de toda a problemática do Brasil voltado pra habitação, é um direito constitucional. A gente precisa de segurança, a gente precisa

de moradia, a gente precisa de saúde, a gente precisa de educação. Então, tá dentro desses direitos fundamentais. E pra mim, atuar nisso é só assim. Porque o problema é gigantesco, a gente vê pessoas em situações de vulnerabilidade mesmo, que a qualquer momento sua casa pode acabar, cair, ou então, tipo... Que tudo que a pessoa construiu ali, ao longo de anos, simplesmente pode ir por água abaixo, literalmente por uma enchente, por algum outro fator que também tá ligado a essa questão da habitação. Então, eu acho que é isso, sabe? Todo esse conjunto, assim. Então, pra mim, além de ser esse papel social da gente profissional, é também uma questão de ideologia, do que eu acredito. Do que eu posso fazer pra tentar melhorar um pouco a realidade de algumas pessoas. Não dá pra atender todo mundo, mas pelo menos melhorar ali a realidade de algumas pessoas...

Além de representar uma atividade carregada de sentido, atuar com habitação de interesse social, para os profissionais entrevistados, é uma escolha consciente e comprometida, que vai além de uma simples trajetória de carreira. Há, entre eles, uma identificação profunda com a causa, enquanto uma luta, em que o trabalho adquire um valor que supera os retornos financeiros, um valor subjetivo “imaterial”, como bem menciona o P4. O que está em jogo, então, é a possibilidade de promover transformações reais – ainda que pequenas – na vida das pessoas e nos territórios em que atuam. Portanto, o sonho pessoal se entrelaça, assim, com um projeto coletivo de mudança social, fazendo da prática profissional um espaço de realização e engajamento ético-político. É o que Montaner e Muxi (2000, p. 38) falam sobre o arquiteto que é leal à sua função social. Que para isso, precisa “superar suas coordenadas profissionais, industriais, comerciais para poder fazer um trabalho autenticamente culto e crítico, multidisciplinar e coletivo que participe de projetos sociais e de cooperação”.

Os relatos demonstram ainda que o engajamento nesse campo é motivado por uma consciência crítica das desigualdades sociais que estruturam o acesso à cidade e à moradia. A P5 identifica como uma atividade que não é supérflua, pelo contrário, tem uma função indispensável. Da mesma forma, P3 identifica como uma forma de melhorar o mundo e P2 complementa afirmando que essa atividade trabalha com o concreto, não é ideal. É a realidade dura e crua, que demanda uma intervenção comprometida em gerar impactos positivos nas vidas dos sujeitos dentro das comunidades e do bairro. No entanto, os relatos apontam também para o paradoxo central da atuação em ATHIS: ao mesmo tempo em que o trabalho é sentido como realização pessoal e contribuição social, ele é também atravessado por condições objetivas desfavoráveis, como a ausência de políticas públicas estruturadas, a desvalorização profissional e a instabilidade financeira. A fala de P5 sintetiza esse dilema: “meu sonho é trabalhar pra comunidade, mas claro, tendo uma remuneração adequada” e quando P3 afirma que “é difícil” e que não pode romantizar a dificuldade da prática.

Nesse sentido, para se manterem atuando no campo do trabalho social, os profissionais entrevistados conciliam múltiplas atividades laborais e fontes de renda, como forma de garantir uma estabilidade financeira que a atuação em assessoria técnica, por si só, ainda não é capaz de proporcionar. Os arquitetos e arquitetas participantes desta pesquisa atuam simultaneamente em outras instituições e/ou mantêm escritórios que atendem a uma diversidade de perfis de clientes, que não apenas de baixa renda de maneira empreendedora, com pequenas empresas. Em sua maioria, cumprem jornadas superiores a 40 horas semanais, conciliando múltiplas frentes de trabalho ainda dentro da arquitetura. Como mostra a tabela com os dados dos entrevistados, dos sete participantes, apenas um possui carga horária de até 40 horas semanais. Esse dado evidencia um perfil de intensa dedicação com âmbito do trabalho, alinhado com o que aponta o Censo 2020 do CAU/BR (2022), no qual 40% dos profissionais entrevistados também afirmam trabalhar mais de 40 horas por semana.

O cenário é ainda mais instável porque não tem vínculo oficial e concreto com o setor público. Quando perguntados sobre como se dá a relação da prática autônoma no campo da ATHIS com os órgãos públicos, a resposta é unânime: a relação é mínima e incipiente. Com base nos relatos, temos:

P1 - A gente teve uma experiência. Agora, recente... Com o Fachadas do Quilombo⁹. Na verdade, o Fachadas do Quilombo não foi uma iniciativa nossa. Nós fomos contratados para estarmos lá na equipe multidisciplinar. Essa ideia desse projeto partiu do Viva Quilombo. [...] as prefeituras... a gente sempre bate na porta.

P2 - Assim, a gente já chegou a entrar em contato, eu acredito, principalmente com a SECID, a gente marcou uma reunião com a SECID, apresentou uma proposta e tudo, por exemplo, porque a SECID estava trabalhando na época, eu lembro que na Liberdade¹⁰, acho que em algumas comunidades, com reformas. Era lá no centro. Dava o dinheiro para o próprio beneficiário fazer a reforma. Então a gente chegou com uma proposta de que a gente poderia entrar, por exemplo, com um projeto, para que o beneficiário não só pegasse o dinheiro para fazer de qualquer jeito, mas que tivesse um direcionamento técnico. Só que também foi uma coisa que não foi para frente, né? Mas foi o órgão que a gente mais teve, assim, contato de chegar, de apresentar proposta, foi a SECID mesmo.

P3 - Bem desafiador. A gente tenta inserir em todas as questões, mas é muito desafiador. A gente não conseguiu de fato incidir uma política que perpetue, sabe? É sempre através de um projeto específico, que tem início, meio e fim. E algum da gente ainda não conseguiu...mas a gente está nessa luta.

P4 - Então... com o poder público a gente tem uma relação estremecida, mas a gente é ouvido. Obviamente que existe e a gente não vai entrar nos debates sobre o poder

⁹ Projeto de assessoria técnica, orientado pelo grupo Nós assessoria técnica, junto com a ONG Viva Quilombo e o grupo Ela Faz. O projeto foi realizado no Quilombo da Liberdade, com a requalificação de 14 fachadas residenciais.

¹⁰ É um bairro de São Luís onde ocorreu o projeto “Fachadas do Quilombo” e o evento “Arquitetura para Todos”, promovido pelo CAU/MA, em novembro de 2024.

do Estado e sobre os interesses do Estado. Isso é outra questão! Mas que, minimamente, você é atendido. Muitas vezes você...Até porque o poder público tem que abrir esse canal. Ele tem que ouvir a população. Se ele não abrir esse canal aí...

P5 - Para ser sincera, não existe nenhuma relação ainda com nenhum órgão público. A gente está tentando mediar essa relação por meio de contatos mesmo [...] e a gente está tentando se aproximar, mostrar o que a gente trabalha, de que forma a gente pode contribuir, o que a gente pode construir juntos para ver se a gente consegue abrir pontas aqui.

P6 - Eles já estão nos procurando. Tem sido muito importante. Os órgãos públicos estão começando a entender o que é, como é que é. Porque até 5 anos atrás ninguém nem sabia o que era ATHIS. Agora, de tanto a gente falar, de tanto atentar o juízo desse povo com ATHIS...Eles estão começando a entender! “Rapaz, chama aquele pessoal do IAB¹¹ pra falar de habitação aqui. Chama aquela menina ali pra falar de ATHIS. Bora ver aqui com ela o que é isso aí mesmo. Como é que a gente pode fazer, ajudar”. Porque eles ainda não sabem o que é, mas eles sabem que é relacionado com a habitação social. Então eles começam a entender dessa forma. A gente vai chegando, a gente vai dando ideia, a gente vai ensinando.

Dessa forma, fica evidente que o trabalho social com ATHIS ainda carece de um apoio institucional efetivo por parte do setor público. Embora existam iniciativas pontuais e um movimento recente de aproximação, com secretarias e prefeituras, os vínculos estabelecidos permanecem frágeis, marcados por formas de trabalho incertas, descontínuas e quase sempre informais. Uma informação importante revelada em um dos relatos é que o contato com o poder público costuma partir da iniciativa dos próprios profissionais, que se mobilizam e se unem para apresentar propostas, marcar reuniões e insistir em possibilidades de parceria – como exemplifica P5, que relata o esforço de sua equipe em “mostrar o que trabalha” para, quem sabe, “construir algo juntos”. Além disso, reforçado pela fala de P1 em “as prefeituras... a gente sempre bate na porta” e P4, quando diz eles são ouvidos pelo setor público quando os procuram, mas “porque o poder público tem que abrir esse canal. Ele tem que ouvir a população. Se ele não abrir esse canal aí...”

Por outro lado, como observa P6, há sinais de abertura. Os órgãos públicos têm começado a procurar arquitetos(as) que atuam com ATHIS para integrar ações relacionadas à habitação de interesse social, além da busca para contratação de projetos como o Fachadas do Quilombo. Ainda assim, esse reconhecimento é incipiente e revela o quanto o próprio setor público ainda desconhece com propriedade o que é a assistência técnica, sua importância e suas potencialidades para enfrentamento da questão habitacional na capital. Como aponta a participante, “eles ainda não sabem o que é, mas sabem que é relacionado com habitação social” – o que demonstra que a atuação dos profissionais tem assumido um caráter também

¹¹ A participante se Refere ao Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

pedagógico, contribuindo para a formação institucional em torno da ATHIS. Os profissionais educam enquanto buscam postos de trabalho. Mediante a isso, há uma clara contradição: ao mesmo tempo em que o Estado é omissor na estruturação de políticas públicas contínuas, são os arquitetos e arquitetas que vêm abrindo caminhos e disputando espaços para que essa pauta seja reconhecida e efetivada.

Um outro ponto é que há uma dependência da lógica de projetos temporários, como apontado por P3: “é sempre através de um projeto específico, que tem início, meio e fim”. Se retomarmos a discussão do primeiro capítulo, podemos relacionar com a informalidade do mundo do trabalho, cada vez mais aprofundado na prestação de serviço temporário, sem vínculo duradouro. Além disso, sob um cenário do mundo do trabalho cada vez mais de responsabilidade do trabalhador, reproduzindo a racionalidade neoliberal do mercado no interior do próprio Estado. Como discutido por Harvey (2005) e Dardot e Laval (2016) essa dinâmica se alinha ao processo de informalização do mundo do trabalho, marcado pela flexibilização de vínculos, instabilidade e pulverização das garantias trabalhistas.

Nesse sentido, esse modelo de ação descontinuada limita a consolidação de políticas públicas efetivas e impede a criação de vínculos duradouros com as comunidades atendidas. A fragmentação institucional e a carência de financiamento contínuo colocam os profissionais em um campo instável e precário, onde a atuação se aproxima mais de uma militância voluntarista, como aponta Antunes (2009) sobre o trabalho com características do “terceiro setor”, do que de uma política pública estruturada. Como analisa Antunes (2009), esse tipo de inserção se aproxima das formas de trabalho típicas do chamado Terceiro Setor, onde predomina a lógica de projetos, voluntariado e ausência de direitos.

Nesse contexto, os profissionais de arquitetura - que atuam com o trabalho social na capital maranhense - são constantemente tensionados entre o sonho de transformação social e as limitações concretas de um campo marcado por precariedade, descontinuidade e baixa institucionalização. A atuação, portanto, torna-se um esforço ético e político sustentado mais pela convicção dos sujeitos do que por um sistema público que os reconheça e valorize. Por isso, não podemos esquecer como a ausência ou presença de condições objetivas determinam e caracterizam a prática do trabalho. Ainda que os profissionais de arquitetura estejam empenhados em desbravar e mudar a realidade das moradias em São Luís, sem estrutura para isso continuará “bem desafiador”, nas palavras de P3.

Um terceiro ponto evidenciado nos relatos é que a motivação subjetiva e o engajamento pessoal são as principais hastes de sustentação da prática profissional em ATHIS. Ao serem

questionados sobre as condições materiais - como infraestrutura, incentivos institucionais e apoio técnico - que possibilitam a continuidade do trabalho nas assessorias e assistências técnicas, os entrevistados são unânimes em apontar que são: o interesse, a vontade, a coragem, a paciência e persistência que mantêm as ações em curso. Para mais, demanda recursos pessoais dos profissionais, o que torna o trabalho social uma escolha marcada pelo sacrifício pessoal. Como afirma P3: “a estrutura mesmo é eu, meu computador, meu celular, meu tablet... E a vontade. Todo o recurso é próprio mesmo.”

Já P4 aprofunda a resposta ao afirmar que “a gente financia o espaço. E não só o espaço físico, como o espaço geopolítico. Então a gente está pagando para estar naquele local”. Essa fala, inclusive, se conecta com a discussão do primeiro capítulo sobre o processo de subjetivação no trabalho, em que o sujeito se vê como o único responsável por sua permanência na área e nos postos de trabalho, mesmo diante de um cenário adverso, em que o Estado e as instituições pouco contribuem para a sustentação dessas práticas. Abaixo, mais alguns detalhes dos relatos:

P1 - Além do interesse, da vontade... Eu acho que essa chama da interesse não pode apagar. Por isso que a gente resiste nesse sentido. Eu acho que precisamos de novas pessoas pra dar um gás. Eu acho que essa relação. [...] E eu acho que essa relação da estrutura. Essa questão do CNPJ. É sempre uma meta de ano pra ano, mas o fato é uma coisa conectada com a outra. Se você não vai priorizar aquele, então você não vai investir. Porque a partir do momento que você abre o CNPJ, você vai ter custos mensais a respeito disso. Se você alugar uma sede... [...] A gente submeteu projetos, mas a gente... acabou que não foi contemplado. Um foi aprovado, mas ele não ficou classificado o suficiente para conseguir recursos. Então a gente está engatinhando um pouco nessa ideia dos projetos. De editar, ficar atento. Para a gente poder sempre estar submetendo. Está sendo visto, lembrado... na captação de projetos. [...] Isso, dividimos as tarefas, cada qual com seus próprios computadores. Mas nesse sentido, estrutura... a gente usava muito o apartamento de P5, entre as reuniões presenciais. Aqui já tiveram algumas, mas fica um pouco mais distante para todo mundo. Então, a gente acabou usando lá.

P2 - Você tem que ter muita paciência e persistência, porque senão você desiste. Porque você não tem muito auxílio, sabe? E querendo ou não, tem muito recurso destinado para, mas que na maioria das vezes não chega. Então eu acho que além de tudo a gente precisa – uma coisa que eu me cobro um pouco também – que a gente precisa conhecer as leis, a gente precisa conhecer os programas municipais, os programas estaduais, os programas federais. Às vezes até existe um programa habitacional que está lá... morto, parado, que às vezes o dinheiro vem e o dinheiro volta. Porque não foi feito nenhum projeto, não foi colocado para frente, sabe? Então acho que também falta pessoas trabalhando com isso. E falta, eu acho que também, porque hoje tudo acontece se você tiver um político. Mas que tem possibilidades, tem, só não... às vezes não acontece.

P3 - Acho que é só a coragem...e a força de vontade! Porque a estrutura mesmo é eu, meu computador, meu celular, meu tablet...E a vontade. Todo o recurso é próprio mesmo. Não tem algo assim: “vamos te dar esse dinheiro pra fazer”. Não tem. É algo meu mesmo, para o projeto levar pra frente como um trabalho, como melhoria da cidade, das comunidades...

P4 - Dentro da assessoria, as nossas condições são difíceis. A gente constrói o espaço. A gente financia o espaço. E não só o espaço físico, como o espaço geopolítico. Então a gente está pagando para estar naquele local. Isso levando em consideração que todo o espaço é capitalista e ele te demanda uma grana... Então, estamos pagando para estar naquele momento. Pagando energia corporal. Dentro do movimento, a gente já tem um espaço mais cômodo. A gente consegue trabalhar com outros financiadores, outros agentes de financiadores que te dão ali uma tranquilidade maior. E hoje, em 2025, a gente tem um espaço dentro do movimento muito mais calmo. Porque, eu volto ao governo...retomando as políticas públicas, construímos um espaço muito mais tranquilo. E a gente conseguiu ali...estar conseguindo caminhar bem. De 2020 a 2024, foi extremamente ruim. Foi insalubre todas as situações. Nenhum cenário. Ainda mais com a pandemia...Mas, hoje a gente está tendo um retorno legal, tendo um incentivo legal. A gente vai aos territórios, aí tem um todo um gás.

P6 - Mermã, condição é coragem. Tem condição de nada. Tem só coragem e vontade. Conseguimos um espaço, mas a casa está daquele jeito. A casa dela não tinha banheiro. A casa dela não tem condições de receber. Não tem água, não tem luz por enquanto...Mas a gente está se organizando para poder fazer. [...] Não tem patrocínio de nada.

P7 - Ah, eu acho, eu acho... que ter área, né? Tá, tem uma demanda por habitação muito grande, mas a gente não tem órgão que atue, de fato, na habitação de interesse social. Bem, eu estou sendo muito... não, espera. É porque, por exemplo, quando eu olho a realidade daqui de São Luís, é muito doido! Porque eu não vejo o CAU atuante, eu não vejo a prefeitura... eu não vejo o governo do Estado, assim, tipo, dando abertura para que esses profissionais possam ser contratados ou atuem, ou enfim...Não tem um escritório popular pela prefeitura – que seria o ideal – a lei de assistência técnica não funciona, é muito mais de organizações privadas, né?! Então, tipo... não tem como atuar. Na habitação de interesse social aqui no Maranhão, quem sou eu? Isso porque a gente não tem uma... Não tem uma rede. Então, ou você monta o seu escritório, você monta sua assessoria, você monta um grupo, um coletivo, e aí... tu ainda vai fazer um trabalho de formiguinha mesmo. [...] Por exemplo, inclusive até aquela pós que tinha na FAU, de assessoria técnica. Acabou, sabe? eu era louca pra fazer aquela pós e, tipo, não tem mais!

Esses trechos evidenciam com clareza que, na ausência de suporte público, institucional e jurídico, a prática da ATHIS se sustenta de forma precária, sustentada quase exclusivamente pela iniciativa e pelos recursos dos próprios profissionais, como computadores, materiais e residência própria. Inclusive, como sintetiza P7, “a lei de assistência técnica não funciona”, uma afirmação que denuncia não apenas o desafio da efetivação da legislação existente, mas também a distância entre o marco legal e sua aplicação concreta. Essa lacuna foi discutida na seção anterior, quando apontamos que, embora a Lei Federal 11.888/2008 garanta o direito à assistência técnica gratuita para famílias de baixa renda, sua implementação no município de São Luís ainda é incipiente. Apenas recentemente passou a tramitar um projeto de lei na Câmara de Vereadores para regulamentar a ATHIS no âmbito local, o que sinaliza um movimento tardio diante das urgências habitacionais e do esforço já destinado por arquitetos(as) que atuam de maneira autônoma e desassistida.

Ainda sobre as condições estruturais que envolvem a prática da ATHIS, é relevante destacar o relato de P1, que afirma: “Essa questão do CNPJ. É sempre uma meta de ano pra ano, mas o fato é uma coisa conectada com a outra. Se você não vai priorizar aquele, então você não vai investir. Porque a partir do momento que você abre o CNPJ, você vai ter custos mensais a respeito disso”. O relato da participante indica um dos impasses enfrentados pelos profissionais que desejam formalizar suas assessorias: a exigência da abertura de CNPJ como critério para participação em editais, chamadas públicas e parcerias institucionais. No entanto, esse processo de formalização vem acompanhado de uma série de encargos e despesas fixas que, muitas vezes, não são sustentáveis para iniciativas autônomas. Assim, a lógica do empreendedorismo, embora apresentada como solução para os profissionais de arquitetura como forma para alcançarem múltiplos clientes, impõe um modelo de mercado baseado em custos e que transfere ao profissional a responsabilidade pela viabilidade econômica do trabalho social.

Já em outra frente de análise - que também diz respeito sobre apoio e condições para o exercício profissional - questionamos para os participantes como se dá a relação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) com os grupos autônomos atuantes na ATHIS. A seguir, são apresentados os relatos que expressam diferentes experiências e posicionamentos sobre essa relação:

P1 - O CAU tem uma determinação. Não sei se isso de fato é uma lei, mas o Conselho de Arquitetura tem que destinar parece que 2% da sua renda, do seu recolhimento para projetos relacionados a ATHIS. Eu achei interessante que esse semestre que passou, dois eventos foram feitos em função disso. Mas aqui no CAU Maranhão ainda é muito sobre eventos. Eu achei interessante o que foi feito na FAU. Com as palestras, o professor de Santa Catarina...Mas eu achei interessantíssima a ideia. [...]. porque elas não fizeram o evento - Que é o que o recurso infelizmente tem para oferecer - em um auditório. Em um local onde o arquiteto está acostumado. Tanto que foram poucos arquitetos. [...] E onde tinha lanche, era uma coisa muito bem farta! Eu acho que só não tinha aquele coquetel que muitos arquitetos...Infelizmente. É o...O mercado. É o espaço. É a vida profissional. E não julgando, não criticando, mas tinha muito arquiteto que poderia ter ido. Que quer entender, quer conhecer...mas infelizmente não foram e receberam os convites. Então, eu achei interessantíssimo isso! Já que o nosso recurso só tem para evento, vamos fazer um evento que a comunidade participe, que seja na comunidade! [...] Eu acho que o CAU Maranhão...ele ainda está muito atrás nesse processo. Até para entender que não é só uma palestra num auditório de arquitetura que vai fazer com que as pessoas entendam. Se as pessoas não têm o conhecimento do que essa lei é, em como vai lhe beneficiar...Como é que ela vai lutar por ela?

P2 - Basicamente inexistente. A gente tinha uma relação mais próxima com o IAB, porque também Wellyson¹² fazia parte, mas uma relação mesmo de eventos organizados conjuntamente ou eventos do IAB organizados no espaço do Casarão.

¹² É arquiteto e urbanista, sócio fundador do escritório popular Porta e Janela, além de integrante da diretoria do IAB/MA.

Mas com o CAU em si, a gente não tinha uma relação.

P3 - Então...Essa relação...A gente não tem relação. [...] Não quero entrar em conflito, quero que a gente caminhe junto, até fazer algo que seja de benefício para os arquitetos. Porque o Conselho, o CAU, tem uma função que é diferente da função do IAB. A gente faz formação. Nossa função é formação, é concurso, incidir políticas públicas...E o CAU, não. O CAU é fiscalizar e formar melhor. Promover cursos pra arquitetos, não pra sociedade. Então, são coisas diferentes que, eu acho que nós juntos, a gente consegue e melhor...Em cada ano eu pretendo entrar no CAU, no sentido de participar como parceiro.

P6 - Não tem. Não tem porque eles não fazem ideia do que é ATHIS. A Bruna¹³ que era do nosso grupo...Ela foi candidata na nossa chapa. E ela tá lá dentro. Eu não sei. Ela tentou. Ela tentou. Ela tem feito algumas coisas. Tem feito participações bem bacanas. E tenta. Mas a gente tem um Conselho totalmente cabeça fechada. A gente... Existe uma verba que, inclusive, foi o IAB que conseguiu deixar essa verba organizada no CAU/BR. Pra que cada estado use 2% da sua receita com ATHIS. Então, esse valor, se eu não me engano, 35 mil esse ano (no orçamento do CAU). Aí eles fazem uma palestra. Eles pagam uma viagem, por exemplo, pra algum evento sobre ATHIS. E eu sou contra isso. Eu queria que tivesse um edital, sabe? Eu queria que tivesse um edital de... Que não fosse muito, mas... “Olha, vamos botar aqui 10 mil, 15 mil desse dinheiro. A gente faz um evento e os outros 15 mil a gente abre um edital aí pra dois projetos”. Já são três projetos! Que sejam atividades físicas, práticas, dentro de comunidades. E aí pode entrar qualquer equipe com um projeto. “Vamos selecionar, fazer um jurado”. E pronto, cara. É coisa real. Pra realmente levar a assistência técnica pra dentro. Pra estudar não, é pra fazer!

P7 - Bem, como eu não tô mais atuando assim, tipo, na época eu não tinha. Tipo, hoje que a gente vê alguns seminários, que eles chamam de capacitação, mas eu acho, não acho que exista. Acho que é pouquíssimo. A gente não tem financiamento, a gente não tem um aporte, nada, do CAU. O CAU daqui, do Maranhão, acho que ele atua mesmo no mercado tradicional da arquitetura, nessa perspectiva mesmo ideológica do capitalismo. E para habitação de interesse social, eu acho que o CAU daqui, ele peca demais. As únicas coisas que eu vejo são essas capacitações aí pontuais, esses seminários pontuais. Foi muito legal aquele que a Bruna propôs, né? Que foi a primeira vez que levou pro quilombo, o quilombo do bairro da Liberdade. Então, a maioria das vezes a gente atua dentro dos muros da universidade. Que o CAU faz esse seminário, alguma coisa, tipo, é dentro dos muros da universidade, então acaba que vira só pra gente que está ali dentro mesmo. É um grupo seletivo, privilegiado e que – pra quem realmente importa – que é informação para as pessoas que precisam de fato da habitação de interesse social, da ATHIS, não chega. Tampouco a gente sabe desse direito, né?! Então eu acho que o CAU precisa melhorar muito nesse sentido. Principalmente de investimento mesmo, de investimento de cursos, pra quem sabe fazer as coisas, né?!

Embora o CAU tenha o dever de destinar 2% de sua arrecadação anual para ações relacionadas à ATHIS, na prática, esse recurso tem sido majoritariamente direcionado para atividades pontuais de capacitação, palestras e workshops. Esse cenário fica evidente na linha do tempo, elaborada na seção anterior, das ações desenvolvidas pelo CAU entre 2018 e 2024, em que prevalecem iniciativas voltadas à sensibilização da categoria, mas com pouco efeito prático nos territórios. Em comparação, mencionada por P6, há experiências mais avançadas

¹³ É arquiteta e urbanista, integrante do grupo Nós Assessoria Técnica, e conselheira do CAU/MA.

em outros estados, que utilizam esses recursos para financiar projetos de intervenção direta em comunidades. Porém, no Maranhão, ainda predomina uma abordagem restrita e institucionalizada, com atividades limitadas.

A ausência de editais públicos, de apoio a projetos continuados e de maior articulação com coletivos e movimentos populares revela uma lacuna significativa na política de habitação local. Assim, o que deveria ser um instrumento de democratização do direito à moradia acaba, muitas vezes, sendo reduzido a um evento esporádico, limitado aos muros das universidades ou aos auditórios da categoria, como sintetiza P7. O potencial transformador da ATHIS, portanto, segue sendo subutilizado, mesmo diante da urgência social que marca o cenário habitacional na capital do estado. Nesse sentido, há também um consenso entre os entrevistados de que a relação do CAU com grupos autônomos e profissionais envolvidos diretamente com ATHIS é mínima, frágil e insuficiente.

Apesar de haver condições materiais e institucionais para apoiar a categoria e fomentar a atuação no campo social da arquitetura, o conselho tem promovido esse diálogo de maneira pontual, descontinuada e pouco efetiva. Como destaca a participante P6, a expectativa é que parte do recurso fosse destinado à ATHIS para atividades práticas e não apenas para eventos. Com isso, a ausência de ações de fomento contínuas contribui para o enfraquecimento da atuação técnica junto às comunidades, reduzindo o alcance e a efetividade da assistência técnica enquanto instrumento de garantia de direitos. Inclusive, a distância entre o conselho de categoria e os profissionais engajados no enfrentamento das desigualdades urbanas compromete a construção de uma representatividade e de um diálogo mais robusto e participativo, com os profissionais que não atuam com o mercado tradicional. Assim, é de suma importância para os entrevistados que programem investimento em editais e projetos práticos, em ações concretas nos territórios populares.

Outro ponto recorrente nas falas dos participantes, como no caso de P1, é a baixa adesão de profissionais da arquitetura às iniciativas voltadas para a habitação social, mesmo quando os eventos são bem organizados, têm estrutura adequada e ocorrem em espaços acessíveis à comunidade. A experiência relatada no quilombo da Liberdade, por exemplo, aparece na fala como um esforço para descentralizar o debate e romper com os formatos tradicionais, mas ainda assim contou com pouca participação da categoria, o que pode indicar vários elementos, como uma limitação do engajamento profissional, quanto dificuldade de comunicação e mobilização por parte das instituições organizadoras, ou mesmo dificuldades financeiras ou falta de consciência da categoria quanto à questão.

A participante P7 aprofunda essa análise ao indicar que o debate sobre moradia digna e sobre a própria Lei de ATHIS permanece confinado aos espaços universitários, o que impede que a informação chegue de forma ampla às populações que de fato precisam conhecer seus direitos. A falta de acesso à informação compromete não apenas o exercício de um direito, mas também a possibilidade de organização política e reivindicação social a partir da sociedade, para além dos profissionais. Assim, a democratização do conhecimento sobre ATHIS se mostra essencial para ampliar sua eficácia e seu impacto real nas comunidades.

Além das críticas ao CAU, os relatos também reafirmam o papel estratégico do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) na valorização da categoria e na promoção de uma atuação mais comprometida com os interesses sociais da arquitetura. Alguns participantes reconhecem que, mesmo com limitações, o IAB tem sido fundamental para a articulação de políticas públicas e para o fortalecimento da ATHIS enquanto campo de atuação profissional. É destacada, por exemplo, a participação do IAB na organização dos recursos (os 2%) destinados à assistência técnica no orçamento do CAU/BR, o que demonstra sua capacidade de intervir com o conselho e nas demais instituições do ramo. Essa atuação, voltada tanto à mobilização interna da categoria quanto à construção de políticas públicas, aparece como um contraponto às ações do CAU, que muitas vezes se mantêm restritas ao campo da formação e fiscalização. A colaboração entre essas duas entidades é vista como promissora, desde que se construa sobre uma base de diálogo permanente, valorização das experiências locais e compromisso com o direito à cidade.

Por fim, uma dimensão que atravessa transversalmente toda esta análise diz respeito ao caráter ético-político - e também pedagógico - que sustenta o trabalho social desenvolvido por esses profissionais em São Luís do Maranhão. Desde o início desta pesquisa, uma inquietação fundamental nos acompanhou: compreender, a partir das vozes, experiências e narrativas singulares dos arquitetos e das arquitetas, como se configuram suas relações com a política, os movimentos sociais e as formas de ativismo cotidiano. Não em uma perspectiva que trata apenas de identificar filiações partidárias, mas de investigar como esses sujeitos incorporam a dimensão política no exercício profissional, em suas escolhas, compromissos e modos de atuar. Nesse sentido, questionamos diretamente aos entrevistados sobre essas relações, obtendo respostas, abaixo, que expressam diferentes posicionamentos, mas que, em sua diversidade, revelam a densidade subjetiva que desenha a prática em ATHIS

P1 - Não, mas como eu te falei, eu não sou vinculada a nenhum partido, a nenhuma causa, né? Mas pela toda a história, assim, de vida da minha mãe, que sempre foi engajada em Belém, né?! Minha irmã, que é historiadora, dois anos mais nova, já foi

parte do PT, realmente já foi bem ativa, depois passou pro PSOL, e hoje ela também não está, hoje ela mora em Macapá, professora de História lá do Instituto, do UFAP. Mas a minha família como um todo, né?! Minha mãe sempre foi muito sensível... o meu pai, apesar de nascer numa família que tem um pouco mais de recursos - mas nem teve tanto - tinha uma mentalidade assim, ele também é uma pessoa sensível, né? Mesmo separados, eles conseguiram, acho que, estimular um pouco isso, depois as nossas trajetórias de vida, né? Todos os meus irmãos são de esquerda, né?

P2 - Não, não sou militante nem ativista. Sou uma pessoa consciente do meu lugar no mundo, enquanto mulher preta, mas não sou assim ativa e militante em nenhuma área. Não no momento.

P3 - Eu posso dizer que eu sou militante. Isso é o meu foco principal. As coisas que são paralelas, tipo mudanças climáticas...Mas é sempre voltado para o direito à moradia, da edificidade, cidades resilientes. Sempre voltado para o direito à moradia. [...] Trabalho muito com o direito à cidade, direito à moradia, mas devido à minha...minha relação com as comunidades, eu acabo tendo um pouco sobre isso, sobre territorialidade. Estudando, pesquisando, trabalhando sobre territorialidades. E um pouco sobre religião. Eu não tenho uma religião definida, mas eu sempre estudei sobre religiosidade para poder trabalhar com essas comunidades que abordam essa questão.

P4 - Pô, eu gosto de falar “militante” é uma palavra muito forte. Mas militante é a palavra que mais se encaixa, né? Porque eu sou da União. Ah, eu vou...acho que foi agosto do ano passado...Não, foi no início do ano, foi abril por aí... Eu fui representando a União do Maranhão para o encontro das assessorias técnicas. Então, pô, você é um representante da União, técnico da União, para ir ao encontro nacional. A gente não tem como negar...” ah, eu não sou militante, eu não sou ativista”. Não, claro que sou. Mas eu acho muito engraçado, porque assim, às vezes eu não me vejo nessa posição e às vezes eu não quero também ficar nessa posição de quem é a representação. [...] É, eu sempre vou passando, passando, passando, porque eu acho que...Parece uma carga muito forte, não é? Mas se for, no caso, eu acho que a militância é o que melhor se encaixa. A palavra, né?! Melhor se encaixa nessas atividades.

P5 - Não. Não sou militante de causa nenhuma. Não, tenho as minhas questões de apoio - algumas questões - mas não me intitulo militante.

P6 - Sim, além da arquitetura, eu eu sou secretária do AME, que é um grupo de apoio à adoção daqui de São Luís. A gente fez esse final de semana - depois tu olha no Instagram - é AME adoção. A gente fez esse final de semana a entrega de ovo de chocolate em todas as instituições de adoção, para as crianças em situação de adoção. E a gente tem um trabalho muito importante, que eu considero invisível também. Mas, eu considero muito importante, que é o de ajudar essas crianças a passar por isso, porque muitas não são adotadas. Crianças que vivem a vida toda em situação de adoção e não recebem o carinho. Todo ano a gente leva elas duas vezes por ano, a gente leva elas no cinema. Porque a maioria delas nunca tinha ido no cinema antes da gente levar. Isso já tem quatro anos.

P7 - Hoje não. Hoje eu estou zero...Eu participava do movimento estudantil, né?! Enquanto EMAU, principalmente, porque eu não era do diretor acadêmico, mas eu era do EMAU, então, eu atuava muito no EMAU e a gente lutava muito por muitas coisas, né?! Na minha época a gente tentou bastante a questão da institucionalização do escritório modelo, mas a gente não conseguiu. Então, assim, na época eu acho que o movimento estudantil. Aí tu pega o viés do feminismo, né? Tu pega o viés da arquitetura de interesse social, ali dentro, mas a base é o movimento estudantil. Ali, naquela época, mas depois que eu saí, não mais. Assim, atuante, atuante não. Eu faço algum barulhinho de uma coisa ou outra.. cutuca aqui, cutuca ali, mas não mais atuando.

Ao analisarmos as entrevistas, compreendemos que o engajamento político dos participantes entrevistados não se dá exclusivamente por meio da militância tradicional, isto é, com posição e na linha de frente dos movimentos sociais, por exemplo. Em vez disso, muitos constroem práticas políticas no cotidiano profissional, ainda que não se reconheçam como militantes. Como aponta P2, “sou uma pessoa consciente do meu lugar no mundo, enquanto mulher preta”, embora não se identifique como ativista. O depoimento evidencia o que Iasi (2022), dialogando com Sartre, chama de consciência imediata. De todo modo, a fala é marcada por um pertencimento que, mesmo sem definição e postura ideológica, revela uma crítica evidente à desigualdade e à exclusão, aqui indicada em “sei meu lugar no mundo”. Nesse caso, a ética e a função social se manifestam não como uma doutrina ou filiação, mas como sensibilidade ativa que orienta escolhas profissionais.

Outros participantes, como P4, não definiram ainda se são militantes ou não, devido à nomeação de “militante”, mas reconhecem que suas ações se aproximam dessa prática, visto que estão todos os dias buscando conquistar espaços e lutas importantes para a continuidade do próprio trabalho. Como destaca P4, representar a União por Moradia em encontros nacionais é um marco da sua trajetória, mesmo que relute em assumir o título de militante. Assim sendo, conectamos aqui com a crítica feita por Fuão e Solis (2018) ao logocentrismo identitário que molda o pensamento arquitetônico clássico, ou seja, não pensar a ética como um conjunto fixo de valores, mas um domínio ético baseado na alteridade. Assim, justamente essa ética do outro, do “estar com”, que atravessa a atuação de P4, ainda que não seja nomeada como militância formal.

Por outro lado, P3 percebe-se, com orgulho, como militante, apontando que sua atuação tem como foco o direito à moradia e à cidade, mas que se necessário - pela pesquisa e por estudos - engloba outras pautas igualmente importantes. Com isso, sua relação com as comunidades e com temas como religiosidade e territorialidade amplia o escopo da militância para além da arquitetura. Como já discutido no primeiro capítulo, o trabalho, entendido como atividade teleológica e ontologicamente fundante (Lukács, 2013; Marx, 2010), ganha densidade quando orientado por um projeto de transformação social. O que se vê aqui é a práxis como síntese entre subjetividade e objetividade, onde o arquiteto se torna também um sujeito histórico e político, mobilizado por um “dever-ser” que estabelece mudanças futuras, com base nas ações do presente.

Já P6 demonstra que a militância pode sair da arquitetura para outras frentes, como a adoção. Sua atuação no grupo de apoio AME é atravessada por uma ética do cuidado, da escuta

e do compromisso com grupos que também considera como “invisíveis”. Como ela mesma diz, essas crianças “vivem a vida toda em situação de adoção e não recebem o carinho”. Além disso, a influência da formação familiar também aparece no relato de P1, que embora não se considere militante, foi marcada pelas experiências políticas de seus pais e irmãos. Essa subjetividade construída nas relações interpessoais reforça o argumento de Oliveira (1986), de que o sujeito social é uma totalidade sociológica e psicológica, individual e coletiva. A participante P1 considera que se preocupar com a questão social é algo que denota “sensibilidade” e consciência, mesmo sem vinculação partidária ou ativismo formal, pois se materializa em escolhas que priorizam o bem comum.

Por fim, P7 não se considera uma militante, no momento, mas destaca sua atuação no movimento estudantil e no EMAU durante a graduação, reconhecendo que ali teve uma postura mais ativa com pautas dos movimentos sociais, como o feminismo, e que se formaram suas primeiras referências sobre a arquitetura social. Com isso, ainda que hoje não esteja mais envolvida ativamente, sua trajetória foi marcada por esse momento de engajamento coletivo, não abandonando aquilo que acredita e, pontualmente, “fazendo barulho aqui e ali”. Como já discutido com base em Antunes (2009), o trabalho carrega sentidos que extrapolam o espaço formal do labor: é também campo de experiências, de formação de valores e de construção de vínculos.

Portanto, os relatos dos arquitetos e arquitetas que contribuíram para esta pesquisa evidenciam que o trabalho social na habitação de interesse social é atravessado por inúmeros entraves: o apoio ainda incipiente dos órgãos públicos, a fragilidade dos vínculos com o conselho de categoria, a inexistência de uma política e de uma legislação municipal efetiva, além da descontinuidade nos espaços de formação e profissionalização. Ainda assim, o que emerge de forma latente é a presença de uma resistência cotidiana. Mesmo diante de condições objetivas desestimulantes, os profissionais seguem mobilizados e engajados por algo que ultrapassa a função e prática social prevista na ética da profissão: tratam o trabalho social como um projeto de vida, uma escolha que carrega compromisso, sentido e pertencimento.

Para muitos, o interesse de atuação na área não surgiu do dia para a noite, mas foi construído na experiência, nos vínculos estabelecidos com os territórios e com as pessoas. E, uma vez que essa conexão se estabelece, ela não se desfaz do dia para a noite. É como se, ao pisar em determinados lugares, ter contato com os demais grupos da classe trabalhadora e escutar determinadas histórias, os profissionais também fossem atravessados por elas, e isso passa a orientar suas práticas e seu modo de estar no mundo. Então, ressaltamos que, assim

como P4 comentou em sua fala, não temos intenção de romantizar um trabalho que é feito com muitos sacrifícios, pois entendemos que a precariedade, a instabilidade e as autorresponsabilidade no mundo do trabalho, submerge os trabalhadores a um contexto de trabalho alienado.

Romper com a lógica do mercado - que humilha, oprime e explora - não é simples, especialmente quando as determinantes estruturais apontam para o caminho contrário. Contudo, é justamente nesse espaço de tensão e contradição que uma fração da classe trabalhadora, aqui acompanhada, constrói com intencionalidade coletiva outras formas de existir e resistir, bem como formas de transformarem suas próprias vidas juntos. Daí a importância de compreender a totalidade das expressões do trabalho na contemporaneidade, articulando, como temos feito, as dimensões objetivas e subjetivas que atravessam a prática profissional com ATHIS. Como nos mostrou Marx (1969), Lukács (1996), Antunes (2009), os homens fazem sua própria história, mas não segundo circunstâncias escolhidas por eles mesmos, mas fazem com as circunstâncias com as quais se encontram diretamente, que existem e foram herdadas desde o passado. Sendo o trabalho o motor da transformação do mundo natural - e, ao mesmo tempo, um processo de transformação recíproca no próprio ser humano - é justamente por isso que ele também pode se constituir como um espaço de reinvenção e potência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação apresenta uma análise da relação intrínseca entre objetividade e subjetividade no trabalho social, a partir das especificidades da prática profissional de arquitetos e arquitetas nas Assessorias e Assistência Técnica para Habitações de Interesse Social (ATHIS), em São Luís do Maranhão. Parte do pressuposto de que compreender o trabalho social desses profissionais nas políticas habitacionais exige considerar as condições subjetivas e objetivas às quais estão submetidos, entendendo desde os atributos profissionais demandados em sua formação (por eles e elas e pela sociedade), até o sistema de relações de trabalho em que encontram-se submetidos.

Nesse percurso, vimos, portanto, que a crise do capital, desde os anos 1970, reconfigurou o mundo do trabalho, buscando recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas de dominação da burguesia. Como consequência, e impulsionadas pelo fortalecimento do neoliberalismo, aprofundaram-se as condições e configurações da precarização do trabalho, com a informalidade, a terceirização e a flexibilização. Como alternativa à crise do emprego formal, o “terceiro setor” e outras formas de trabalho precarizado como o empreendedorismo, o trabalho voluntário e o cooperativismo - mas que mascaram as relações de exploração e reforçam a lógica de desresponsabilização do Estado, ao mesmo passo que reforçam a autorresponsabilidade dos sujeitos. Do mesmo modo, a classe trabalhadora tornou-se mais heterogênea e fragmentada, incluindo trabalhadores formais, informais, subempregados e autônomos.

No campo da arquitetura, essa lógica se reflete na figura do arquiteto autônomo, empreendedor e prestador de serviços. Por exemplo, o trabalho social na Habitação de Interesse Social (HIS) é exigido tanto nas políticas públicas institucionalizadas - como o Programa Minha Casa, Minha Vida - quanto em práticas de resistência, como as assessorias técnicas populares. Em grande parte, essas práticas se sustentam pela atuação autônoma dos profissionais, sob condições adversas, marcada por precarização, inconstâncias de projetos e baixa visibilidade nas esferas de bairros da cidade.

Dessa forma, as transformações no mundo do trabalho refletem a dimensão ontológica e o papel do trabalho na constituição dos sujeitos. O trabalho, enquanto mediação entre sujeito e objeto, constitui a base ontológica do ser social, sendo responsável não apenas pela transformação da realidade objetiva, mas também pela conformação do próprio sujeito em sua dimensão subjetiva. A relação sujeito-objeto se dá, especialmente, na prática social, moldada

pelas condições materiais e históricas. Como é “determinante determinada”, o sujeito também intervém e produz a realidade, em um movimento dialético que expressa seu “pôr de fim”.

O trabalho, nesse sentido, carrega um caráter teleológico e coletivo, pois é orientado pelos fins e realizado socialmente, ligando o indivíduo às dimensões mais universais da vida em sociedade. Assim, a subjetividade não é uma unidade isolada, mas resultado prático, histórico e social de sua inserção concreta nas relações de produção, assim como se forma nas contradições da vida social. É na relação dialética entre a ação do sujeito, a vivência e as condições estruturantes que se forma a consciência e a possibilidade de transformação da realidade.

Essas contradições estruturais do trabalho também se expressam na formação profissional, revelando como a lógica da reprodução do capital atravessa os espaços acadêmicos e conforma o modo como se ensina, se aprende e se faz a arquitetura, por exemplo. A formação em arquitetura, de modo geral, ainda se estrutura sob uma lógica tecnicista e voltada ao mercado, priorizando competências técnicas em detrimento de reflexões éticas, políticas e sociais. Além disso, o domínio da lógica mercadológica impõe aos arquitetos e arquitetas a figura do “empreendedor de si”, valorizando iniciativas por meio de modelos de negócios de prestação de serviço, marginalizando campos como a ATHIS. Esse cenário fica evidente na oferta instável de postos de trabalho tanto no setor público quanto no setor privado, sendo o trabalho autônomo a alternativa para atuação na área.

Diante do exposto, consideramos que apesar das transformações neoliberais que fragmentam e precarizam o trabalho, ele continua sendo meio de transformação da realidade e de si mesmo. Ou seja, não apenas na discussão teórica - sob a perspectiva ontológica - que reafirma a centralidade do trabalho na construção histórica da realidade e do ser social, mas também na análise empírica, em que o trabalho apareceu como o eixo do cotidiano dos sujeitos, seja enquanto forma de sobrevivência, seja como projeto e sentido de vida. A partir das falas expostas, observamos que o trabalho é também campo de produção de sentidos e, inclusive, os trabalhadores escolhem conscientemente caminhos baseados em valores ético-políticos, mesmo com custos materiais e emocionais.

Em escala universal, são estruturais as dificuldades no mundo do trabalho. O estranhamento - que é inerente à lógica do capitalismo - converte a atividade vital em um meio de existência e reduz o trabalho e trabalhador a meras mercadorias. Sob esse cenário, a construção de sentidos fica sufocada por exigências alienantes da produção e pela lógica da acumulação. Ainda assim, utilizando como exemplo nosso campo empírico, a atuação dos

arquitetos e das arquitetas ultrapassa a prestação de serviço técnico e se constitui como prática ética, comprometida com a transformação do espaço e da vida cotidiana. Mesmo entre limitações materiais, a resistência subjetiva revela a autonomia relativa dos sujeitos diante das determinações estruturais.

A bem da verdade, a classe trabalhadora continuamente encontra formas de se reinventar e de disputar os espaços e direitos fundamentais para uma vida com qualidade. A moradia - sobretudo a digna - é um desses direitos essenciais, cujas principais características extrapolam o acesso físico de uma unidade habitacional, mas agrega condições de segurança, dignidade, integração com os demais serviços da cidade e pertencimento. Quando compreendemos que a casa é tratada como mercadoria, torna-se evidente por que o trabalho e os espaços que a produzem e a discutem configuram-se como campos de disputa e de interesses de classe. Nesse sentido, o trabalho social com a habitação de interesse social é uma área com condições objetivas frágeis configuradas pela falta de políticas públicas estruturadas, precariedade do financiamento, pouca institucionalização e escasso apoio institucional. Assim, sua execução ocorre de forma predominantemente informal, instável, fragmentada e pontual, pois não alcança todas as demandas, territórios e populações.

Outro aspecto importante diz respeito à formação tradicional em arquitetura e às ofertas de postos de trabalho, que ainda incorporam de forma incipiente - e muitas vezes marginal - a dimensão social da profissão. Embora as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e os currículos mínimos prevejam a formação de um profissional polivalente, isto é, capaz de articular competências técnicas e pensamento crítico, por exemplo, ainda hoje os cursos de graduação destinam limitadas disciplinas que discutam conteúdo das demandas sociais e da desigualdade urbana, assim como, frequentemente, estão alocados em Centros de Ciências Exatas e Tecnologias (mesmo sendo uma Ciência Social Aplicada). Assim, a função social dos e das profissionais de arquitetura é uma temática relevante a ser considerada e ressignificada dentro e fora das instituições de ensino.

O engajamento com a ATHIS nasce de experiências de vida, formações, vínculos com territórios populares, movimentos sociais, EMAUs e projetos de extensão e até influência da família. Diante disso, é fundamental que a articulação entre teoria e prática na formação profissional vá além da inserção pontual ou mecânica dessas pautas nos currículos também, sendo orientada, inclusive, pela construção de um projeto ético-político comprometido com as demandas da classe trabalhadora. Daí incorporamos a reflexão sobre o papel das instituições e coletivos organizados da categoria, que devem contribuir, por meio de ações concretas, com a

consolidação do compromisso social da arquitetura. Inclusive, com a responsabilidade político social do conselho da categoria, que apresenta indicações de caráter tecnicista e conservador da atuação no estado, revelando um distanciamento institucional em relação à prática profissional do trabalho com as assessorias e assistência técnica, assim como com as pautas sociais e às necessidades concretas da população maranhense. Em suma, a maior parte das ações foram limitadas aos espaços da universidade e ausência de iniciativas voltadas para a ATHIS no período de 2019 a 2024.

Paralelamente às condições objetivas adversas, observa-se a atuação autônoma e, muitas vezes, isolada de profissionais e grupos que desenvolvem assessorias e assistências técnicas. Essas iniciativas, ainda que fundamentais, operam com poucos recursos, enfrentam instabilidades e carecem de articulação mais ampla com políticas públicas estruturadas e com o próprio conselho da categoria. Por fim, o trabalho social em arquitetura expressa a luta contra a cidade excludente e por uma prática profissional voltada à democratização do espaço urbano, bem como representa uma escolha que desafia a lógica mercantil. Nesse caminhar — trilhado por arquitetos e arquitetas de “pés descalços” — reside o potencial de construção de consciências críticas e comprometidas com as transformações coletivas, que não se orientam por um manual arquitetônico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: Unesp, 2008.

AMIRATI, Luzia Breckenfeld. **Direito humano à moradia digna e Lei da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social**: uma relação possível por meio da atuação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. 2019.

AMORE, Caio Santo. **Assessoria e Assistência técnica**: Arquitetura e Comunidade na política pública de habitação de interesse social. II UrbFavelas: II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <
http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2016/ARQ_UIVOS/GT4-207-216-20160815014417.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2025.

ANDES-SN. **Para a Universidade Brasileira**. n° 2, 3ª ed. atual. e rev. Brasília/DF, 2003.

ANHANGUERA. **Grade Curricular de Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em:
<https://blog.anhanguera.com/grade-curricular-arquitetura/> Acesso em: 05 jan. 2025.

ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **O PRIVILÉGIO DA SERVIDÃO**: o novo proletariado de serviços na era digital. Boitempo editorial, 2018. Disponível em: (<https://nestpoa.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/09/ra-ps.pdf>) Acesso em: 25 jan. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Boitempo editorial, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **SÉCULO XXI: NOVA ERA DA PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO?**. Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho, 2008. Disponível em: (<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/LxkqK1F4gd8eDW4w38w0.pdf>) Acesso em: 25 jan. 2024.

ANTUNES, Ricardo; Alves, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, 2004. Disponível em: (<https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGpp/?format=pdf&lang=pt>) Acesso em: 25 jan. 2024.

BARATTO, Romullo. **Archdaily**: 200 anos de ensino de arquitetura no Brasil. 2016. Disponível em: (<https://www.archdaily.com.br/br/793358/200-anos-de-ensino-de-arquitetura-no-brasil>) Acesso em: 13 dez. 2024.

BERINO, Aristóteles P. **Elementos para uma teoria da subjetividade em Marx**. Dissertação (Mestrado) – Niterói/RJ, 1994 (mimeo).

BONDUKI, Nabil. Habitação & Autogestão. **Construindo Territórios de Utopia**. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Arq. urb**, n. 1, p. 70-104, 2008.

BORDENAVE, Geisa. Dimensão pedagógica e ético-política do trabalho social em um projeto ATHIS. **Revista Katálisis**, v. 26, n. 3, p. 487-494, 2023.

BORJA, Jordi. Homeopatia crítica. In: **Arquitetura e política: Ensaio para mundos alternativos**. Editorial GG, 2014.

BRASIL. **Lei 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. MCIDADES. **PORTARIA Nº 21, DE 22 DE JANEIRO DE 2014**.https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Portarias/2014/portaria_21_2014_trabalho_social.pdf. Acesso em: 02 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior (Cursos de Arquitetura e Urbanismo)**. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova> . Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 454/2024, de 2 de agosto de 2024**. Reexame do Parecer CNE/CES nº 952/2023, que revisou a Resolução CNE/CES nº 2/2010, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Relator: Luiz Roberto Liza Curi. Brasília, DF: CNE/CES, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-publicas/cne/pareceres>. Acesso em: 6 jul. 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. **8. O que é habitação de interesse social?**. 2023. Disponível em:<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/8-o-que-e-habitacao>>. Acesso em: 02 jun. 2023

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional; Secretaria Nacional de Habitação. **Consulta e regularização de pendências no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)** [serviço online]. Brasília, DF: MDR/Secretaria Nacional de Habitação, última modificação 19 abr. 2024. Disponível em: http://app.mdr.gov.br/situacao_snhis/src/situacaoSnhis/formSituacoes?view=site . Acesso em: 31 jul. 2025.

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Painel de Informações do Novo CAGED**. 2024. Disponível em: (<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>) Acesso em: 25 jan. 2024

CARDOSO, Adauto Lucio et al. **ATHIS para a Moradia Digna: levantamento nacional de agentes**. Relatório final. Rio de Janeiro: Grupo Habitação e Cidade — Observatório das Metrópoles, 2019.

CARDOSO, Luís Antônio. **A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo**. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/D3YFpmVxjd8TyPbHy6Rt5XG/?format=pdf&lang=pt>) Acesso em: 14 nov. 2024.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. A questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana. In: **A questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana**. 1983. p. 280-280.

CARVALHO, Conrado Gonçalves; ALBERTO, Eduarda; SILVOSO, Marcos Martinez. AUTOCONSTRUÇÃO E A DEMOCRATIZAÇÃO DA ARQUITETURA E ENGENHARIA: Considerações sobre formação profissional e o necessário debate de conceituação da ATHIS e do Empreendedorismo Social. **Anais dos Encontros Nacionais de Engenharia e Desenvolvimento Social-ISSN 2594-7060**, v. 17, n. 1, p. 21-21, 2022.

CAU/BR. **Ache um arquiteto**. 2025. Disponível em: <https://acheumarquiteto.caubr.gov.br/>. Acesso em: 04 jan. 2025.

CAU/BR. **Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas**. 2013. Disponível em: <https://www.caubr.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Cartilha-CAU-ORIENTA-Etica-na-Arquitetura.pdf> Acesso em: 04 jan. 2024.

CAU/BR. **II CENSOS DE ARQUITETAS E ARQUITETOS E URBANISTAS DO BRASIL**. 2020. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Comparativo-Censo-2012-2020.pdf> Acesso em: 04 jan. 2024.

CAU/BR. **MANUAL DO ARQUITETO E URBANISTA**. 2016. Disponível em: <https://www.caubr.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Cartilha-CAU-ORIENTA-Etica-na-Arquitetura.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024.

CAU/BR. **Observatório ATHIS - MAPAS - Projetos**. 2024. Disponível em: <https://gisserver.caubr.gov.br/arcgis/apps/mapviewer/index.html?layers=36e7664477574d678f31dc8162524a58&layerId=1>) Acesso em: 06 jan. 2024.

CAU/MA. **1ª Semana do Arquiteto e Urbanista**. Disponível em: <https://www.cauma.gov.br/athis-cauma-participa-da-1a-semana-do-arquiteto-e-urbanista-em-caxiasma/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CAU/MA. **Ache um arquiteto (MA)**. 2024. Disponível em: <https://acheumarquiteto.caubr.gov.br/>) Acesso em: 15 fev. 2025.

CAU/MA. **Arquitetura para Todos: A Lei de ATHIS e o Atendimento às Comunidades**. Disponível em: <https://www.cauma.gov.br/arquitetura-para-todos-a-lei-de-athis-e-o-atendimento-as-comunidades-evento-trouxe-a-conscientizacao-a-populacao-quanto-aos-direitos-a-habitacao-e-ao-saneamento/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CAU/MA. **CAU/MA e CAU/BR realizam Seminário de Empreendedorismo em ATHIS em São Luís/MA**. 2018. Disponível em: <https://www.cauma.gov.br/cauma-e-caubr-realizaram-seminario-de-empresendedorismo-em-at-his-em-sao-luisma/>. Acesso em: 04 jan. 2023.

CAU/MA. **Debate sobre ATHIS**. Disponível em: <https://www.cauma.gov.br/cau-ma-recebe-profissionais-para-debate-sobre-athis/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CAU/MA. **Oficina Planos Municipais de Habitação e ATHIS**. Disponível em: <https://www.cauma.gov.br/cau-ma-participou-da-oficina-planos-municipais-de-habitacao-e-athis-em-blumenau-sc/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CAU/MA. **Seminário de Empreendedorismo na Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS)**. Disponível em: <https://www.cauma.gov.br/confira-a-reportagem-sobre-o-seminario-de-empresendedorismo-na-assistencia-tecnica-em-habitacao-de-interesse-social-athis/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CAU/MA. **Seminário sobre ATHIS em Patrimônios Históricos**. Disponível em: <https://www.cauma.gov.br/inscricoes-abertas-i-seminario-de-praticas-do-ensino-e-formacao-sobre-athis-em-patrimonios-historicos/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CAU/RS. **1º Seminário de ATHIS propõe reflexão sobre saúde, governo e direito à moradia**. 2020. Disponível em: <https://www.cauris.gov.br/1o-seminario-de-athis-propoe-reflexao-sobre-saude-governo-e-direito-a-moradia/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CAU/SC. **ATHIS Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social: é um direito e muitas possibilidades**. Realização: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina e Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2018. Disponível em: Acesso em: 20 ago. 2020.

CIRPAC (Grupo CIAM - Francia). **La carta de Atenas: el urbanismo de los CIAM (La charte d'Athènes)**. Traducida por Delfina Gálvez de Williams. Buenos Aires: Contemporánea, 1950. Disponível em: (https://cronologiadourbanismo.ufba.br/mais_documento.php?idVerbete=1464&idDocumento=118) Acesso em: 13 jan. 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916–1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CUNHA, Egláisa Micheline Pontes; DE ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira; MEDEIROS, Yara. **Experiências em habitação de interesse social no Brasil**. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

DUARTE, Evaristo Emigdio Colman; POLA, Karina Dala. Trabalho em Marx e serviço social. **Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 1, p. 179-201, 2009.

ENGELS, Friedrich. **SOBRE O PAPEL DO TRABALHO NA TRANSFORMAÇÃO DO**

MACACO EM HOMEM. 1876. In: **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. Cortez Editora. p. 142-142, 2018.

FERREIRA, Fernando. A relação entre sujeito e objeto na obra de Karl Marx. **Revista Fim do Mundo**, nº 8, jul.–dez. 2022, 2022. Disponível em: (file:///C:/Users/user/Downloads/CORRE%C3%87%C3%95ES%20-%20ZAIRA/RFM8.a6.pdf) Acesso em: 25 ago. 2024.

FJP. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil, 2009**. Belo Horizonte: FJP, 2012. Disponível em: <<https://fjp.mg.gov.br/docman/cei/deficit-habitacional/185-deficit-habitacional-2009/file>> . Acesso em: 27 Set 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2010

FUAO, Fernando Delfino de Freitas; SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. Arquitetura (é) ética?: **I. Pixo: revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade**. Pelotas. Vol. 2, n. 5 (2018), p. 11-13, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GRAMSCI, Antônio. **Quaderni del carcere**: edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Selections from Prison Notebooks**. New York: International Publishers, 1971.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. **Capacitação em Serviço Social e política social**, v. 4, p. 53-63, 2000.

HARVEY, David. **O NEOLIBERALISMO**: história e implicações. Edições Loyola. 2005. Disponível em: (<https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008>) Acesso em:

HELLER, Agnes. **Teoría de las necesidades en Marx**. Barcelona: Ediciones Península, 1986.

IASI, Mauro Luis. **Consciência e Ideologia**: para além dos muros de pedras: ensaios. 1ªed. 2022.

IASI, Mauro Luis. **Educação Popular e Consciência de Classe**. Serviço Social, Favelas e Educação: diálogos necessários em tempo de crise do capital. Uberlândia: Navegando, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Censo 2010**. SÃO LUÍS: IBGE, 2010. Disponível em: < cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 02 maio. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Censo 2022**. BRASIL: IBGE, 2023. Disponível em: < cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 11 nov. 2023.

IBGE. **PNAD Contínua Trimestral**: em 2023, taxa anual de desocupação cai em 26 UFs. 2024. Disponível em: (<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39206-pnad-continua-trimestral-em-2023-taxa-anual-de-desocupacao-cai-em-26-ufs>) Acesso em: 25 jan. 2024.

IMARANHENSE. **PL dispõe sobre auxílio técnico para construção de habitações de interesse social**. *iMaranhense*, São Luís, MA. Disponível em: <https://imaranhense.com/noticia/20278/pl-dispoe-sobre-auxilio-tecnico-para-construcao-de-habitacoes-de-interesse-social>. Acesso em: 18 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: Características dos Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2022-2023: perfil das condições habitacionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2024.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL (IAB). **Nota técnica: análise comparativa dos pareceres da DCN – CNE/CES nº 952/2023 e CNE/CES nº 454/2024**. Brasília, DF: IAB – Direção Nacional, 11 out. 2024. Disponível em: https://iab.org.br/wp-content/uploads/2024/10/IAB-Nota_tecnica_DCN_2023-2024-2024.10.11_assinado_assinado-A.pdf. Acesso em: 2 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Boletim de políticas habitacionais**: análise da implementação da ATHIS nos municípios brasileiros. Brasília: IPEA, 2024. n. 47. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). O planejamento da habitação de interesse social no Brasil: desafios e perspectivas. **Comunicado Ipea**, n. 118. Brasília: Ipea, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. 2024. Disponível em: (<https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa>) Acesso em: 16 mar. 2025.

JANUARIO, Yandra Luiza Marciano. **Trabalho e exercício profissional no campo da arquitetura e urbanismo**. 2023. Disponível em: (https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/269403/Resumo_81558.pdf?sequence=1&isAllowed=y) Acesso em: 02 jan. 2024.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. (Coleção primeiros passos: 23). São Paulo:

Brasiliense, 2008.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 2ª ed.

KRAUSE, Cleandro Henrique et al. **O Planejamento da Habitação de Interesse Social no Brasil: desafios e perspectivas**. Comunicados do Ipea nº 118. 2011.

LAVOURA, T. N.; MARTINS, L. M. A dialética do ensino e da aprendizagem na atividade pedagógica histórico-crítica. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, v. 21, n. 62, p. 531–541, 2017.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Centauro: São Paulo. 2001. Disponível em: (https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf) Acesso em: 02 jan. 2024.

LEHER, Roberto; MOTA, V. C. Intelectuais coletivos de classe. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim, p. 426-432, 2012.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Unijuí, 2007. Disponível em: (<https://beneweb.com.br/resources/Para%20compreender%20a%20ontologia%20de%20Luk%C3%A1cs.pdf>) Acesso em: 02 out. 2024.

LOPES, João Marcos de Almeida. Nós, os arquitetos dos sem-teto. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, p. 237-253, 2018.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUZ, Ricardo Santos da. **Trabalho alienado em Marx: a base do Capitalismo**. 2008.

LUZZE, Bruno Schiaffarino. **A relação sujeito e objeto na trajetória do jovem Marx: aspectos preliminares para o estudo da subjetividade em Marx**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PENSO, María Verónica Machado. DISCURRIR ÉTICO EN LA ARQUITECTURA CONTEMPORÁNEA. **Pixo: Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade**, v. 2, n. 5, 2018.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. **Arquitetos destacam atuação do Instituto da Casa Maranhense e de suas práticas socioambientais**. *Assembleia Legislativa do Maranhão*, São Luís, 21 jul. 2025. Disponível em: <https://www.al.ma.leg.br/sitealema/radio/arquitetos-destacam-atuacao-do-instituto-da-casa-maranhense/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MARANHÃO. **Artigo: O direito à moradia digna**. 2017. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=187919>. Acesso em: 02 jun. 2023.

MARANHÃO. **Lei Estadual 10.506, de 06 de setembro de 2016.** Institui o Programa “Minha Casa, Meu Maranhão”, o “Cheque- Minha Casa” e concede incentivo fiscal do ICMS nas operações internas, com mercadorias destinadas às obras vinculadas ao referido programa. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legisla_documento/?id=4450>. Acesso 15 jun. 2023

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, p. 121-192, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MARICATO, Ermínia. É a questão Urbana Estupido. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARICATO, Ermínia. **O papel social da arquitetura.** Entrevista concedida a Alessandra Soares, Artur Maia e Pedro Rossi. Vitruvius, São Paulo, v. 20, n. 078, 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.078/7351?page=2>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

MARICATO, Ermínia. Reforma urbana, 33 anos depois. **More Human Settlements/assentamentos Mais Humanos,** 1996.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte.** Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1985. Vol. II. (Série Os Economistas).

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl.. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital;** [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo : Boitempo Editorial, 2013.

MARX, Karl.. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital;** [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo : Boitempo Editorial, 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista.** Boitempo Editorial, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil. **Faces do trabalho: escravizados e livres. Niterói/RJ: EDUFF,** 2010.

MCDI. **Trabalho Social e Intervenções Habitacionais Reflexões e aprendizados sobre o Seminário Internacional.** 2011. Disponível em: (https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/publicacoes/arquivos/arquivos/cidades_web_final_02.pdf) Acesso em: 02 jul. 2024.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer; SANTOS, Luisa de Azevedo dos; SANTIAGO, Gustavo Benedetti. Assistência Técnica para habitação de Interesse Social (ATHIS): o ciclo CAAT e suas contribuições. **Expressa Extensão**, v. 25, n. 1, p. 85-98, 2020.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MORCELLI, Aier Tadeu; ÁVILA, Lucas Veiga. **Responsabilidade social**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico: Rede e-Tec Brasil, 2016.

MORIN, Edgar. **A Via para o Futuro da Humanidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.

MUXI, Zaida; MONTANER, Josep Maria. **Arquitetura e política**: Ensaio para mundos alternativos. Editorial GG, 2014.

OLIVEIRA, Graziela. Processo de produção e condições subjetivas de trabalho. 1986. **Política & Trabalho: Revista De Ciências Sociais**, 5. 1986. Disponível em: (<https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6318/17167>) Acesso em: 02 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ASSENTAMENTOS HUMANOS [ONU-Habitat]. **Déficit Habitacional en América Latina y el Caribe**: una herramienta para el diagnóstico y el desarrollo de políticas efectivas en vivienda y hábitat. Nairobi: ONU-Habitat, 2015. Disponível em: <<https://unhabitat.org/deficit-habitacional-en-america-latina-y-el-caribe>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. Habitação e Trabalho Social: desafios para a atuação profissional. 2019. In: **Psicologia e Moradia**: Múltiplos olhares sobre a questão habitacional. CRP: São Paulo, 114 p. 2019.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da; TABOADA, K. J. **Curso a distância, trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades, p. 127p, 2010.

PORANGABA, Alexsandro Tenório. **O lugar da Habitação de interesse social no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil**: uma análise curricular (1930-2018). 2019. Tese de Doutorado. Disponível em: (<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31067/1/TESE-ALEXSANDRO%20PORANGABA-2019.pdf>) Acesso em: 02 jan. 2024.

RAMOS, Rui Jorge Garcia et al. **Contexto, Programa, Projeto**: Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação. 2019.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSSI, Rafael; ROSSI, Aline C. Santana. A produção do espaço urbano capitalista: o arquiteto como intelectual orgânico. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 12, n. 138, p. 131-137,

2012.

SANTORO, Paula Freire; CHIAVONE, João de Araújo. Negócios de impacto e habitação social: uma nova fronteira do capital financeirizado?. **Cadernos Metrópole**, v. 22, p. 683-704, 2020. Disponível em:

(<https://www.scielo.br/j/cm/a/tMtMFYhYnQ4K4BKBQ8J4LfQ/?format=pdf&lang=pt>)

Acesso em: 02 jan. 2024.

SANTOS, Cleonice Dias dos. **Trabalho social e movimentos de moradia**: um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. 2016.

SÃO LUÍS (MA). Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 209/2023**. Dispõe sobre a oferta de assistência técnica pública e gratuita para habitação de interesse social no município de São Luís. São Luís: CMSL, 2023. Disponível em: <https://www.camara.slz.br>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SECID/MA. **Cheque Minha Casa muda realidade de famílias da região do Nosso Centro**. 2020. Disponível em: <https://secid.ma.gov.br/2020/01/21/cheque-minha-casa-muda-realidade-de-familias-da-regiao-do-nosso-centro/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

SECID/MA. **Cheque Minha Casa**: Sobre o Programa. 2020. Disponível em: <https://chequeminhacasa.secid.ma.gov.br/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

SILVA, Maria Ozanira. **Política Habitacional Brasileira**: verso e reverso. São Paulo: Ed. Cortez. 1989.

SOARES, Alessandra; MAIA, Artur; Rossi, Pedro. **O papel social da arquitetura (Entrevista com Ermínia Maricato)**. Vitruvius, 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.078/7351>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SOARES, José Montanha. O lazer e o tempo do não trabalho no capitalismo: as ilusões do consumo. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 22, n. 3, p. 603-622, 2019.

UEMA. **FAU - Laboratórios de Extensão**. 2024. Disponível em: (<https://www.arquitetura.uema.br/pagina-inicial/lapa/extensao/>) Acesso em: 02 nov. 2024.

UEMA. **Grade Curricular de Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <https://www.arquitetura.uema.br/estrutura-curricular/> Acesso em: 02 nov. 2024.

UNDB. **Grade Curricular de Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <https://cdn2.hubspot.net/hubfs/2961792/GRADE%20CURRICULAR/ESTRUTURAS%20CURRICULARES.xlsx%20-%20ARQUITETURA.pdf> Acesso em:

UNICEUMA. **Grade Curricular de Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <https://www.extranet.ceuma.br/ceuma-wordpress/wp-content/uploads/2018/08/Arquitetura-e-Urbanismo-Turu-1.pdf> Acesso em: 02 nov. 2024.

VELASCO, Thais. **Habitação como direito social**: a Lei de ATHIS, sua aplicabilidade e

desafios. ENAR PUR XX, p. 1-18, 2023.

XARÃO, José Francisco Lopes. Nova tradução brasileira dos "Manuscritos econômico-filosóficos", de Karl Marx. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 201, p. 116-118, 2018.

APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista

Nº ____ Pn ____

PARTE I – PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Qual cidade você nasceu? _____.
2. Qual a sua idade? _____
3. Qual a sua identidade de gênero?
 - ☐ Sem declaração
 - ☐ Mulher cisgênera
 - ☐ Homem cisgênero
 - ☐ Mulher transgênera/transexual
 - ☐ Homem transgênera/transexual
 - ☐ Não-binário
 - ☐ Outro. Qual? _____.
4. Como você se autodeclara?
 - ☐ Branco
 - ☐ Preto
 - ☐ Pardo
 - ☐ Indígena
 - ☐ Amarelo
5. Qual é o seu Estado Civil?
 - ☐ Solteiro
 - ☐ Casado
 - ☐ Separado/Divorciado
 - ☐ Viúvo
 - ☐ União Estável
6. Além da graduação em Arquitetura e Urbanismo, quais outras formações você tem?
 - ☐ Não possuo outra formação
 - ☐ Ensino Técnico ou Profissionalizante
 - ☐ Especialização. Qual? _____
 - ☐ Mestrado. Qual? _____
 - ☐ Doutorado. Qual? _____
 - ☐ Cursos Livres. Quais? _____
7. Qual é a Renda Média Salarial Mensal da família?
 - ☐ Até R\$ 1.908,00
 - ☐ De R\$ 1.908,01 a R\$ 3.816,00
 - ☐ De R\$ 3.816,00,01 a R\$ 9.540,00
 - ☐ De R\$ 9.540,01 a R\$ 19.080,00
 - ☐ Acima de R\$ 19.080,01
8. Qual a sua renda mensal, aproximadamente? (Marque apenas uma resposta)
 - ☐ Nenhuma renda.
 - ☐ Até 1 salário mínimo (até R\$ 678,00).
 - ☐ De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 678,01 até R\$ 2.034,00).
 - ☐ De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.034,01 até R\$ 4.068,00).
 - ☐ De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 4.068,01 até R\$ 6.102,00).
 - ☐ De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 6.102,01 até R\$ 8.136,00).
 - ☐ De 12 a 15 salários mínimos (de R\$ 8.136,01 até R\$ 10.170,00).
 - ☐ Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 10.170,01).

9. Quantas horas semanais você trabalha?
- ☐ Sem jornada fixa, até 10 horas semanais.
 - ☐ De 11 a 20 horas semanais.
 - ☐ De 21 a 30 horas semanais.
 - ☐ De 31 a 40 horas semanais.
 - ☐ Mais de 40 horas semanais

PARTE II – MOTIVAÇÕES E EXPERIÊNCIAS

10. Conte-me sobre você e sua trajetória de vida.
11. O que motivou você a escolher o curso de Arquitetura e Urbanismo?
12. Quais eram as disciplinas que você mais se identificava no curso de Arquitetura e Urbanismo?
13. Você conhece a luta por moradia digna na cidade de São Luís? O que conhece e qual sua relação com a luta?
14. Qual a sua percepção acerca da Política Habitacional de São Luís?
15. Você é militante/ativista de alguma causa? Se sim, qual o seu nível de participação?
16. Quantos trabalhos ou fontes empregatícias você tem?

PARTE III – ESPECIFICAÇÕES DO TRABALHO SOCIAL

17. Você já trabalhou como CLT (em outra área/na de Arquitetura), ou sob outro tipo de regime de trabalho?
18. Conte-me a história do seu trabalho atual. O que ele significa para você?
19. Como surgiu o interesse em trabalhar com o social, na HIS/ATHIS? Em qual ano?_____.
20. Como é o trabalho social com HIS/ATHIS?
21. Como foi para começar a trabalhar com HIS/ATHIS?
22. Quais atividades você desenvolve na HIS/ATHIS?
23. Como tem sido a relação da prática de ATHIS com o Conselho de Arquitetura?
24. Como tem sido a relação com os órgãos públicos?
25. Quais condições para fazer o trabalho ATHIS?
26. Quais oportunidades para o trabalho com HIS/ATHIS?
27. Quais os limites e desafios para o trabalho com a política?
28. Como você tem contribuído com a política de habitação?
29. Qual a sua percepção sobre as condições de trabalho no Brasil?
30. Como você vê o cenário da habitação social no Brasil?